

GUILHERME SNAK

O DESENVOLVIMENTO DAS ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS DO  
ESTADO DO PARANÁ A PARTIR DA DÉCADA DE 70

Monografia apresentada ao Departamento de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Wellington Pereira

CURITIBA

2013

## TERMO DE APROVAÇÃO

GUILHERME SNAK

### O DESENVOLVIMENTO DAS ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS DO ESTADO DO PARANÁ A PARTIR DA DÉCADA DE 70

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

  
Prof. Wellington da Silva Pereira  
Departamento de Economia, UFPR

  
Prof.<sup>a</sup>. Dayane Rocha de Pauli  
Departamento de Economia, UFPR

  
Prof. José Felipe Araújo de Almeida  
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 11 de março de 2013.

## AGRADECIMENTOS

*À Olga, Gabriel e Flavio, que em mim confiaram e onde sempre pude encontrar o apoio necessário para vencer.*

*Ao professor orientador que me acompanhou e tornou possível a realização deste trabalho.*

*A todos que direta e indiretamente estão ao meu lado.*

Vivem somente aqueles que lutam.  
(Victor Hugo)

## RESUMO

As espacialidades socialmente críticas do Paraná são regiões marcadas pela precariedade, carência ou privação social. Este trabalho procedeu com um recorte das espacialidades socialmente críticas, a partir do originalmente identificado em IPARDES (2006), compilou alguns indicadores econômicos e sociais para elas e analisou – agregando o resultado de estudos empíricos e outras análises institucionais em nível regional –, a evolução destes frente à evolução observada para o Paraná, sobretudo no período 1970-2000. Nas últimas três décadas do século XX, o Estado do Paraná sofreu intenso processo de transformação econômica e social, movendo-se de um arranjo de economia tradicional pouco diversificada para outro, de agricultura mecanizada, contando com a presença de setores industriais modernos e integrados à economia nacional e internacional. Neste contexto, as espacialidades socialmente críticas do estado se inseriram de maneiras distintas, condicionadas pelo caráter ocupacional local, pelas vocações econômicas regionais, e pela existência ou não de políticas governamentais regionais ativas, tanto no que diz respeito à promoção do desenvolvimento econômico quanto à revisão de questões sociais.

**Palavras-chave:** Economia paranaense. Desigualdade social no Paraná. Desenvolvimento econômico. Economia regional.

## ABSTRACT

Inside Paraná State borders, there are spaces characterized by their critical social condition, revealing the worst performance in terms of wealth, housing, health, education and employment, according to what has been originally identified by IPARDES (2006). This work analyses the evolution of a selected range of social and economic indexes for some of these spaces compared to the evolution shown by Paraná State as a whole, mainly for the period of 1970-2000. It is pointed out that results from empirical studies, as well as others regional economic analysis have been considered in order to better understand this process. During the last three decades of the twentieth century, Paraná State passed through a huge amount of social and economic changes, leaving a traditional economy framework to come into an industrialized economy, integrated to national and international markets. At this environment, these critical social spaces took part in different manners, mainly due to their original settlement process, their comparative regional advantages and to the existence or not of regional governmental policies which would be able to promote economic development and reduce social regional inequality.

**Keywords:** Paraná State economy. Paraná State social inequality. Development Economics. Regional Economics.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS</b> -----	x
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> -----	xi
<b>LISTA DE TABELAS</b> -----	xii
<b>1. INTRODUÇÃO</b> -----	1
<b>2. O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b> -----	3
2.1 O Conceito de Desenvolvimento Econômico-----	3
2.2 O Modelo Neoclássico de Solow-----	5
2.2.1 O Resíduo de Solow-----	6
2.3 A Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter-----	6
2.4 Desenvolvimento Econômico e Desigualdade Social-----	8
<b>3. A ECONOMIA PARANAENSE NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX</b> ----	10
3.1 A Promoção do Desenvolvimento Econômico no Paraná-----	11
3.1.1 Instrumentos Fiscais e Financeiros Utilizados-----	14
3.1.2 Principais Projetos Industriais, Infraestrutura e Modernização Agrícola -	15
<b>4. DELIMITAÇÃO DAS ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS</b> -----	19
4.1 Indicadores Relativos-----	20
4.2 Indicadores Absolutos-----	25
4.3 As Espacialidades Socialmente Críticas – Recorte ESC 48-----	27
<b>5. PROBLEMAS METODOLÓGICOS</b> -----	31
5.1 Delimitação das Espacialidades Socialmente Críticas – Dificuldades e Restrições-----	31
5.2 As Variáveis Estudadas – Dificuldades e Limitações-----	32
5.2.1 A Criação de Municípios no Paraná a partir de 1980-----	33
5.2.2 Considerações para Taxa de Crescimento Geométrico Populacional, PIB per capita, Rendimentos Médios Recebidos, Coeficiente de Williamson, Coeficiente de Gini e IDH-M.-----	37
<b>6. ANÁLISE DAS ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS</b> -----	41
6.1 Evoluções de Populações no Paraná e na ESC 48, 1970-2010 – De um Paraná Rural a Urbano-----	41
6.2 Paraná: Desenvolvimento Econômico e Aspecto Social-----	48

6.2.1 Observações Empíricas de Convergência das Rendas Regionais -----	50
6.2.2 A Formação Econômica das Espacialidades Socialmente Críticas por Blocos Regionais-----	54
6.2.3 Indicadores Sociais -----	63
<b>7. CONCLUSÃO</b> -----	<b>70</b>
<b>APÊNDICE</b> -----	<b>73</b>
<b>MAPAS</b> -----	<b>76</b>
MAPA 1. As Mesorregiões Geográficas do Estado do Paraná-----	76
MAPA 2. Os Municípios da ESC 48-----	77
MAPA 3. Os Municípios da ESC 83-----	78
<b>REFERÊNCIAS</b> -----	<b>80</b>

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- CURVA DE LORENZ .....	40
---------------------------------	----

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO TOTAL, RURAL E URBANA DO ESTADO DO PARANÁ, POR DECÊNIOS, 1970 A 2010. ....	42
GRÁFICO 2 – COMPARAÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO URBANA DO PARANÁ COM A TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO TOTAL DA ESC 48, POR DECÊNIOS, 1970 A 2010. ....	43
GRÁFICO 3 – COMPARAÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO URBANA DO PARANÁ COM A TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO URBANA DA ESC 48, POR DECÊNIOS, 1970 A 2010. ....	44
GRÁFICO 4 – COMPARAÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO RURAL DO PARANÁ COM A TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO RURAL DA ESC 48, POR DECÊNIOS, 1970 A 2010. ....	45
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS RENDIMENTOS MÉDIOS, RURAL E URBANO, NO RENDIMENTO TOTAL DO PARANÁ, POR DECÊNIOS, 1970 A 2000. ....	46
GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS RENDIMENTOS MÉDIOS RURAL E URBANO NO RENDIMENTO MÉDIO TOTAL DA ESC 48, POR DECÊNIOS, 1970 A 2000. ....	47
GRÁFICO 7 – VARIAÇÃO PERCENTUAL DECENAL E TOTAL DO RENDIMENTO MÉDIO TOTAL NO PARANÁ E NA ESC 48. ....	47
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES. ESTADO DO PARANÁ E ESC 48 – 2002 A 2010. ....	49
GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI – ESTADO DO PARANÁ E BRASIL (1981 – 2009). ....	63

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – MUNICÍPIOS COM MAIS INCIDÊNCIAS CRÍTICAS EM ÍNDICES RELATIVOS.....	23
TABELA 2 – CONCENTRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM MAIS INCIDÊNCIAS CRÍTICAS EM ÍNDICES RELATIVOS POR MESORREGIÃO. ....	24
TABELA 3 – MUNICÍPIOS COM MAIORES VOLUMES DE POPULAÇÃO SOCIALMENTE CRÍTICA EM ÍNDICES ABSOLUTOS. ....	26
TABELA 4 – CONCENTRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM MAIORES VOLUMES DE POPULAÇÃO SOCIALMENTE CRÍTICA EM ÍNDICES ABSOLUTOS, POR MESORREGIÃO. ....	27
TABELA 5 – NÚMERO DE MUNICÍPIOS SOCIALMENTE CRÍTICOS OU QUE DETÊM ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS, POR MESORREGIÃO.....	28
TABELA 6 – ESC 48: MUNICÍPIOS SOCIALMENTE CRÍTICOS OU QUE DETÊM ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS – FOCO DE PESQUISA.....	30
TABELA 7 – MUNICÍPIOS CRIADOS NO PARANÁ A PARTIR DE 1980 QUE SÃO OU DETÊM ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS, POR ANO DE CRIAÇÃO. ....	34
TABELA 8 – CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO ESTADO DO PARANÁ A PARTIR DE 1980, POR ANO.....	35
TABELA 9 – IDH-M E OS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	41
TABELA 10 – MICRORREGIÕES DO PARANÁ POR GRUPOS DE DISPARIDADE DE RENDA. EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE WILLIAMSON: 2000, 2002, 2004.....	53
TABELA 11 – MUNICÍPIOS PARANAENSES POR NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1970-2000.....	66
TABELA 12 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS E PARANÁ – 2000. ....	68
TABELA 13 – OS 109 MUNICÍPIOS CRIADOS NO PARANÁ A PARTIR DE 1980, POR ANO DE CRIAÇÃO.....	73



## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar de que modo se deu o desenvolvimento econômico das espacialidades socialmente críticas do Paraná a partir da década de setenta, quando o estado iniciou profundo movimento de transformações econômicas e sociais. Por espacialidades socialmente críticas se entende, por sua vez, regiões que se caracterizam pela precariedade, carência ou privação social, evidenciando o pior desempenho em termos de emprego, renda, moradia, educação e saúde.

O estudo realizado baseou-se em duas vertentes metodológicas: a primeira, exploratória, e a segunda, de cunho descritivo e explicativo. No que tange à origem dos dados, o estudo consistiu em levantamento de dados estatísticos em relatórios, estudos institucionais e acadêmicos, e em base de dados de institutos de pesquisa disponíveis para consultas na internet. A fim de conceder maior rigor e precisão à análise dos dados levantados, optou-se também por levantamento bibliográfico, que consistiu na utilização de informações de livros, dissertações, artigos e documentos oficiais de instituições governamentais e, igualmente, de institutos de pesquisa. Uma vez se tratando de coleta de dados, a metodologia aqui utilizada caracteriza-se também por ser *ex-post-facto*, ou seja, o estudo analisa eventos que já aconteceram.

A análise quantitativa foi realizada para um recorte espacial arbitrado, denominado ESC 48, a partir da identificação das espacialidades socialmente críticas do Paraná alcançada no trabalho de IPARDES, 2006. O presente estudo encontrou restrições tanto no levantamento das variáveis escolhidas, quanto no estudo das mesmas. Deste modo, no sentido de se compreender o processo de desenvolvimento das espacialidades socialmente críticas do Paraná, mostrou-se necessário desenvolver uma abordagem qualitativo-quantitativa, valendo-se também do resultado de estudos empíricos, relatórios e demais estudos cujos conteúdos mostrassem ressonância com o objetivo de pesquisa aqui definido.

Entende-se que a formação destas espacialidades se dá de modo consubstanciado ao desenvolvimento do estado. Assim, e diante da escassez de literatura específica sobre essas espacialidades – até porque a identificação destas ainda é relativamente recente – não raro o que se descreveu aqui foi uma parte da história econômica do Paraná.

A estrutura do trabalho se compõe, inicialmente, de uma discussão sobre a evolução do conceito de desenvolvimento econômico. Destaca-se que as abordagens desenvolvidas no pós-guerra, nomeadamente a de Myrdal (1957), ao analisar os impactos sociais do desenvolvimento econômico e seus desdobramentos em nível regional, são as mais relevantes para o entendimento do fenômeno estudado. Depois, apresenta-se um panorama das mudanças estruturais ocorridas na economia paranaense a partir da década de setenta e como o Estado viabilizou estas mudanças; segue-se a descrição de como se procedeu com a delimitação das espacialidades socialmente críticas, as variáveis escolhidas, as dificuldades encontradas neste processo, bem como no período de análise. Prossegue-se à análise dos dados, agregando os resultados dos estudos empíricos escolhidos e demais informações qualitativas. Ainda, traça-se a linha de formação econômica dos dois blocos regionais que mais concentram as espacialidades socialmente críticas estudadas, de maneira a inferir o modo pelo qual estas espacialidades tomaram parte no processo de desenvolvimento do estado e, finalmente, a conclusão, alcançada após os estudos intrínsecos a esta pesquisa.

## 2. O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nesta seção é apresentada uma discussão sobre como evoluiu o conceito de desenvolvimento econômico: seu surgimento histórico; a abordagem clássica, cuja síntese é dada pelo modelo neoclássico de Solow; a inovadora e importante abordagem de Schumpeter e a contribuição de autores críticos do capitalismo, como Myrdal (1957)<sup>1</sup>, que incorpora em sua análise o fato de a relação de produção capitalista se dar em sociedades hierarquizadas, razão pela qual o produto social se concentra, gerando desigualdades. Resgata-se a teoria de Kuznets (1955), segundo a qual o crescimento econômico seria acompanhado de um aumento na desigualdade de renda, movimento somente invertido no longo prazo, configurando uma curva no formato de um U-invertido. Assim, estabelece-se o fundamento teórico do Coeficiente de Williamson, que foi utilizado em estudo empírico de Trevisan & De Lima (2010) para a verificação da desigualdade de renda a nível microrregional paranaense, e cujo resultado encontra-se na sessão *6.2.1 Observações Empíricas de Convergência das Rendas Regionais*.

### 2.1 O Conceito de Desenvolvimento Econômico

O conceito de desenvolvimento econômico mostra-se controverso dentro da ciência econômica. Sua origem é relativamente recente. O interesse intelectual pelo fenômeno e sua busca sistemática só ocorrem com o desenvolvimento do capitalismo, mais especificamente a partir da Revolução Industrial na Inglaterra (CYPHER; DIETZ, 2009, p.109).

Bresser-Pereira (2006, p.3) também advoga que o desenvolvimento econômico é um fenômeno inerente ao capitalismo<sup>2</sup>, no entanto, encontra bases históricas mais remotas para a sua consecução. De acordo com o autor, o capitalismo já teria suas bases lançadas no século XI na Europa, quando ocorre uma revolução agrícola

---

<sup>1</sup> MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdevelopment Regions**. London: Duckworth, 1957.

<sup>2</sup> “Enquanto fenômeno histórico, o desenvolvimento econômico é, portanto, um processo próprio do capitalismo e da formação dos estados nacionais. Os impérios egípcio, romano e chinês foram prósperos e dominaram amplas porções do mundo por muitos séculos, mas jamais conheceram o que chamamos de desenvolvimento econômico. É um processo econômico que envolve conceitos como o de taxa de lucro e de investimento produtivo, de trabalho assalariado e de consumo popular e de luxo, de inovação e de produtividade, que só fazem sentido a partir do capitalismo” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 9).

que, “através do uso de arados com lâminas de ferro e outras ferramentas capazes de cortar terras duras, viabilizou a exploração de terras altas e férteis. [...] gerando o excedente econômico necessário para que trabalhadores pudessem ser transferidos para as manufaturas e o comércio”. Mais tarde, a formação dos Estados Nacionais – ao consolidar a figura institucional do Estado como personagem principal de ação coletiva – viabiliza a criação de outra instituição igualmente cara ao capitalismo: o mercado. Finalmente, a terceira e última revolução dentro da incubadora criadora do atual capitalismo seria a Revolução Industrial, cuja importância já tão debatida e compreendida no meio acadêmico, não cabe aqui ressaltar.

Assim, o desenvolvimento econômico é um fenômeno que ocorre dentro do âmbito dos Estados Nacionais modernos e que se caracteriza pelo aumento sustentado do valor adicionado por habitante, com acumulação de capital e incorporação de progresso técnico à produção. Dado o pontapé inicial, o desenvolvimento econômico tende a se dar de forma auto-sustentada, uma vez que a sobrevivência no sistema capitalista pressupõe a busca contínua por aumentos de produtividade, que se dá justamente através do aumento do estoque de capital e conhecimentos técnicos. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 9).

Cabe destacar que, para Bresser-Pereira (2006, p. 11), o desenvolvimento econômico é um fenômeno *histórico* e não uma concepção moral segundo a qual deve ser sinônimo de equidade social e distributiva. Ademais, o processo de desenvolvimento econômico pode se revelar muito injusto no curto prazo, concentrando renda, embora a médio e longo prazo, a melhoria do nível geral da população se verifique empiricamente. Outros objetivos políticos da sociedade, tais como manutenção da segurança pública, liberdade e justiça social não estão dentro do conceito de desenvolvimento para este autor, mas devem ser entendidos como tão ou mais importantes que o desenvolvimento econômico. O Estado é instituição chave neste processo. Ao se constituir como expressão máxima da ação coletiva, deve estar sempre direcionado – e muitas vezes politicamente pressionado – para a promoção do desenvolvimento econômico e demais objetivos que maximizem o bem-estar coletivo, o que significa corrigir ou mitigar possíveis distorções inerentes ao processo de desenvolvimento econômico.

## 2.2 O Modelo Neoclássico de Solow

Apesar da importância de um entendimento histórico dos processos de desenvolvimento econômico, por muito tempo a teoria econômica privilegiou a análise do crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. Os economistas clássicos tratavam o problema do desenvolvimento de modo quantitativo, ou seja, como uma função de produção agregada cujo objetivo de longo prazo era a obtenção do maior volume de bens e serviços possível, dados os fatores de produção. O modelo de crescimento neoclássico, com grande destaque nesse tipo de abordagem, surgiu de uma formalização matemática que evidenciou o papel do processo de acumulação de capital no crescimento econômico<sup>3</sup>. Este modelo, tradicionalmente chamado de Modelo de Solow, exerceu considerável influência no *mainstream* acadêmico sobre crescimento econômico nas décadas subsequentes a sua publicação (CYPHER; DIETZ, 2009, p.127).

O modelo compõe-se de três funções fundamentais: I) Uma função de produção agregada com retornos decrescentes para Capital (K) e Trabalho (L) no curto prazo, mas com retornos constantes de escala se os dois *inputs* aumentarem à mesma proporção no longo prazo; II) Uma função poupança, que é a parte da renda gerada pela função de produção agregada não destinada a consumo e III) Uma função linear que representa as necessidades de investimento para repor a depreciação do capital e o crescimento populacional de modo a manter o nível de capital per capita constante (BLANCHARD, 2007, p. 210).

Entre as hipóteses mais importantes do modelo, figuram: a) toda a economia produz um único bem homogêneo; b) toda a poupança é convertida em investimento produtivo, ou seja, há uma identidade entre poupança e investimento; c) as taxas de crescimento populacional e de depreciação são constantes e d) tecnologia é constante e exógena ao modelo. Sendo assim, sua principal implicação é que toda economia tende para um processo de crescimento estacionário no longo prazo em que a poupança gerada por trabalhador, e automaticamente convertida em investimento, é exatamente suficiente para cobrir os gastos com depreciação e o provimento de

---

<sup>3</sup>O modelo foi originalmente proposto no artigo "*A contribution to the theory of economic growth*", por Robert Solow, em 1956. Por sua importância dentro da ciência econômica, Solow foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1987 (BLANCHARD, 2007, p. 195).

capital à massa trabalhadora que adentra ao mercado de trabalho<sup>4</sup>. Outra implicação é que, de acordo com o modelo, as nações mais pobres deveriam crescer mais rapidamente que as nações mais ricas<sup>5</sup>, convergindo no nível de renda real per capita no longo prazo. (CYPHER; DIETZ, 2009, p.129).

### 2.2.1 O Resíduo de Solow

Estudos empíricos foram realizados no sentido de atribuir o peso do crescimento do estoque de capital e do trabalho no crescimento do produto. Observou-se que metade<sup>6</sup> do crescimento econômico não era explicada pelo acúmulo de capital e trabalho. Esta parte não explicada ficou conhecida como Resíduo de Solow. Em trabalho subsequente, de 1957 e denominado "*Technical Change and the Aggregate Production Function*", Solow absorveu esse problema considerando este resíduo como a taxa de crescimento da produtividade total dos fatores, que em outras palavras, significa a taxa de progresso tecnológico (BLANCHARD, 2007, p.248). Para a tecnologia, no entanto, não houve um tratamento algébrico para encontrar uma função que relacionasse seus principais determinantes – que são de elevada importância para a discussão das bases promotoras do desenvolvimento econômico. Neste sentido, a contribuição de Joseph Alois Schumpeter se mostra fundamental.

## 2.3 A Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter

A formulação schumpeteriana já se distingue da visão neoclássica no sentido em que atribui dimensões qualitativas ao fenômeno do desenvolvimento econômico. Em seu capítulo introdutório de *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*, ele é claro ao afirmar que "nem o mero crescimento da economia, aqui representado pelo aumento da população e da riqueza, será designado como processo de desenvolvimento". (SHUMPETER, 1982) Assim, o fenômeno do desenvolvimento econômico é mais do que o simples aumento da capacidade produtiva de uma população.

---

<sup>4</sup> Dito de outra forma, o crescimento econômico gerado somente mantém o mesmo nível de estoque de capital por trabalhador.

<sup>5</sup> Assumindo-se as mesmas taxas de poupança, investimento, crescimento populacional e depreciação do capital entre as nações com condições semelhantes. (CYPHER; DIETZ, 2009, p.128).

<sup>6</sup> Informação obtida do verbete sobre Robert Solow em português da Enciclopédia eletrônica Wikipédia. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert\\_Solow](http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Solow)>. Acessado em 26/06/2012.

A teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter parte do pressuposto que o sistema econômico tende a um estado de acomodação em que todos os processos se dão por um conjunto de canais e modos definidos, o chamado fluxo circular. Porém, a economia experimenta mudanças espontâneas e não contínuas ao longo do tempo que alteram ou mesmo destroem as leis gerais vigentes do antigo fluxo circular e instauram outro estágio de acomodação; algumas mudanças são impostas de fora – mudanças climáticas, pressões de uma economia externa, etc. – enquanto outras surgem de dentro, oriundas de iniciativas próprias. Nas palavras do próprio Schumpeter (1982, p.47): “Entenderemos por ‘desenvolvimento’, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe foram impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa”. O fenômeno peculiar do desenvolvimento reside em promover *novas combinações* de materiais e forças para produzir o mesmo bem ou serviço, ou ainda, criar novos. Porém, somente representará desenvolvimento o surgimento descontínuo e inesperado de novas combinações – que possivelmente representem choque ao sistema vigente.

As novas combinações podem ocorrer em duas esferas: industrial e comercial. Mudanças repentinas no gosto dos consumidores não são consideradas na análise. Estas são tomadas como simples mudança de dados que devem ser levadas em conta pelo empresário como oportunidades de negócios e lucros, mas que não altera a essência funcional do sistema. A espontaneidade das necessidades é em geral pequena, e antes de determinarem aquilo que o aparato produtivo deve produzir, são determinadas por ele. Geralmente, é o produtor quem promove a mudança econômica, e os consumidores, se necessário, serão educados por ele a desejar produtos ou serviços novos – algo diferente daquilo que tinham o hábito de usufruir. (SCHUMPETER, 1982, p.48).

Em termos práticos, o economista austríaco elenca cinco casos representativos de desenvolvimento econômico:

- 1) Introdução de um novo bem: um bem com o qual os consumidores ainda não estejam familiarizados, ou a nova qualidade de um bem;
- 2) Introdução de um novo método de produção, que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria, que não necessariamente necessite ser resultado de uma nova descoberta científica, e que pode se constituir, por exemplo, numa nova maneira de se manejar comercialmente uma mercadoria;
- 3) Abertura de um novo mercado, no qual a indústria determinada não tenha entrado ainda, quer esse mercado já existisse ou não;
- 4) Conquista de uma nova fonte de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, novamente, quer essa fonte já existisse ou não;

5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de um monopólio ou a fragmentação de uma posição de monopólio. (SCHUMPETER, 1982, p.48).

Para que essas novas combinações aconteçam, Schumpeter aponta duas fontes para seu financiamento: I) os recursos que vêm do crescimento anual da poupança social mais a parcela dos recursos não gastos no corrente ano. Aqui a magnitude de recursos disponíveis para o desenvolvimento está diretamente envolvida com os resultados do desenvolvimento anterior, II) financiamento sem a existência de resultados acumulados do desenvolvimento anterior: a criação de poder de compra dos bancos, ou seja, o próprio *crédito*.

Ao atribuir papel fundamental ao crédito no processo de desenvolvimento econômico, Schumpeter de certo modo idealizou o moderno banco de desenvolvimento. Ademais, seu modelo de desenvolvimento é, basicamente, um modelo de industrialização. Olhando-se para o processo de industrialização tardio na América Latina, que se dá, sobremaneira, a partir da segunda metade do século XX, sob a direção do Estado, percebe-se que suas ideias permearam as diretrizes de políticas de industrialização forçada, responsáveis por profundas mudanças econômicas e sociais, sobretudo em países como o Brasil. No entanto, o tratamento destas mudanças sociais não figura no trabalho teórico de Schumpeter. Serão outros autores, sobretudo do pós-guerra, que se deterão mais especificamente nos impactos sociais do desenvolvimento econômico e em seus desdobramentos em nível regional.

## 2.4 Desenvolvimento Econômico e Desigualdade Social

Nos anos cinquenta, diversos autores investigaram as causas do desenvolvimento desigual, sobretudo em áreas de desenvolvimento tardio, como a América Latina. O economista sueco Gunnar Myrdal (1898-1987), de grande destaque na formulação de teorias de desenvolvimento regional, afirma que, diferentemente do postulado pela economia tradicional, percebe-se que não existe a tendência à estabilização automática no sistema social. Ao contrário, as forças econômicas em ação, antes de atrair outra força compensatória, atraem outras de mesma direção, acentu-

ando o movimento e a intensidade inicial, que podem ser virtuosos ou perversos. (MYRDAL, 1957 *apud* MONASTERIO;CAVALCANTE, 2011)<sup>7</sup>.

Com efeito, esta formulação é a base para a Causação Circular e Acumulativa de Myrdal (1957), teoria que surge a partir da investigação a respeito das razões que conduzem economias regionais a desempenhos distintos ao longo do tempo. De acordo com o economista sueco, há mecanismos intrínsecos ao mercado que conduzem à geração de desigualdade e reforça características inatas de cada região de modo a lançá-las em círculos virtuosos ou viciosos. Supondo um desenvolvimento atípico numa determinada região, esta pode atrair fatores produtivos de outras regiões, bem como canalizar recursos para novos empreendimentos. Quando da maturação destes empreendimentos, se forem bem sucedidos, poderão trazer lucros e um posterior momento de expansão. No entanto, as regiões que apresentarem saídas de recursos e fatores, provavelmente tenderão a estar em pior situação econômica e social. O Estado pode atenuar ou mesmo agravar esta tendência<sup>8</sup>. Assim, Myrdal (1957) identifica dois efeitos que emanam a partir do desenvolvimento de uma determinada região: “efeitos de retroação”, que são efeitos negativos do desenvolvimento de uma região sobre as demais adjacentes e “efeitos difusão”, que são, basicamente, externalidades positivas irradiando da região dinâmica para as demais. (MYRDAL, 1957 *apud* MONASTERIO;CAVALCANTE, 2011).

Ademais, a desigualdade regional pode ser aguçada por outros fatores: a diferença qualitativa dos serviços de saúde e educação entre o centro dinâmico e as demais regiões; a evolução dos valores culturais, que tendem à estagnação no meio menos desenvolvido, enquanto que no centro dinâmico tendem a florescer e se modernizar. Todos estes fatores são importantes quando da decisão de investimentos na moderna economia capitalista, cada vez mais intensiva em tecnologia e conhecimento. (MYRDAL, 1957 *apud* MONASTERIO;CAVALCANTE, 2011).

---

<sup>7</sup> MYRDAL, op. cit. 1957.

<sup>8</sup> “Uma maior base de arrecadação nas regiões mais desenvolvidas permite a adoção de alíquotas tributárias mais baixas, o que as tornam ainda mais atraentes. Opostamente, as regiões subdesenvolvidas seriam pressionadas a ampliar a taxaço sobre a sua base produtiva minguante. Nesse sentido, somente as intervenções do setor público, deliberadamente voltadas para a redução das desigualdades regionais em suas jurisdições, poderiam reverter a tendência de divergência”. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011, p. 69).

Por outro lado, Kuznets (1955), considerado um dos fundadores da moderna análise empírica sobre desenvolvimento econômico<sup>9</sup>, propõe a hipótese do “U-invertido”, segundo a qual a desigualdade tende a crescer nos primeiros estágios de desenvolvimento, atinge um ponto máximo, e então começa a decair se há ocorrência contínua de crescimento econômico<sup>10</sup>. Dito de outro modo, na etapa inicial do desenvolvimento, as disparidades regionais se aguçam devido à atração de mão-de-obra pelos polos mais dinâmicos. O meio rural se esvazia e há concentração urbana. O processo de industrialização e urbanização demanda mão-de-obra qualificada, de modo que não se absorvem contingentes oriundos do campo, relativamente menos qualificados. Assim, o desenvolvimento pode coexistir e ser causa de uma distribuição desigual de renda, tanto a nível urbano quanto entre meio rural e urbano, e privilegiar certas regiões em detrimento de outras. A partir de certo ponto, porém, os movimentos de capital e trabalho levariam à diminuição da desigualdade entre os níveis de renda *per capita* das regiões. Deste modo, o desempenho inicial da curva do “U invertido” aproxima-se do que descreveu Myrdal (1957), enquanto que o desempenho subsequente seria observado a partir de estágios intermediários de desenvolvimento. (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011 e KUZNETS, 1974 *apud* TREVISAN; DE LIMA, 2010<sup>11</sup>).

### 3. A ECONOMIA PARANAENSE NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

O Estado do Paraná foi emancipado à condição de Província em 1853 – desmembrando-se da Província de São Paulo. Historicamente, o desenvolvimento de sua economia se deu através de sucessivos ciclos econômicos desvinculados entre si, dependentes de estímulos externos, e que, na ausência destes, condenavam-se à estagnação. A cultura tradicional paranaense primordialmente baseou-se

---

<sup>9</sup> WEYL, Eric Glen. **Simon Kuznets, Cautions Empiricist of the Eastern Europe Jewish Diaspora**. Cambridge, MA: Harvard Society of Fellows, 2011. Disponível em: <[http://econ.duke.edu/uploads/assets/Workshop%20Papers/Kuznets\\_2\\_10-2.pdf](http://econ.duke.edu/uploads/assets/Workshop%20Papers/Kuznets_2_10-2.pdf)>. Acesso em 27/02/2013.

<sup>10</sup> (SANTOS; MOURA; SANTOS SILVA; MATOS; FARIAS, 2011).

<sup>11</sup> KUZNETS, S. **O crescimento econômico moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

na exploração do mate e da madeira, que perdurou até a década de trinta do século XX. (PADIS, 2006).

Até as primeiras décadas do século passado, no entanto, a economia nacional se encontrava desintegrada. A integração se desencadeou a partir da década de 30, tendo como centro irradiador o estado de São Paulo. O desenvolvimento regional brasileiro se dá na esteira da integração econômica nacional. O Paraná toma parte neste processo exatamente como as demais regiões do país – desenvolvendo-se como economia complementar à economia que se desenvolvia no sudeste do país. O estado surge a nível nacional em função da expansão cafeeira empreendida em território paranaense a partir de 1930, tornando-se, já na década subsequente, o mais importante produtor de café do Brasil. O Paraná experimentou altas taxas de crescimento na produção agrícola, com desdobramentos, inclusive, para a então incipiente indústria estadual. (TRINTIN, 2005).

Padis (2006) é cético ao interpretar que inclusive o ciclo do café no Paraná se assemelhava aos ciclos anteriores, dependente e condenado a estímulos externos exatamente como nos tempos do mate e da madeira. Trintin (2005), por outro lado, visualiza a introdução do café no Paraná como início de uma nova fase no desenvolvimento estadual.

### 3.1 A Promoção do Desenvolvimento Econômico no Paraná

A presente sessão sintetiza de que modo se deu a promoção do desenvolvimento econômico do Paraná nas últimas décadas do século XX, tentando estabelecer uma relação entre esta e a verificação de espacialidades socialmente críticas no estado.

No início dos anos sessenta, diversos estados brasileiros iniciaram tentativas de industrialização autônoma, conscientes dos desequilíbrios regionais existentes. No Paraná, a concepção inicial de desenvolvimento baseou-se em produzir no estado aquilo que se obtinha de São Paulo, ou seja, um processo de substituição de importações. Transportou-se a ideologia nacional desenvolvimentista em termos regio-

nais, de maneira a criar um discurso “*paranista ufanista*”<sup>12</sup>. Inicialmente, os investimentos industriais concentraram-se em pequenas e médias empresas, pois se acreditava que deste modo se reteria a renda gerada no âmbito do estado e se evitaria a formação de oligopólios e monopólios, considerados danosos ao desenvolvimento econômico. No entanto, privilegiaram-se setores que sofriam forte concorrência da indústria paulista, que durante os anos sessenta, procurava expandir suas vendas para outros estados. Dito de outra maneira, buscou-se repetir o modelo de desenvolvimento experimentado por São Paulo num contexto em que a economia brasileira já havia avançado de modo significativo. Este primeiro movimento mostrou-se deficiente, ainda que a integração do estado tenha sido realizada em função de investimentos em infraestrutura básica. (LEÃO, 1989).

A partir de 1964, muda-se o paradigma: abandona-se a via de substituição de importações e adota-se a ideia de indústria complementar, lançando mão das “vocações industriais” do estado. (AUGUSTO, 1978). O Paraná elabora políticas de industrialização mediante a criação de aparelhos institucionais que foram utilizados ativamente no sentido de captar financiamentos e permitir investimentos. A renúncia fiscal permeada em muitas políticas de industrialização podia ser compensada pela facilidade de captar recursos externos através de entidades federais. (IPEA, 1999). A realização do “projeto paranaense” ficou sob responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), sociedade de economia mista criada em 1962, cujo acionista majoritário era o próprio Estado. A CODEPAR financiou a infraestrutura econômica paranaense, sobretudo transporte e energia, como subsídio à etapa subsequente de incentivo à indústria estadual. O projeto visava à integração do Estado, que compreendia o Velho Paraná e o Paraná cafeeiro, cuja economia posicionava-se em relação de dependência à economia paulista, e à integração vertical da indústria paranaense de maneira a estimular a reprodução do capital local dentro das fronteiras político-administrativas do estado. A transformação da CODEPAR em Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, o BADEP, em 1968,

---

<sup>12</sup> A visão de Padis (2006) enquadra-se neste contexto. Seu trabalho pioneiro sobre a formação econômica do Paraná se baseia na tradição cepalina de relações centro-periferia, que ele estende a âmbito regional. Para ele, a industrialização de São Paulo determinou uma divisão de trabalho no país – semelhante ao padrão centro-periferia verificado em relações econômicas internacionais –, de modo que às demais regiões coube a tarefa de produzir matérias-primas, alimentos e outros produtos agrícolas para suprir a fome industrial da economia paulista. Este fato reduziria a autonomia econômica dessas regiões. Esta visão do “Paraná Periférico”, no entanto, levada ao âmbito de políticas de governo, se mostrou fracassada. Para uma crítica detalhada a esta visão, ver os trabalhos: Leão (1989), Cano (1981) e Augusto (1978).

também se configura em elemento fundamental para este processo. Passa-se a financiar empreendimentos de grande escala e a atrair capitais estrangeiros e de outros estados da federação. (LEÃO, 1989; AUGUSTO, 1978).

Embora os movimentos industrializantes se iniciem em década anterior, é somente na década de setenta que se sentem as grandes mudanças na economia paranaense. A nível nacional, o ambiente era propício para a expansão industrial: retomavam-se os investimentos após a crise dos anos 60, que permaneceram elevados mesmo após o esgotamento do *milagre econômico*, por conta do II PND. A nível estadual, a região metropolitana de Curitiba mostrou ter condições locacionais favoráveis; avolumam-se os investimentos privados; a economia paranaense decola juntamente com a economia nacional, que viveria um momento de intenso crescimento no período. No entanto, o abandono do chamado modelo “autonomista” em favor do modelo “associacionista” ou “complementar” representou também o abandono da revisão de questões sociais que seriam afetadas pela própria ação do Estado. (LEÃO, 1989).

A intensidade das mudanças ocorridas na economia paranaense na década de 70 foi de tal proporção que causou perplexidade no próprio Estado. Assim, reacende-se uma idéia antiga, a de criar uma instituição de estudos de pesquisa como suporte ao planejamento estadual. Neste contexto, inicialmente como órgão autônomo dentro do BADEP, e subsequentemente como órgão independente, cria-se em novembro de 1973, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. (LEÃO, 1989; IPEA, 1999).

Embora estivesse na gênese da criação do IPARDES o entendimento global da grande mudança econômica e social do estado, o instituto inicialmente desenvolve um conjunto de estudos setoriais, sobretudo sobre a área da agroindústria, de grande interesse do BADEP na época. Seria somente na década de oitenta que o IPARDES reuniria, sob o nome de “Paraná: Economia e Sociedade”, uma série de estudos no sentido de diagnosticar a evolução da economia e sociedade paranaenses<sup>13</sup>. (LEÃO, 1989).

---

<sup>13</sup> É interessante destacar que esta avaliação do IPARDES sobre a evolução da economia paranaense baseia-se num “modeio de interpretação”, que se difere substancialmente da interpretação cepalina radical de PADIS, que analisa a dinâmica da economia paranaense sob um prisma de relações econômicas centro-periferia. Para maior entendimento sobre o “modelo de interpretação”, ver Leão (1989).

Nas duas sessões subsequentes, dar-se-á uma idéia da origem e da aplicação dos recursos financeiros para a promoção do desenvolvimento econômico paranaense a partir dos anos sessenta. Assim, a sessão *3.1.1 Instrumentos Fiscais e Financeiros Utilizados* resume os principais instrumentos fiscais e financeiros utilizados, que sintetizam os recursos disponíveis ao poder público e que, juntamente com o capital privado, viabilizaram uma série de investimentos de modernização e industrialização. Os projetos mais destacados figuram na sessão *3.1.2 Principais Projetos Industriais, de Infraestrutura e Modernização Agrícola*, enfatizando as locações privilegiadas pela ação desenvolvimentista do Estado. Acredita-se que a canalização destes investimentos em certas áreas guarda alguma relação com a verificação das espacialidades socialmente críticas.

### **3.1.1 Instrumentos Fiscais e Financeiros Utilizados**

O Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) se constituiu na principal fonte de recursos para a diversificação da economia paranaense. Criado juntamente com a CODEPAR, em 1962, e inicialmente gerido por esta, foi posteriormente utilizado pelo BADEP para a modernização da infraestrutura estadual (energia elétrica e malha rodoviária). O FDE compunha-se de recursos: I) extra-orçamentários; primeiramente o empréstimo compulsório na forma de alíquota adicional do Imposto sobre Vendas e Consignações – IVC – e depois o ICM (antigo Imposto sobre Circulação de Mercadorias, atual ICMS; II) rendas de investimentos em ações e das empresas em que mantinha participação acionária, incluindo empresas de economia mista e participação em investimentos de sucursais estrangeiras no Paraná. O FDE manteve participação acionária temporária na Volvo e na Philip Morris. Mais recentemente, o Estado reabilitou esta prática, ao assumir 40% do empreendimento da Renault no Paraná. Compondo o fundo deste modo, buscava-se autonomia financeira para bancar projetos industriais, sem haver a necessidade de recorrer a embates políticos para a obtenção de verbas orçamentárias, bem como evitar restrições de financiamento em épocas de contração econômica. (IPEA, 1999).

A partir de 1992, o FDE passou a contar também com recursos compensatórios da exploração de recursos hídricos, em outras palavras, os *royalties* de Itaipu e

pela compensação da exploração de petróleo, gás natural e recursos minerais, conforme disposto na Constituição Estadual. (IPEA, 1999).

O FDE ainda figura como importante instrumento do Estado do Paraná para investimentos de interesse econômico estadual e atualmente está sob gestão da Agência de Fomento do Estado do Paraná, ligada à Secretaria de Estado das Finanças do Paraná (SEFA).

Outra importante fonte de recursos foi a prorrogação dos prazos para pagamento do ICM – que se constituiu em mecanismo relevante para a atração de investimentos industriais. Também o município de Curitiba, além dos benefícios concedidos em termos de infraestrutura, concedeu inúmeros incentivos fiscais, a exemplo da isenção do imposto territorial urbano e predial pelo período de até 10 anos, com alíquota de 1% ao ano sobre o valor venal do imóvel. (IPEA, 1999).

### **3.1.2 Principais Projetos Industriais, Infraestrutura e Modernização Agrícola**

#### *a) Projeto da Cidade Industrial de Curitiba – CIC*

O projeto para a instalação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), nos anos 70, representa o maior esforço de industrialização do Paraná. O projeto foi de tamanha envergadura que, além de contar com recursos do FDE, envolveu recursos das três esferas da Federação e se prolongou para além da década de 80. (IPEA, 1999).

O governo estadual visualizou no município de Curitiba o polo irradiador do desenvolvimento industrial no estado. Sua implantação exigiu a coordenação de todos os órgãos do poder público estadual, as empresas de economia mista (SANE-PAR, COPEL e TELEPAR) e a prefeitura de Curitiba – destacando-se a autarquia municipal Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), que desempenhou papel fundamental no projeto de urbanização.

No âmbito financeiro, instituições das três esferas de governo financiaram a implantação de infraestrutura e das indústrias: Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE), o BANESE, BNH, Caixa Econômica Federal e BNDES. (IPEA, 1999).

---

<sup>14</sup> Antigo banco estadual, um dos mais sólidos do sistema financeiro público do país até meados dos anos noventa, foi adquirido no ano 2000 pelo Banco Itaú, durante a onda de privatizações de bancos estaduais na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso (SALVIANO JUNIOR, 2004).

Na designação das responsabilidades, coube à prefeitura: I) desenvolver projetos de urbanização de terraplanagem e pavimentação dos acessos à CIC; II) liberar as terras declaradas de utilidade pública para a instalação da CIC; e III) fazer cumprir a lei de incentivos fiscais. À COHAB coube o plano de habitação popular; à SANEPAR, o abastecimento de água e sistemas de esgoto; à COPEL, a extensão e distribuição de energia, à TELEPAR, a instalação da rede de telecomunicações; ao governo do Estado, a liberação de 30% da parcela estadual de ICMS das indústrias instaladas na CIC; URBS e posteriormente CIC S/A, a coordenação e gerenciamento do projeto. (IPEA, 1999).

Como desdobramento da CIC, o Paraná contou com a instalação de setores industriais modernos. São exemplos o complexo metal-mecânico e o refino de petróleo na Região Metropolitana de Curitiba<sup>15</sup>.

#### b) *Infraestrutura Energética*

O estado é amplamente superavitário em infraestrutura energética, contando com uma série de hidrelétricas localizadas, sobretudo, na bacia do Rio Iguaçu, sendo as maiores Foz de Areia (Usina Bento Munhoz da Rocha Netto), Segredo (Usina Ney Braga) e Capivari-Cachoeira, todas da COPEL. Muitas se inserem em empreendimentos mais recentes, da década de noventa. Também seu sistema de distribuição e transmissão se expandiu consideravelmente, atendendo não somente à demanda estadual como também conexões no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. (IPEA, 1999).

A Usina Hidrelétrica de Itaipu se insere no âmbito de política estratégica a nível *nacional*, sendo expoente de modernização de infraestrutura energética não somente no estado ou no Brasil, mas em contexto mundial. É atualmente a maior usina hidrelétrica do mundo. São óbvios os desdobramentos positivos que decorrem de um empreendimento desta magnitude para a economia paranaense, no entanto, tal empreendimento não se constituiu em uma política de desenvolvimento estadual.

---

<sup>15</sup> A refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), pertencente à Petrobras e localizada no município de Araucária, constitui-se na maior empresa do setor petroquímico paranaense e na maior planta industrial da região sul do país, respondendo por aproximadamente 12% do fornecimento de derivados de petróleo no Brasil. Iniciou suas operações em dezembro de 1976.

c) *Infraestrutura de Transportes e Telecomunicações*

Durante a década de noventa, em função das péssimas condições do pavimento e de tráfego da malha rodoviária paranaense (tanto federal quanto estadual), bem como da escassez de recursos para sua restauração e duplicação, o Governo do Paraná encontrou na concessão a única alternativa para recuperar a infraestrutura rodoviária do estado. Assim, lançou-se o projeto Anel de Integração<sup>16</sup> que se constitui na ligação dos principais centros urbanos e econômicos do estado. O Anel se estende a leste com Curitiba e Paranaguá, e a Oeste com Foz do Iguaçu, interligando em seu interior, as cidades de Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina, Maringá e Cascavel. A ideia do projeto era dinamizar o crescimento do centro do estado, que se mostrou menos intenso que a região Metropolitana de Curitiba. Todo o Anel subordinou-se ao Programa de Concessão de Rodovias, que conta com a participação direta da iniciativa privada na exploração e operação das rodovias estaduais e federais por um período de 24 anos. (IPEA, 1999).

O Setor de telecomunicações no Brasil passou por um agressivo processo de privatizações ao longo da década de noventa, sob o pretexto de modernização e estruturação do mercado sob a égide da concorrência e da eficiência privada<sup>17</sup>. Até 1998, a Telecomunicações do Paraná S/A (TELEPAR) operava o setor de telefonia e transmissão de dados no estado e colocava-se entre as mais modernas do país. Entre 1987 e 1996, a TELEPAR quase dobrou o número de terminais de telefonia convencional em serviço, e nos anos noventa realizou uma série de investimentos substanciais para aumentar a capacidade instalada e diversificar serviços. No entanto, já na década de noventa, a situação financeira da empresa se fragilizou e a mesma terminou por ser incorporada à Brasil Telecom, e posteriormente à Oi<sup>18</sup>. (IPEA, 1999).

d) *Modernização da Agricultura e de culturas tradicionais*

A partir da década de setenta, a agricultura paranaense, já dinâmica e diversificada, passa a ser moderna e intensiva em tecnologia. As mudanças foram subs-

---

<sup>16</sup> Este projeto se insere no âmbito das privatizações e concessões a nível nacional, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998).

<sup>17</sup> Os desdobramentos deste processo são sentidos até os dias atuais, com recentes escândalos de práticas ilegais e a constatação de investimentos insuficientes em infraestrutura por parte das empresas concessionárias.

<sup>18</sup> Informações sobre privatização da TELEPAR obtidas do verbete sobre a empresa na enciclopédia eletrônica Wikipédia, disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/TELEPAR>>.

tanciais e implicaram em novas formas de organização da produção e estruturação fundiária, o estabelecimento de outra pauta de produtos e novas formas de comercialização dos mesmos. (LEÃO, 1989).

A soja se constituiu no principal veículo de modernização, passando de um produto sem expressão na década de sessenta para o principal produto agrícola nas décadas ulteriores. Sua expansão não afetou a produção paranaense de produtos tradicionais, ainda que em alguns casos, algumas culturas tenham sido deslocadas para áreas de menor produtividade. Isto se deu porque a modernização agrícola, embora tenha ocorrido em ritmos distintos em função da cultura e da região do Estado, se difundiu sobre toda a produção agropecuária. A ampliação das áreas de lavoura se deu mediante a incorporação de áreas menores pelas maiores, concentrando em um número menor de estabelecimentos as áreas cultivadas. Este fenômeno é reflexo direto da cultura da soja, cuja mecanização demanda áreas de plantio maiores. A mecanização, por sua vez, elevou a produtividade no campo com uma quantidade menor de trabalho, expulsando contingente expressivo de mão-de-obra ao longo das décadas. (LEÃO, 1989).

Neste processo de expansão e modernização agrícola, o crédito rural foi fundamental. Paralelamente, um complexo industrial de produção de insumos e máquinas agrícolas dele se beneficiou, uma vez que a linha de crédito de custeio – concedido em volume muito maior ao de investimento ou comercialização – destinava-se, sobretudo, à compra de insumos de origem industrial. Entre 1970 e 1979, o crédito rural concedido no Paraná passou de 37% a 80% do valor bruto da produção agropecuária. O crédito se destinou crescentemente ao financiamento de culturas modernas, intensivas em insumos e equipamentos industriais. Deste modo, seu acesso pelo pequeno produtor se viu limitado, uma vez que o crédito se baseava na utilização de tecnologias específicas e garantias fundiárias mínimas. Em outras palavras, esta política creditícia, se por um lado apoiou a expansão da agricultura moderna, por outro estimulou a concentração fundiária e o conseqüente agravamento de questões sociais no campo. (LEÃO, 1989).

O processo de comercialização também se alterou radicalmente. A figura do pequeno comerciante local, que conectava o pequeno produtor ao mercado comprador, cedeu espaço à figura das cooperativas, que surgem em defesa dos interesses da agricultura na medida em que esta, quando do aumento de sua produtividade,

estreitou relações com a indústria, ocupando, no entanto, o posto mais frágil desta relação. As cooperativas aparecem com grande vigor na economia paranaense. Após uma série de mudanças legais, lhe são permitidas a atuação como empresas comerciais e a captação de crédito a custo subsidiado. Inicialmente elas se valeram do dinamismo empregado pela soja; na década de oitenta sobreviveram aquelas que expandiram, diversificaram seus negócios e souberam conciliar os interesses às vezes dispares de seus associados. (LEAO, 1989).

Atualmente, algumas cooperativas se sobressaem em suas mesorregiões, nas quais se inserem como agentes dinâmicos e catalisadores do desenvolvimento regional. São exemplos as cooperativas do oeste do estado. (IPARDES, 2004).

Percebe-se que as mudanças impressas no aparato produtivo paranaense foram consideráveis, se deram de modo rápido, viabilizaram-se pela mobilização de recursos municipais, estaduais, federais e estrangeiros, e que se concentraram em determinadas localidades. O privilégio de determinadas regiões – nomeadamente de Curitiba e entorno para instalação industrial e meio oeste para geração de energia, por exemplo – se condiciona não somente pela existência de fatores locais vantajosos, como também pela influência que cada região exerce junto ao aparato governamental no que tange a definição de diretrizes de políticas de Estado.

#### **4. DELIMITAÇÃO DAS ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS**

A partir da identificação das espacialidades socialmente críticas presente no estudo (IPARDES, 2006)<sup>19</sup>, este item do trabalho tem o objetivo de reduzir estas mesmas espacialidades a determinados municípios, pois o município se constitui na menor unidade administrativa para a qual há a disponibilidade de variáveis econômicas e sociais – taxa de crescimento geométrico populacional, PIB per capita, coeficiente de Gini, IDH-M, entre outras – em base de dados de institutos de pesquisa como o IPARDES, IPEADATA e IBGE.

---

<sup>19</sup>Os Vários Paranás: Identificação das Especialidades Socioeconômico-Institucionais como Subsídio a Políticas de Desenvolvimento Regional.

O estudo “Os Vários Paranás” (IPARDES, 2006), ancorado em outros estudos da mesma instituição<sup>20</sup>, selecionou 20 indicadores sociais para mapear os piores espaços do estado em condições de precariedade, carência ou privação social. Os indicadores selecionados foram assim divididos: 16 para mapear proporções e 4 para números absolutos.

Os resultados obtidos para proporções e números absolutos foram bem distintos e merecem um detalhamento mais preciso. A última sessão deste capítulo, 4.3 *As Espacialidades Socialmente Críticas – a ESC 48*, consolidará os resultados apresentados nas sessões 4.1 *Indicadores Relativos* e 4.2 *Indicadores Absolutos*, de modo a apresentar as espacialidades socialmente críticas consideradas neste trabalho.

Os municípios, por sua vez, podem se manifestar socialmente críticos de duas maneiras: municípios que são em sua totalidade espacialidades socialmente críticas (pois figuram significativamente em índices críticos relativos) e municípios que *possuem em seus domínios* espacialidades socialmente críticas (pois figuram significativamente somente em índices absolutos).

#### 4.1 Indicadores Relativos

Estes indicadores captam os municípios que possuem significativa parcela de sua população em situação social crítica. Assim, estas municipalidades são consideradas espacialidades socialmente críticas *em sua totalidade*.

A metodologia de IPARDES 2006 constituiu em atribuir uma incidência a cada município que figurasse entre os 10% mais críticos por indicador, depois somou-se o número de incidências de cada município entre todos os indicadores analisados, de modo a obter os municípios em condições mais críticas no aspecto social.

Os indicadores relativos utilizados subdividem-se do seguinte modo:

---

<sup>20</sup> IPARDES. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003a; IPARDES. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M 2000**: anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba, 2003b. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br>>; IPARDES. **Paraná: diagnóstico social e econômico**. Curitiba, 2003c; IPARDES. **Atlas das necessidades habitacionais no Paraná**. Curitiba, 2004a. Convênio COHAPAR, IPARDES; IPARDES. **Leituras regionais**: mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba, 2004b. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>; IPARDES. **Tecnologias adequadas em equipamentos e serviços de saúde para escalas regionalmente diferenciadas**: referências para rediscussão da regionalização em saúde. Curitiba, 2005e.

- I. **Saúde:** coeficiente de mortalidade infantil (óbitos de menores de um ano/mil nascidos vivos) relativo ao ano de 2000, óbitos de crianças de 0 a 9 anos por causas evitáveis sobre o total de óbitos dessa faixa etária, na média 1997 /1998 (doenças infecciosas e parasitárias, doenças do aparelho respiratório, algumas afecções originadas do período perinatal), ambos da SESA; e esperança de vida ao nascer para o ano 2000 (medida em anos de vida), obtida do PNUD (2003);
- II. **Demografia:** índice de envelhecimento ou índice de idosos (população de 65 anos ou mais sobre a população de até 15 anos de idade), com base em dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2001);
- III. **Educação:** Taxa bruta de frequência escolar em 2000 (população que frequenta o ensino fundamental, médio, superior e especialização sobre população na faixa entre 7 e 22 anos), do PNUD (2003); anos de estudo do responsável pelo domicílio, particularizando as proporções de chefes com até três anos e sem instrução e dos chefes com 11 anos ou mais de instrução; e taxa de analfabetismo da população de 10 anos de idade ou mais, os dois últimos com base em dados do Censo Demográfico 2000;
- IV. **Renda:** Rendimento do responsável pelo domicílio, particularizando as proporções de chefes com menos de 1 salário mínimo e sem rendimento e de mais de 15 salários mínimos, com dados do IBGE (2000); a desigualdade de renda em 2000 (valor do rendimento mediano mensal das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, sobre o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes), metodologia aplicada pelo PNUD (2003); e a taxa de pobreza – proporção de famílias com renda mensal *per capita* até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, sobre o total de famílias residentes – , elaborada por IPARDES (2003a);
- V. **Moradia:** Déficit habitacional relativo em 2000, que considera domicílios improvisados, co-habitação familiar e co-habitação disfarçada (cômodos cedidos ou alugados), e adensamento excessivo; proporção de domicílios deficientes no acesso a abastecimento de água de rede, iluminação elétrica, instalação sanitária, e coleta de lixo urbano; e de domicílios ca-

rentes, ou seja, com a ausência de algumas dessas modalidades em 2000, todos elaborados com dados do Censo Demográfico 2000, processado pelo IPARDES (2004a) sob metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles, para cálculo das necessidades habitacionais (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004):

**VI. Indicador de comparabilidade nacional** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), do PNUD (2003). (IPARDES, 2006, p.25 e 26).

Para fins de análise deste trabalho, estabeleceu-se um corte em que somente os municípios que apresentaram no mínimo 5 incidências ou mais foram considerados como socialmente críticos. Se todos os municípios fossem incluídos, isto é, inclusive aqueles que obtiveram ao menos uma ocorrência crítica, ter-se-ia um corte de 142 municípios, ou seja, 35,59% dos municípios paranaenses<sup>21</sup>. Do modo arbitrado, tem-se aqui um corte de 41 municípios ou 10,28% dos municípios do Estado. A tabela 1 evidencia estes municípios e sua respectiva população em 2010<sup>22</sup>.

Os dois municípios que lideraram o ranking entre os 10% mais críticos foram Doutor Ulysses e Laranjal, com dez incidências entre os 16 indicadores relativos. Logo abaixo, com nove incidências, surgem os municípios de Cerro Azul, Cândido de Abreu, Santa Maria do Oeste, e Mato Rico; com oito incidências – que corresponde à metade dos indicadores utilizados – figuram os municípios de Reserva, Rio Bonito do Iguaçu, Diamante do Sul e Godoy Moreira. (IPARDES, 2006).

---

<sup>21</sup> Este número mostra-se preocupante na medida em que evidencia a fragilidade social no estado do Paraná disseminada por diversas regiões.

<sup>22</sup> Adverte-se o leitor para o fato de que a agregação da população de 2010 dos municípios tem como objetivo ilustrar o peso recente destes municípios na população estadual, e não estabelecer vínculo analítico com os índices estudados, oriundos, sobretudo, dos anos de 2000 e 2003.

TABELA 1 - MUNICÍPIOS COM MAIS INCIDÊNCIAS CRÍTICAS EM ÍNDICES RELATIVOS.

MUNICÍPIO	Nº INCIDÊNCIAS	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO 2010	% do Total do Estado
Doutor Ulysses	10	Metropolitana de Curitiba	5.727	0,05%
Laranjal	10	Centro-Sul Paranaense	6.360	0,06%
Cerro Azul	9	Metropolitana de Curitiba	16.938	0,16%
Cândido de Abreu	9	Norte Central Paranaense	16.655	0,16%
Santa Maria do Oeste	9	Centro-Sul Paranaense	11.500	0,11%
Mato Rico	9	Centro-Sul Paranaense	3.818	0,04%
Reserva	8	Centro-Oriental Paranaense	25.172	0,24%
Rio Bonito do Iguaçu	8	Centro-Sul Paranaense	13.661	0,13%
Diamante do Sul	8	Oeste Paranaense	3.510	0,03%
Godoy Moreira	8	Norte Central Paranaense	3.337	0,03%
Guaraqueçaba	5 a 7	Metropolitana de Curitiba	7.871	0,08%
Adrianópolis	5 a 7	Metropolitana de Curitiba	6.376	0,06%
Tunas do Paraná	5 a 7	Metropolitana de Curitiba	6.256	0,06%
Ventania	5 a 7	Centro-Oriental Paranaense	9.957	0,10%
Ortigueira	5 a 7	Centro-Oriental Paranaense	23.380	0,22%
Tamarana	5 a 7	Norte Central Paranaense	12.262	0,12%
São Jerônimo da Serra	5 a 7	Norte Pioneiro Paranaense	11.337	0,11%
Imbaú	5 a 7	Centro-Oriental Paranaense	11.274	0,11%
Rosário do Ivaí	5 a 7	Norte Central Paranaense	5.588	0,05%
Rio Branco do Ivaí	5 a 7	Norte Central Paranaense	3.898	0,04%
Ariranha do Ivaí	5 a 7	Norte Central Paranaense	2.453	0,02%
Arapuã	5 a 7	Norte Central Paranaense	3.561	0,03%
Nova Tebas	5 a 7	Norte Central Paranaense	7.398	0,07%
Corumbataí do Sul	5 a 7	Centro-Occidental Paranaense	4.002	0,04%
Coronel Domingos Soares	5 a 7	Centro-Sul Paranaense	7.238	0,07%
São João do Triunfo	5 a 7	Sudeste Paranaense	13.704	0,13%
Fernandes Pinheiro	5 a 7	Sudeste Paranaense	5.932	0,06%
Guamiranga	5 a 7	Sudeste Paranaense	7.900	0,08%
Iracema do Oeste	5 a 7	Oeste Paranaense	2.578	0,02%
Mariluz	5 a 7	Noroeste Paranaense	10.224	0,10%
Bom Jesus do Sul	5 a 7	Sudoeste Paranaense	3.796	0,04%
Pinhal de São Bento	5 a 7	Sudoeste Paranaense	2.625	0,03%
Espigão Alto do Iguaçu	5 a 7	Centro-Sul Paranaense	4.677	0,04%
Nova Laranjeiras	5 a 7	Centro-Sul Paranaense	11.241	0,11%
Altamira do Paraná	5 a 7	Centro-Occidental Paranaense	4.306	0,04%
Palmital	5 a 7	Centro-Sul Paranaense	14.865	0,14%
Goioxim	5 a 7	Centro-Sul Paranaense	7.503	0,07%
Marquinho	5 a 7	Centro-Sul Paranaense	4.981	0,05%
Bela Vista da Caroba	5 a 7	Sudoeste Paranaense	3.945	0,04%
Ramilândia	5 a 7	Oeste Paranaense	4.134	0,04%
Cruzmaltina	5 a 7	Norte Central Paranaense	3.162	0,03%
<b>TOTAL</b>			<b>335.102</b>	<b>3,21%</b>

FONTE: Elaboração própria com base nos dados de IPARDES 2006, 2013.

Percebe-se que entre os municípios com o pior desempenho em índices relativos (proporções e taxas), a maioria apresenta um caráter eminentemente rural, evidenciando alta concentração de trabalhadores em atividade agropecuária de baixa produtividade. Ademais, percebe-se um grau elevado de isolamento destes municípios; sua população é pequena (representavam juntos apenas 3,21% da população paranaense em 2010); a produção organiza-se em pequenas unidades familiares, muitas das quais com muitos membros não-remunerados. A localização dos municípios mais precários denuncia uma ocupação em áreas de menor potencial

para o uso agrícola do solo. Os municípios de Doutor Ulysses e Cerro Azul, por exemplo, situam-se na região do Vale do Ribeira, historicamente caracterizada por seu isolamento, pobreza e dependência. Ademais, outros municípios entre aqueles com maior incidência nos índices críticos estão situados nesta mesma região. Os demais municípios espalham-se, sobretudo, por uma extensa faixa central do estado, alguns invadem a porção sul de Cascavel e outros margeiam as fronteiras com Santa Catarina e São Paulo, além de alguns poucos municípios que surgem individualmente. (IPARDES, 2006).

A Tabela 2 evidencia a distribuição desses municípios pelas mesorregiões do estado:

TABELA 2 – CONCENTRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM MAIS INCIDÊNCIAS CRÍTICAS EM ÍNDICES RELATIVOS POR MESORREGIÃO.

MESORREGIÃO	Nº MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 2010	% do Total do Estado
Centro-Sul Paranaense	10	85.844	0,82%
Norte Central Paranaense	9	58.314	0,56%
Metropolitana de Curitiba	5	43.168	0,41%
Centro-Oriental Paranaense	4	69.783	0,67%
Oeste Paranaense	3	10.222	0,10%
Sudeste Paranaense	3	27.536	0,26%
Sudoeste Paranaense	3	10.366	0,10%
Centro-Occidental Paranaense	2	8.308	0,08%
Norte Pioneiro Paranaense	1	11.337	0,11%
Noroeste Paranaense	1	10.224	0,10%
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>335.102</b>	<b>3,21%</b>

FONTE: Elaboração própria com base nos dados de IPARDES 2006, 2013.

De modo geral, percebe-se que a distribuição da população dos municípios socialmente críticos não se dá de modo concentrado. Em outras palavras, todas as mesorregiões do Estado possuem municípios pouco dinâmicos, relativamente isolados e cuja maior parte da população se encontra em situação social crítica.

## 4.2 Indicadores Absolutos

Quando se analisam indicadores relativos, os grandes municípios – geralmente os mais dinâmicos do ponto de vista econômico – escondem situações socialmente críticas. Por esta razão, nesta sessão apresentar-se-ão os resultados para concentrações absolutas obtidos por IPARDES 2006. Figuram aqui os municípios com as maiores concentrações absolutas de pessoas vivendo em situação socialmente crítica, mesmo que esta população possa não representar um contingente significativo de sua população total.

Os indicadores absolutos considerados como mais representativos foram: volume da carência de moradia, o déficit absoluto estimado para o ano 2000 (IPARDES, 2004a); deficiência ou carência de infraestrutura de saneamento e energia elétrica, os domicílios deficientes e domicílios carentes, (IPARDES, 2004a); precariedade da renda da população – fator que restringe o acesso a bens e serviços; o número de pobres (IPARDES, 2003a). (IPARDES, 2006).

Novamente, deliberou-se aqui um corte em que somente os municípios com os 10% maiores volumes absolutos em pelo menos 2 indicadores ou mais foram considerados (TABELA 3). Desta forma, chega-se a 44 municípios, que representam 11% dos municípios do Paraná<sup>23</sup>, que detinham 63,38% da população paranaense em 2010. Caso fossem incluídos os municípios que estavam entre os 10% maiores volumes em ao menos um indicador, ter-se-ia um corte de 68 municípios, ou seja, 17,04% dos municípios do Estado e 69,78% da população do estado em 2010.

Observa-se que o volume absoluto de pobres concentra-se em poucos municípios. Ademais, estes municípios não são os mesmos daqueles levantados entre os piores para índices relativos. Estes municípios são, em sua maioria, municípios relevantes e dinâmicos do ponto de vista estadual. Os municípios com as maiores concentrações de pobres foram os que apresentaram as taxas de crescimento geométrico da população mais expressivas entre 1991 e 2000. (IPARDES, 2006).

---

<sup>23</sup> Corte semelhante ao realizado para índices relativos.

TABELA 3 – MUNICÍPIOS COM MAIORES VOLUMES DE POPULAÇÃO SOCIALMENTE CRÍTICA EM ÍNDICES ABSOLUTOS.

MUNICÍPIO	10 % MAIORES VOLUMES EM	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO 2010	% do Total do Estado
Curitiba	4 indicadores	Metropolitana de Curitiba	1.751.907	16,77%
São José dos Pinhais	4 indicadores	Metropolitana de Curitiba	264.210	2,53%
Almirante Tamandaré	4 indicadores	Metropolitana de Curitiba	103.204	0,99%
Colombo	4 indicadores	Metropolitana de Curitiba	212.967	2,04%
Campo Largo	4 indicadores	Metropolitana de Curitiba	112.377	1,08%
Ponta Grossa	4 indicadores	Centro-Oriental Paranaense	311.611	2,98%
Castro	4 indicadores	Centro-Oriental Paranaense	67.084	0,64%
Guarapuava	4 indicadores	Centro-Sul Paranaense	167.328	1,60%
Apucarana	4 indicadores	Norte Central Paranaense	120.919	1,16%
Londrina	4 indicadores	Norte Central Paranaense	506.701	4,85%
Foz do Iguaçu	4 indicadores	Oeste Paranaense	256.088	2,45%
Francisco Beltrão	4 indicadores	Sudoeste Paranaense	78.943	0,76%
Cascavel	4 indicadores	Oeste Paranaense	286.205	2,74%
Toledo	4 indicadores	Oeste Paranaense	119.313	1,14%
Umuarama	4 indicadores	Noroeste Paranaense	100.676	0,96%
Paranaguá	3 indicadores	Metropolitana de Curitiba	140.469	1,34%
Piraquara	3 indicadores	Metropolitana de Curitiba	93.207	0,89%
Fazenda Rio Grande	3 indicadores	Metropolitana de Curitiba	81.675	0,78%
Araucária	3 indicadores	Metropolitana de Curitiba	119.123	1,14%
Lapa	3 indicadores	Metropolitana de Curitiba	44.932	0,43%
Arapongas	3 indicadores	Norte Central Paranaense	104.150	1,00%
Cambé	3 indicadores	Norte Central Paranaense	96.733	0,93%
Sarandi	3 indicadores	Norte Central Paranaense	82.847	0,79%
Maringá	3 indicadores	Norte Central Paranaense	357.077	3,42%
Irati	3 indicadores	Sudeste Paranaense	56.207	0,54%
Paranavai	3 indicadores	Noroeste Paranaense	81.590	0,78%
Telêmaco Borba	3 indicadores	Centro-Oriental Paranaense	69.872	0,67%
Ivaiporã	3 indicadores	Norte Central Paranaense	31.816	0,30%
Campo Mourão	3 indicadores	Centro-Occidental Paranaense	87.194	0,83%
Pinhais	2 indicadores	Metropolitana de Curitiba	117.008	1,12%
São Mateus do Sul	2 indicadores	Sudeste Paranaense	41.257	0,39%
Palmas	2 indicadores	Centro-Sul Paranaense	42.888	0,41%
Pinhão	2 indicadores	Centro-Sul Paranaense	30.208	0,29%
Prudentópolis	2 indicadores	Sudeste Paranaense	48.792	0,47%
Pato Branco	2 indicadores	Sudoeste Paranaense	72.370	0,69%
Laranjeiras do Sul	2 indicadores	Centro-Sul Paranaense	30.777	0,29%
Reserva	2 indicadores	Centro-Oriental Paranaense	25.172	0,24%
Ortigueira	2 indicadores	Centro-Oriental Paranaense	23.380	0,22%
Pitanga	2 indicadores	Centro-Sul Paranaense	32.638	0,31%
Rolândia	2 indicadores	Norte Central Paranaense	57.862	0,55%
Cianorte	2 indicadores	Noroeste Paranaense	69.958	0,67%
Assis Chateaubriand	2 indicadores	Oeste Paranaense	33.025	0,32%
Marechal Cândido Rondon	2 indicadores	Oeste Paranaense	46.819	0,45%
Medianeira	2 indicadores	Oeste Paranaense	41.817	0,40%
<b>TOTAL</b>			<b>6.620.396</b>	<b>63,38%</b>

FONTE: Elaboração própria com base nos dados de IPARDES 2006, 2013.

TABELA 4 – CONCENTRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM MAIORES VOLUMES DE POPULAÇÃO SOCIALMENTE CRÍTICA EM ÍNDICES ABSOLUTOS, POR MESORREGIÃO.

MESORREGIÃO	Nº MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 2010	% do Total do Estado
Metropolitana de Curitiba	11	3.041.079	29,12%
Norte Central Paranaense	8	1.358.105	13,00%
Oeste Paranaense	6	783.267	7,50%
Centro-Sul Paranaense	5	303.839	2,91%
Centro-Oriental Paranaense	5	497.119	4,76%
Sudeste Paranaense	3	146.256	1,40%
Noroeste Paranaense	3	252.224	2,41%
Sudoeste Paranaense	2	151.313	1,45%
Centro-Occidental Paranaense	1	87.194	0,83%
Norte Pioneiro Paranaense	0	-	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>6.620.396</b>	<b>63,38%</b>

FONTE: Elaboração própria com base nos dados de IPARDES 2006, 2013.

A tabela 4 evidencia a distribuição dos municípios que detêm as maiores espacialidades críticas em números absolutos por mesorregião. Percebe-se que há uma concentração maior destes municípios<sup>24</sup>, que a maioria deles é de caráter urbano e que conduzem a dinâmica da economia paranaense. Assim, compreende-se que as maiores espacialidades socialmente críticas do Paraná não se encontram isoladas dos centros dinâmicos, antes se encontram incrustados nos mesmos.

Como já apontado em IPARDES 2006, os espaços relevantes do estado promovem o desenvolvimento de forma seletiva, gerando desigualdades, concentrando os ganhos produtivos e sociais. A riqueza e a pobreza convivem lado a lado nos centros mais dinâmicos do Paraná.

#### 4.3 As Espacialidades Socialmente Críticas – Recorte ESC 48

Se fossem considerados todos os municípios que figuraram entre os piores em *ao menos um* índice social crônico, seja ele relativo ou absoluto, teríamos um total de 208 municípios, o que representa 52,13% do total de municípios paranaenses<sup>25</sup> e mais de 75% da população total em 2010. Em outras palavras, mais da me-

<sup>24</sup> A mesorregião do Norte Pioneiro não colocou nenhum município entre as maiores espaços socialmente críticos do Estado, em decorrência do esvaziamento populacional que esta mesorregião experimenta desde a década de setenta.

<sup>25</sup> Apenas dois municípios figuraram entre os piores tanto para números relativos quanto absolutos: Reserva e Ortigueira. A condição peculiar da atual ocupação de ambos os municípios explicam esse péssimo desempenho. Ambos abrigam áreas destinadas a reservas indígenas e assentamentos rurais. Mais informações sobre estes dois municípios nas sessões 6.2.2 *A Formação Econômica das*

tade dos municípios paranaenses detinham algum índice socialmente crônico para o período analisado<sup>26</sup>. Esta estatística mostra que, a despeito do desenvolvimento econômico do Paraná ao longo das últimas décadas, até o início do século XXI, a desigualdade social continuou presente e esteve relativamente bem difundida em todo estado.

Ao consolidar os municípios ranqueados por índices relativos e absolutos, chega-se a um total de 83 municípios, assim espalhados pelas mesorregiões (TABELA 5):

TABELA 5 – NÚMERO DE MUNICÍPIOS SOCIALMENTE CRÍTICOS OU QUE DETÊM ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS, POR MESORREGIÃO.

MESORREGIÃO	Nº MUNICÍPIOS ESC	TOTAL DE MUNICÍPIOS	ESC NA MESSOREGIÃO (%)	% DO TOTAL DA ESC 83
Norte Central Paranaense	17	79	22%	20%
Metropolitana de Curitiba	16	37	43%	19%
Centro-Sul Paranaense	15	29	52%	18%
Oeste Paranaense	9	50	18%	11%
Centro-Oriental Paranaense	7	14	50%	8%
Sudeste Paranaense	6	21	29%	7%
Sudoeste Paranaense	5	37	14%	6%
Noroeste Paranaense	4	61	7%	5%
Centro-Occidental Paranaense	3	25	12%	4%
Norte Pioneiro Paranaense	1	46	2%	1%
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>399</b>		<b>100%</b>

FONTE: Elaboração própria com base nos dados de IPARDES 2006.

Estes 83 municípios serão doravante denominados ESC 83. No Capítulo 6 - *Análise das Espacialidades Socialmente Críticas*, item 6.2.3 *Indicadores Sociais*, haverá uma análise da evolução do IDH-M específica para este recorte de municípios.

Percebe-se que somente as mesorregiões Norte Central Paranaense, Metropolitana de Curitiba e Centro-Sul Paranaense concentram 58% dos municípios da ESC 83. *Estes espaços serão o foco principal deste trabalho de pesquisa*, doravante denominados ESC 48, até porque são neles que se abrigam os já conhecidos bolsões de pobreza do Paraná, o Vale do Ribeira / Guaraqueçaba e uma extensa porção central do estado, além da Mesorregião mais dinâmica, que abriga a capital, Curitiba, município com a maior concentração absoluta de famílias pobres<sup>27</sup>. Assim,

*Espacialidades Socialmente Críticas por Blocos Regionais e 6.2.3 Indicadores Sociais*. Os dois municípios foram contados somente uma vez para o cálculo do total de municípios com ao menos um índice socialmente crônico, seja ele absoluto ou relativo.

<sup>26</sup> Reitera-se que a maioria dos índices analisados é dos anos de 2000 e 2003.

<sup>27</sup> Ver item 6.2.3 *Indicadores Sociais*.

selecionando-se este espaço, reduz-se a análise a 48 municípios que são ou detêm espacialidades socialmente críticas. Estes municípios representam somente 12% do total de municípios do estado, porém abrigavam aproximadamente 47% da população paranaense em 2010. Busca-se compreender o processo recente de desenvolvimento tanto de municípios isolados quanto daqueles que se interligam a ou são centros dinâmicos economicamente. No entanto, alguns municípios de outras mesorregiões, sobretudo as do Oeste e Centro-Oriental Paranaense, também aparecerão em avaliações de análise por demonstrarem desempenhos sociais distintos e/ou críticos. Essas últimas mesorregiões detiveram juntas 19% dos municípios socialmente críticos ou que detêm espacialidades socialmente críticas.

TABELA 6 – ESC 48: MUNICÍPIOS SOCIALMENTE CRÍTICOS OU QUE DETÊM ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS – FOCO DE PESQUISA.

MUNICÍPIO	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO 2010	% do Total do Estado
Adrianópolis	Metropolitana de Curitiba	6.376	0,13%
Almirante Tamandaré	Metropolitana de Curitiba	103.204	2,11%
Apucarana	Norte Central Paranaense	120.919	2,47%
Arapongas	Norte Central Paranaense	104.150	2,13%
Arapuã	Norte Central Paranaense	3.561	0,07%
Araucária	Metropolitana de Curitiba	119.123	2,44%
Ariranha do Ivaí	Norte Central Paranaense	2.453	0,05%
Cambé	Norte Central Paranaense	96.733	1,98%
Campo Largo	Metropolitana de Curitiba	112.377	2,30%
Cândido de Abreu	Norte Central Paranaense	16.655	0,34%
Cerro Azul	Metropolitana de Curitiba	16.938	0,35%
Colombo	Metropolitana de Curitiba	212.967	4,35%
Coronel Domingos Soares	Centro-Sul Paranaense	7.238	0,15%
Cruzmaltina	Norte Central Paranaense	3.162	0,06%
Curitiba	Metropolitana de Curitiba	1.751.907	35,82%
Doutor Ulysses	Metropolitana de Curitiba	5.727	0,12%
Espigão Alto do Iguaçu	Centro-Sul Paranaense	4.677	0,10%
Fazenda Rio Grande	Metropolitana de Curitiba	81.675	1,67%
Godoy Moreira	Norte Central Paranaense	3.337	0,07%
Goioxim	Centro-Sul Paranaense	7.503	0,15%
Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	167.328	3,42%
Guaraqueçaba	Metropolitana de Curitiba	7.871	0,16%
Ivaiporã	Norte Central Paranaense	31.816	0,65%
Lapa	Metropolitana de Curitiba	44.932	0,92%
Laranjal	Centro-Sul Paranaense	6.360	0,13%
Laranjeiras do Sul	Centro-Sul Paranaense	30.777	0,63%
Londrina	Norte Central Paranaense	506.701	10,36%
Maringá	Norte Central Paranaense	357.077	7,30%
Marquinho	Centro-Sul Paranaense	4.981	0,10%
Mato Rico	Centro-Sul Paranaense	3.818	0,08%
Nova Laranjeiras	Centro-Sul Paranaense	11.241	0,23%
Nova Tebas	Norte Central Paranaense	7.398	0,15%
Palmas	Centro-Sul Paranaense	42.888	0,88%
Palmital	Centro-Sul Paranaense	14.865	0,30%
Paranaguá	Metropolitana de Curitiba	140.469	2,87%
Pinhais	Metropolitana de Curitiba	117.008	2,39%
Pinhão	Centro-Sul Paranaense	30.208	0,62%
Piraquara	Metropolitana de Curitiba	93.207	1,91%
Pitanga	Centro-Sul Paranaense	32.638	0,67%
Rio Bonito do Iguaçu	Centro-Sul Paranaense	13.661	0,28%
Rio Branco do Ivaí	Norte Central Paranaense	3.898	0,08%
Rolândia	Norte Central Paranaense	57.862	1,18%
Rosário do Ivaí	Norte Central Paranaense	5.588	0,11%
Santa Maria do Oeste	Centro-Sul Paranaense	11.500	0,24%
São José dos Pinhais	Metropolitana de Curitiba	264.210	5,40%
Sarandi	Norte Central Paranaense	82.847	1,69%
Tamarana	Norte Central Paranaense	12.262	0,25%
Tunas do Paraná	Metropolitana de Curitiba	6.256	0,13%
<b>ESC TOTAL</b>		<b>4.890.349</b>	<b>46,82%</b>

FONTE: Elaboração própria com base nos dados de IPARDES 2006, 2013.

## 5. PROBLEMAS METODOLÓGICOS

Este trabalho de pesquisa encontrou uma série de dificuldades e restrições para a delimitação das espacialidades socialmente críticas do Estado do Paraná, bem como para a coleta, compilação e análise de dados estatísticos desde a década de 1970. Estas dificuldades e restrições serão detalhadas a seguir.

### 5.1 Delimitação das Espacialidades Socialmente Críticas – Dificuldades e Restrições

Na realidade, a delimitação das espacialidades socialmente críticas foi um corte realizado a partir do resultado do estudo IPARDES 2006. Este corte se deu no sentido de concentrar o esforço de pesquisa no menor número possível de municípios, mas que, ao mesmo tempo, fosse o mais representativo para o fenômeno que se busca compreender: como se deu o desenvolvimento econômico das espacialidades socialmente críticas do Estado do Paraná a partir da década de 1970. Uma vez mapeadas as espacialidades socialmente críticas em termos de municípios, o objetivo é analisar a evolução destas variáveis nas espacialidades socialmente críticas em comparação com o resto do Estado.

No entanto, a realização deste corte enfrentou algumas dificuldades. Quando se chega ao resultado para índices relativos, o estudo IPARDES 2006 traz no corpo do texto, de forma clara e direta, somente os municípios que tiveram dez e oito incidências entre os 10% mais críticos para os índices selecionados. Os municípios com 5 e 7 incidências foram compilados através do mapa 6 do mesmo estudo, da sessão “Mapas e Figuras”, página 82, que segrega os municípios por situação social crônica em graduações distintas de cores. Utilizou-se o mapa político do Estado do Paraná disponível no IBGE Cidades@ como apoio para validação de cada município do mapa 6, uma vez que o processo foi feito manualmente. Do mesmo modo, a compilação de municípios com os piores resultados para índices absolutos enfrentou problema semelhante. Neste caso, todos os municípios foram compilados através do mapa 7 do referido estudo, da sessão “Mapas e Figuras”, página 83. Igualmente, utilizou-se o mapa político do estado do IBGE Cidades@ como apoio para validação de cada município.

Ademais, o mapa 6 parece trazer uma inconsistência. Se se somam todos os municípios discriminados por categorias de ocorrência (entre 8 e 10 ocorrências, 10 municípios; entre 5 e 7 ocorrências<sup>28</sup>, 31 municípios; entre 3 e 4 ocorrências, 31 municípios; uma ou 2 ocorrências, 70 municípios e sem ocorrências, 134 municípios) obtém-se um total de 276 municípios, quando na realidade o Paraná se compõe de 399 municípios atualmente. Percebe-se que a contagem para *uma ou duas ocorrências* está subestimada. No mapa, há muito mais que 70 municípios sob esta categoria.

## 5.2 As Variáveis Estudadas – Dificuldades e Limitações

As variáveis municipais analisadas foram: Taxa de Crescimento Geométrico Populacional, Rendimentos Médios Recebidos em meio Urbano, Rural e Total, PIB *per capita*, Coeficiente de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)<sup>29</sup>. Objetivou-se a análise da evolução dessas variáveis ao longo das três últimas décadas do século XX, quando possível<sup>30</sup>. Adicionalmente, para comparação internacional, obteve-se o Coeficiente de Gini para países disponível na base de dados do Banco Mundial<sup>31</sup> e IDH para alguns países, por nível de desenvolvimento, disponíveis em relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – UNDP 2011, em inglês.

Por não haver série temporal de PIB *per capita* municipal desde 1970, obteve-se os rendimentos municipais médios recebidos, de IPEADATA 2013, que abranje o período em questão. Igualmente, somente há Coeficiente de Gini municipal para os anos de 1991 e 2000. O IDH-M foi assim obtido: para os anos de 1991 e 2000, a partir de IPARDES 2013 e para os anos de 1970 e 1980 a partir de IPEADATA 2013<sup>32</sup>.

O fato de algumas variáveis não cobrir o período demandado por este trabalho se constituiu na primeira dificuldade de pesquisa. Depois, a criação de novos

---

<sup>28</sup> Na legenda do documento original figura “entre cinco e **oito** ocorrências”. Corrige-se equívoco por se entender o real significado da legenda.

<sup>29</sup> Todas disponíveis para consulta pública nas bases de dados de IPARDES 2013 e IPEADATA 2013.

<sup>30</sup> Nem todas as variáveis contam com séries históricas desde o princípio da década de 1970.

<sup>31</sup> (THE WOLRD BANK, 2013).

<sup>32</sup> Originalmente, assim como o PIB municipal para alguns anos, não existe cálculo de IDH-M anterior à década de 1990. Por este motivo, o IDH-M disponível para os anos anteriores é uma estimativa cuja metodologia pode ser apreciada em IPEADATA, 2004.

municípios durante o período analisado, já se constitui, por si mesmo, em fator limitante para um estudo quantitativo desde a década de setenta. Este fenômeno, por seu caráter singular, merecerá um detalhamento mais preciso na sessão *5.2.1 A Criação de Municípios no Paraná a partir de 1980*.

Deste modo, em face destas limitações, lançou-se mão de estudos empíricos dos pesquisadores Trevisan & De Lima (2010) e Harfuch & Santos Filho (2008); relatórios e diversos estudos socioeconômicos e históricos do IPARDES e do IPEA de maneira a dar maior robustez à análise aqui realizada.

Compreende-se, também, que a abrangência do trabalho aqui exposto é muito grande, e ao invés de esgotar o tema, antes se constitui em um trabalho que concede indicações a futuros trabalhos sobre as espacialidades socialmente críticas do Estado do Paraná.

### **5.2.1 A Criação de Municípios no Paraná a partir de 1980**

Desde o princípio da década de 1980 até o momento em que se desenvolve este trabalho, 109 municípios foram criados no Estado do Paraná<sup>33</sup>. Este fato impõe um trabalho adicional à avaliação quantitativa mais detalhada do desempenho das espacialidades socialmente críticas do estado. A rigor, deve-se mapear os municípios anteriores e analisar aqueles que deram origem a municípios que são espacialidades socialmente críticas ou que detêm espacialidades socialmente críticas. Este mapeamento está evidenciado pela Tabela 7. Destes 109 municípios, 34 são ou detêm espacialidades socialmente críticas de acordo com o estabelecido no capítulo 4 – Delimitação das Espacialidades Socialmente Críticas.

---

<sup>33</sup> Ver Apêndice.

TABELA 7 – MUNICÍPIOS CRIADOS NO PARANÁ A PARTIR DE 1980 QUE SÃO OU DETÊM ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS, POR ANO DE CRIAÇÃO.

ANO DE CRIAÇÃO	MUNICÍPIO CRIADO	MUNICÍPIO DE ORIGEM	
1983	Altamira do Paraná	Palmital	-
1983	Sarandi	Marialva	-
1989	Corumbataí do Sul	Barbosa Ferraz	-
1989	Nova Tebas	Pitanga	-
1989	Rosário do Ivaí	Grandes Rios	-
1990	Godoy Moreira	São João do Ivaí	-
1993	Diamante do Sul	Guaraniaçu	-
1993	Doutor Ulysses	Cerro Azul	-
1993	Fazenda Rio Grande	Mandirituba	-
1993	Iracema do Oeste	Formosa do Oeste	-
1993	Laranjal	Palmital	-
1993	Mato Rico	Pitanga	-
1993	Nova Laranjeiras	Laranjeiras do Sul	-
1993	Pinhais	Piraquara	-
1993	Pinhal de São Bento	Santo Antônio do Sudoeste	-
1993	Ramilândia	Matelândia	-
1993	Rio Bonito do Iguaçu	Laranjeiras do Sul	-
1993	Santa Maria do Oeste	Pitanga	-
1993	Tunas do Paraná	Bocaiúva do Sul	-
1993	Ventania	Tibagi	-
1997	Ariranha do Ivaí	Ivaiporã	-
1997	Arapuã	Ivaiporã	-
1997	Bela Vista da Caroba	Pérola d'Oeste	Pranchita
1997	Bom Jesus do Sul	Barracão	-
1997	Coronel Domingos Soares	Palmas	-
1997	Cruzmaltina	Faxinal	-
1997	Espigão Alto do Iguaçu	Quedas do Iguaçu	-
1997	Fernandes Pinheiro	Teixeira Soares	-
1997	Goioxim	Cantagalo	-
1997	Guamiranga	Imbituva	-
1997	Imbaú	Reserva	Telêmaco Borba
1997	Marquinho	Cantagalo	-
1997	Rio Branco do Ivaí	Grandes Rios	Rosário do Ivaí
1997	Tamarana	Londrina	-

Fonte: Elaboração própria a partir de IPARDES 2013.

Percebe-se que há municípios que são desmembramentos de mais de um município. É o caso dos municípios de Bela Vista da Caroba, Imbaú e Rio Branco do Ivaí, que herdaram territórios antes pertencentes às municipalidades de Pranchita e Pérola d'Oeste, Telêmaco Borba e Reserva e Rosário do Ivaí e Grandes Rios respectivamente.

A Tabela 8 abaixo discrimina a criação dos 109 municípios por ano. Percebe-se que houve um *boom* emancipacionista a partir da década de 1990.

TABELA 8 – CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO ESTADO DO PARANÁ A PARTIR DE 1980, POR ANO.

Ano de Criação	Nº de Municípios
1983	20
1986	1
1989	7
1990	5
1993	48
1997	28

FONTE: Elaboração própria a partir de IPARDES 2013.

O novo ambiente institucional fomentado pela Constituição de 1988 difundiu um “surto emancipacionista” em todo o Brasil. Entre as principais características deste ambiente, figuram a descentralização da regulamentação do processo emancipacionista em favor dos estados; ampliação dos recursos fiscais transferidos aos municípios pela União e a dinâmica resultante da relação entre os poderes Executivo e Legislativo em cada Estado. De 1988 a 2000, foram criados 1431 novos municípios em toda a federação, um incremento de 35% em relação à base de municípios que havia antes de 1988. O aumento de municípios no país foi tão significativo que houve a necessidade de o governo federal lançar a Emenda Constitucional n.º 15/96, que freou substancialmente tal processo. (ALVES, A.C, 1996).

O Paraná foi o sétimo estado brasileiro em número de municípios criados entre 1988 e 1996 – 81 municípios, dos quais 79 possuíam menos de 20 mil habitantes. Com efeito, 94,6% de todos os municípios criados no Brasil entre 1984 e 1997

são classificados como “municípios pequenos”, ou seja, com população inferior a 20 mil habitantes. (GOMES, G.M; MACDOWELL, M.C, 2000 *apud* ALVES, A.C, 1996) <sup>34</sup>.

Em uma série de artigos, os autores Moura e Ultramari (1994) demonstram que a criação de novos municípios no Paraná até a década de 1980 se deu em função do crescimento populacional das localidades emancipadas e do crescimento do próprio estado em direção ao interior. No entanto, questionam a criação de municípios entre 1980 e 1991. Neste período, 76% dos municípios criados apresentaram taxas de crescimento negativas até 1991; 96% situam-se entre as menores áreas administrativas do Estado; 76% possuíam caráter eminentemente rural e 82% apontavam menor diversidade de funções urbanas. (MOURA, R.; ULTRAMARI, C, 1994 *apud* ALVES, A.C, 1996) <sup>35</sup>.

Já Cigolini (2001), realizou um estudo empírico em que relaciona o resultado eleitoral das eleições de 1998 para deputados estaduais que propuseram projetos de lei para criação de novos municípios e seu desempenho em número de votos nos respectivos municípios e concluiu: “há vínculo eleitoral da maioria dos novos municípios com o autor do projeto para a sua emancipação”. (CIGOLINI, A.A, 2001 *apud* ALVES, A.C, 1996) <sup>36</sup>.

Uma vez que parece não haver um projeto político e social claro para estes municípios, o processo emancipacionista estaria alinhado com os interesses de seus formuladores – sobretudo deputados estaduais e líderes municipais –, quais sejam, a criação de espaços eleitorais para a consolidação de objetivos políticos e econômicos particulares. (MOURA, R.; ULTRAMARI, C, 1994 *apud* ALVES, A.C, 1996).

Fato institucional preponderante para a viabilização destas novas municipalidades, independentemente de a existência ser justificável ou não, foi a ampliação dos recursos fiscais federais para estados e municípios após 1988:

Com a Constituição de 1988, artigo 159, a divisão dos recursos do âmbito federal para os estados, com o Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE), e municípios, com o FPM, aumentou consideravelmente, comparativamente com a época anterior. Além do FPM, ocorreu também o aumento dos repasses estaduais aos seus municípios, com o ICMS, por e-

---

<sup>34</sup>GOMES, Gustavo Maia; MACDOWELL, Maria Cristina. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mal para o econômico nem sempre é bom para o social.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, 706).

<sup>35</sup>MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clóvis. **Espacialidades e territorialidades.** In: MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clóvis. (Org.). *Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática.* Curitiba: IPARDES, 1994.

<sup>36</sup>CIGOLINI, Adilar Antonio. **Território e fragmentação: análise do processo recente de criação de municípios no Paraná.** RA'EGA: O Espaço Geográfico em Análise. Curitiba: Ed. UFPR, n.5, p.47-66, 2001.

xemplo, previsto pela Constituição do Estado do Paraná, artigo 132, em acordo com a Constituição Federal, artigo 158. (ALVES, A.C. 1996, p.58).

No entanto, a fragilidade financeira dos municípios paranaenses é evidente. De acordo com a Associação dos Municípios do Paraná (AMP), em 75% das prefeituras do Estado, o FPM é a principal fonte de receita, sem a qual, cidades pequenas não manteriam a estrutura de funcionamento do serviço público<sup>37</sup>.

### 5.2.2 Considerações para Taxa de Crescimento Geométrico Populacional, PIB *per capita*, Rendimentos Médios Recebidos, Coeficiente de Williamson, Coeficiente de Gini e IDH-M.

#### a) Taxa de Crescimento Geométrico Populacional

A Taxa de Crescimento Geométrica Populacional foi obtida a partir de IPARDES 2013, para os decênios 1970-1980, 1980-1991, 1991-2000 e 2000-2010. É o crescimento da população de um local considerando duas datas sucessivas e o intervalo de tempo entre essas datas, medido em ano. Para os municípios instalados nos períodos intercensitários, reconstituiu-se suas populações para o ano do censo do início do decênio, a fim de possibilitar o cálculo das taxas de crescimento. Portanto a taxa de crescimento de 1980 é referente ao decênio de 1970/1980, a de 1991 é de 1980/1991, a de 2000 é de 1991/2000 e a de 2010 é de 2000/2010. (IPARDES, 2013).

A rigor, para se obter a taxa de crescimento geométrico  $r$ , subtrai-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final  $P_t$  e a população no começo do período considerado  $P_0$ , multiplicando-se o resultado por 100, sendo  $n$  o número de anos no período. Formalmente<sup>38</sup>:

$$r = \left[ \left( \sqrt[n]{\frac{P_t}{P_0}} \right) - 1 \right] \times 100$$

#### b) PIB *per capita* Municipal

<sup>37</sup> Informação obtida do Jornal online Odiario.com. Disponível em: <<http://maringa.odiario.com/maringa/noticia/201159/novas-regras-dificultam-a-criacao-de-municipios/>>. Acessado em 08/02/2013.

<sup>38</sup> RIPSA – REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE. **Características dos Indicadores, Fichas de Qualificação**. Brasília: 2013. Disponível em: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=A.3&>>. Acesso em 17/02/2013.

O PIB *per capita* Municipal corresponde ao valor do PIB municipal global dividido pelo número absoluto de habitantes do município. (IPARDES, 2013).

A variável PIB *per capita* municipal mostrou-se ser inviável para uma análise íntegra desde a década de setenta. Para ela existem dados consolidados somente desde 2002 a 2010 para todos os municípios paranaenses em IPARDES 2013.

Arbitrariamente, obteve-se o PIB *per capita* para a ESC 48 através do PIB *per capita* municipal ponderado pelos respectivos pesos populacionais de cada município ESC 48 no total populacional da ESC 48 em 2010.

#### c) *Rendimentos Médios Recebidos*

Dada a inexistência de PIB *per capita* municipal desde a década de setenta, obteve-se em IPEADATA 2013 o Rendimento Médio Recebidos em meio rural, urbano e total para todos os municípios paranaenses para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000. A unidade é R\$ 1000,00 do ano 2000. Adiciona-se a seguinte ressalva: “para 1970 é usado o rendimento médio mensal, e para os demais anos é o rendimento do mês anterior à data de referência; sendo esta data 01/08 para o Censo de 2000 e 01/09 para os demais anos”. (IPEADATA, 2013).

Obteve-se os rendimentos médios da ESC 48 a partir de média aritmética simples dos rendimentos médios dos municípios componentes desta espacialidade.

#### d) *Coeficiente de Williamson*

O Coeficiente de Williamson (1977) <sup>39</sup> é uma verificação da hipótese do “U-invertido” de Kuznets. Trata-se de um coeficiente que avalia a dispersão de PIB *per capita* regionais em torno da média estadual, ponderando cada desvio em função do respectivo peso populacional em relação ao total estadual. Teoricamente, se atribui a disparidade regional à existência de recursos naturais diversos em cada região, à liberdade de movimentação de fatores (trabalho e capital) e a políticas de governo.

A rigor, é a raiz quadrática do somatório das diferenças entre PIB *per capita* de cada região ou município e o PIB *per capita* estadual, ponderado pelo peso da população regional/municipal no total estadual, dividido pelo PIB *per capita* estadual. Assim:

---

<sup>39</sup> WILLIAMSON, J.G. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição e padrões. In: SCHAWTZMAN, J. **Economia Regional**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1977, p. 53-116.

$$Vw = \frac{\sqrt{\sum_i (y_i - y_m)^2 \cdot \frac{f_i}{n}}}{y_m}$$

Onde:

**Vw** é o coeficiente de disparidade regional, que varia entre um máximo de um (1) e mínimo e zero (0); quanto mais próximo de um (1), maior a desigualdade regional de *PIB per capita*;

**y<sub>i</sub>** é o *PIB per capita* da i-ésima região;

**y<sub>m</sub>** é o *PIB per capita* médio (estadual ou nacional, dependendo do estudo que se faça);

**f<sub>i</sub>** é a população da i-ésima região;

**n** é a população total.

O valor *Vw* varia entre 1 (um) e 0 (zero), sendo que quanto mais próximo de 1 (um), maior desigualdade regional de *PIB per capita*. (TREVISAN & DE LIMA, 2010).

#### e) *Coeficiente de Gini*

O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade, comumente associada à mensuração de distribuição de renda. Seu cálculo se dá a partir da razão entre as áreas abaixo da Curva de Lorenz – *a / (a+b)* – conforme a figura 1. O eixo horizontal representa a porcentagem acumulada da população analisada, enquanto que o eixo vertical, a porcentagem acumulada da renda desta população. Assim, os dois eixos terminam em 100%. À medida que a curva de Lorenz evolui a partir da origem, a concentração da apropriação da renda será tanto maior quanto maior for o desvio da área "a" em relação à curva de 45°, que indica igualdade total na apropriação da renda. Dito de outro modo, o índice consiste num número entre 0 (zero) e 1(um), sendo zero a total igualdade na apropriação de renda e 1 (um) a total iniquidade na apropriação de renda, em que apenas um indivíduo detém toda a renda da comunidade enquanto que as demais pessoas não apropriam renda.

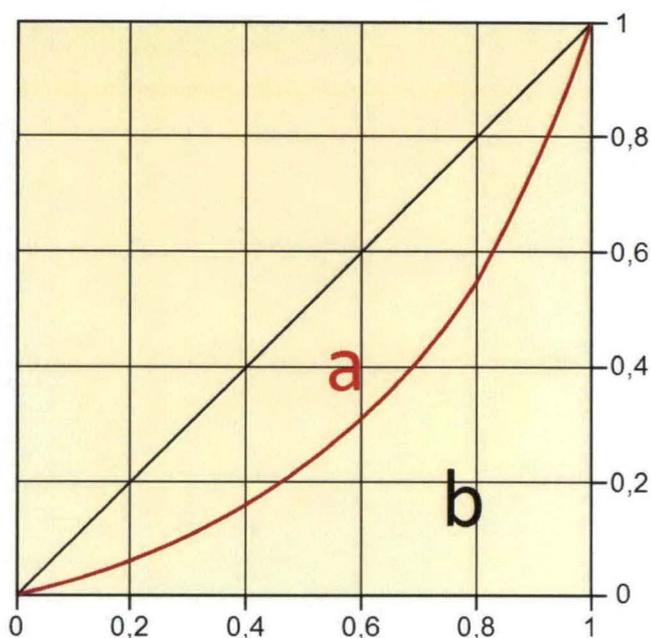


FIGURA 1- CURVA DE LORENZ  
 FONTE: microeconomia.org  
 NOTA: Adaptado pelo autor

f) *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M*

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, IDH-M, sintetiza diversos outros índices e permite a comparação de municípios a nível nacional. Ele se compõe de indicadores de educação (alfabetização e taxa de frequência escolar), longevidade e renda da população. Estes indicadores, por sua vez, compõem os seguintes índices: IDH-E (educação), IDH-L (longevidade) e IDH-R (renda), de cuja média aritmética simples resulta o IDH-M. Estes índices variam entre 0 (zero) e 1 (um), sendo 1 (um) o melhor valor possível. No caso do IDH, convencionou-se que países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento e aqueles com IDH igual ou superior a 0,800 possuem um desenvolvimento humano elevado. (IPARDES, 2013)

Para o IDH-M, no entanto, fazem-se alguns ajustes para que seja possível a avaliação de desenvolvimento entre os municípios. Basicamente, adicionam-se algumas subclasses (TABELA 9):

TABELA 9 – IDH-M E OS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.

IDH-M - INTERVALOS	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO
0,000 a < 0,3000	desenvolvimento humano baixo inferior
>= 0,300 a <0,500	desenvolvimento humano baixo
>= 0,500 a <0,650	desenvolvimento humano médio
>= 0,650 a <0,800	desenvolvimento humano médio superior
>= 0,800	desenvolvimento elevado

Fonte: Elaboração própria com base em IPARDES, 2013.

Estas categorias serão confrontadas com o IDH de países selecionados a fim de se ilustrar melhor cada nível de desenvolvimento. Adicionalmente, aprofunda-se a discussão sobre o IDH-M – evidenciando sua intrínseca limitação – ao se agregar a distribuição absoluta das famílias pobres e a taxa de pobreza por mesorregião no ano de 2000, de acordo com IPARDES 2004d.

## 6. ANÁLISE DAS ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS

Este capítulo do trabalho analisa a evolução das variáveis descritas na sessão anterior, além de agregar o resultado observado por estudos empíricos, nomeadamente Trevisan & De Lima (2010) e Harfuch & Santos Filho (2008), a análise de relatórios e demais estudos socioeconômicos de IPARDES e IPEA sobre a evolução recente da economia paranaense tendo como foco as espacialidades socialmente críticas.

### 6.1 Evoluções de Populações no Paraná e na ESC 48, 1970-2010 – De um Paraná Rural a Urbano

#### a) *Taxa de Crescimento Geométrico Populacional*

Desde a década de 1970 até 2010, o Estado do Paraná apresentou uma taxa de crescimento geométrico populacional *total* estável, de um pouco mais de 1% por decênio. No entanto, dividindo-se o estado em população rural e urbana e analisando a evolução para os dois tipos de população no mesmo período, percebe-se uma tendência inversa: enquanto a população urbana cresceu a taxas decrescentes no período (com grande intensidade no decênio 1970-1980), a população rural dimi-

nuiu a taxas decrescentes (igualmente com maior intensidade no decênio 1970-1980), como mostra o gráfico 1.

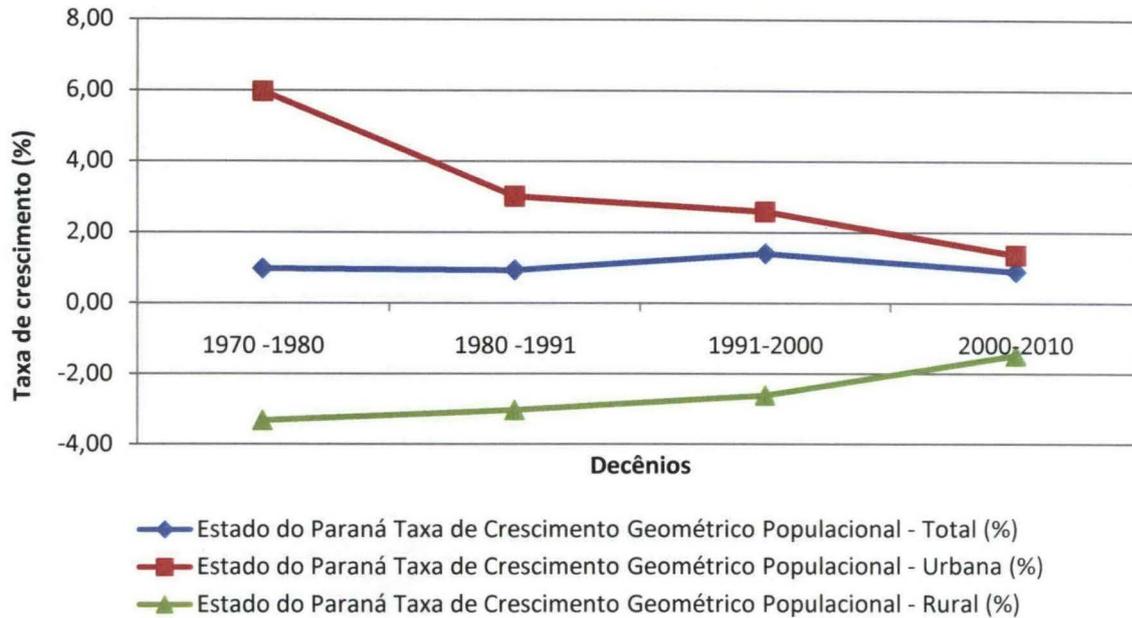


GRÁFICO 1 – TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO TOTAL, RURAL E URBANA DO ESTADO DO PARANÁ, POR DECÊNIOS, 1970 A 2010.

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES, 2013.

A taxa de crescimento populacional urbana esteve sempre acima da taxa total em todo o período considerado, assim como a taxa para o meio rural esteve sempre abaixo da total para todos os decênios. Ademais, o meio rural somente perdeu população ao longo do período, apresentando taxas sempre negativas.

É evidente que este comportamento reflete o fluxo migratório do meio rural para o urbano, mais intenso ao longo da década de setenta e que arrefeceu ao longo das décadas subsequentes. No entanto, percebe-se que se trata de um fenômeno duradouro, uma vez que se desenrola ininterruptamente por 40 anos. Este é o resultado prático da reestruturação produtiva do Paraná, que realocou contingentes populacionais em direção aos centros urbanos que conduziram o processo de desenvolvimento econômico do estado.

Quando se analisam as taxas de crescimento da ESC 48, percebe-se que sua evolução para população *total* possui tendência muito semelhante ao observado para a população *urbana* de todo estado, embora com menor intensidade (gráfico 2).

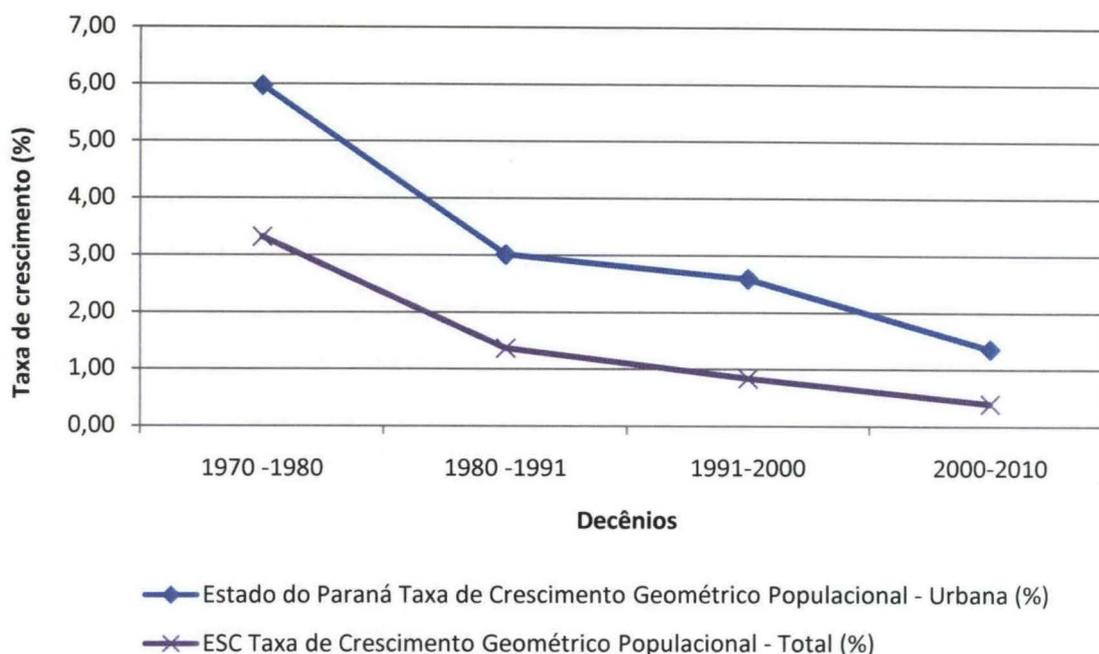


GRÁFICO 2 – COMPARAÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO URBANA DO PARANÁ COM A TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO TOTAL DA ESC 48, POR DECÊNIOS, 1970 A 2010.

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES, 2013.

Por outro lado, quando se analisam as taxas de crescimento exclusivamente em meio urbano, para todo o estado e a ESC 48, nota-se que o crescimento foi muito mais intenso nesta que no Paraná como um todo, embora preserve a mesma tendência de taxas decrescentes. Isto ocorre porque na amostra da ESC 48 figuram muitos dos principais municípios do estado, como Curitiba, Londrina, Maringá e São José dos Pinhais, que receberam fluxos migratórios ao longo dessas décadas. Para o decênio 1970-1980, a ESC 48 apresentou uma taxa geométrica de crescimento populacional urbana de mais de 9%, enquanto que o estado como um todo não chegou a 6%. (GRÁFICO 3). Também a média para todos os decênios é superior nas ESC que para todo o estado: 4,72% contra 3,23%. Neste âmbito, destaca-se o município de Colombo (ESC 48), que teve uma taxa média de crescimento geométrico populacional urbano por decênio de 15,33%; somente no decênio 1970-1980, sua população urbana cresceu a uma taxa geométrica de 47,98%, o maior crescimento encontrado no período para qualquer meio, seja urbano, rural ou total. Entre os 10 municípios com o maior crescimento no mesmo decênio, figuram outros quatro da ESC 48: Almirante Tamandaré, Piraquara e Araucária, da região metropolitana de Curitiba, e Pinhão, da porção central do estado.

Entre os 10 municípios que perderam mais população para o mesmo decênio, porém, não figura nenhum da ESC 48. Quando se analisa a taxa geométrica média para todos os decênios, entre os 10 municípios com as maiores taxas aparecem 3 ESC 48: Colombo (região metropolitana de Curitiba), Coronel Domingos Soares (centro-sul) e Goioxim (porção central do estado). Igualmente, não há nenhum ESC 48 entre os que mais perderam/expulsaram população, o que significa dizer que as espacialidades socialmente críticas concentraram mais do que perderam ou expulsaram população no período. Decorre disso que as espacialidades socialmente críticas encontram-se, sobretudo, incrustadas nas órbitas dos centros urbanos mais dinâmicos do estado.

O crescimento populacional em meio rural também seguiu a tendência estadual, porém as ESC perderam população rural de modo menos intenso que o observado em todo o estado. (GRÁFICO 4).

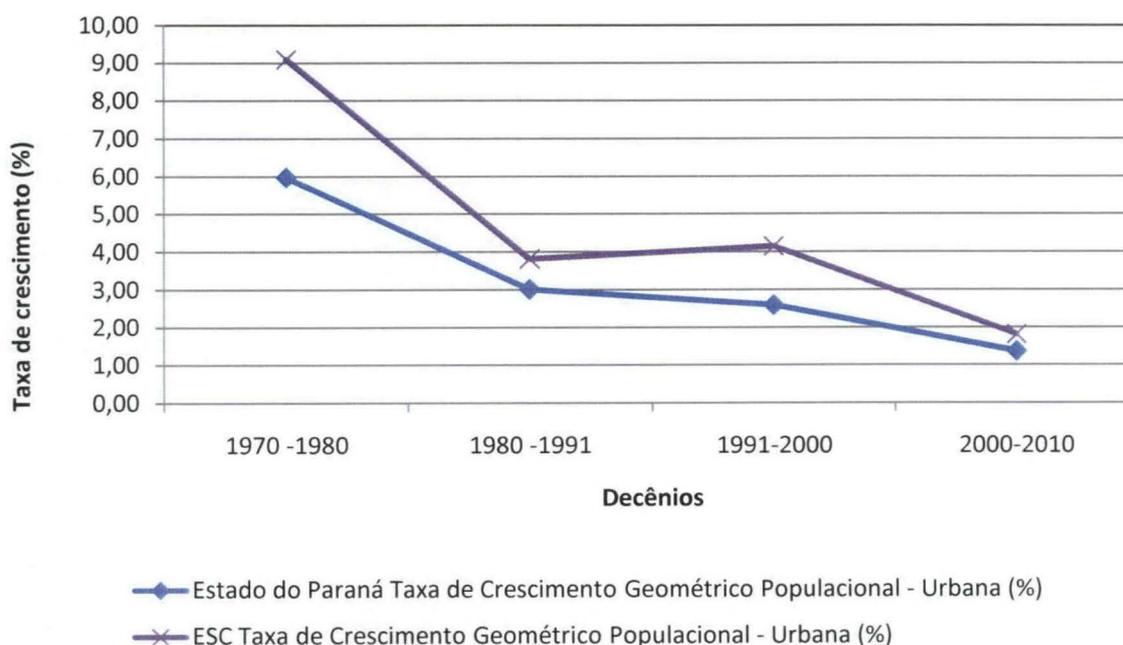


GRÁFICO 3 – COMPARAÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO URBANA DO PARANÁ COM A TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO URBANA DA ESC 48, POR DECÊNIOS, 1970 A 2010.

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES, 2013.

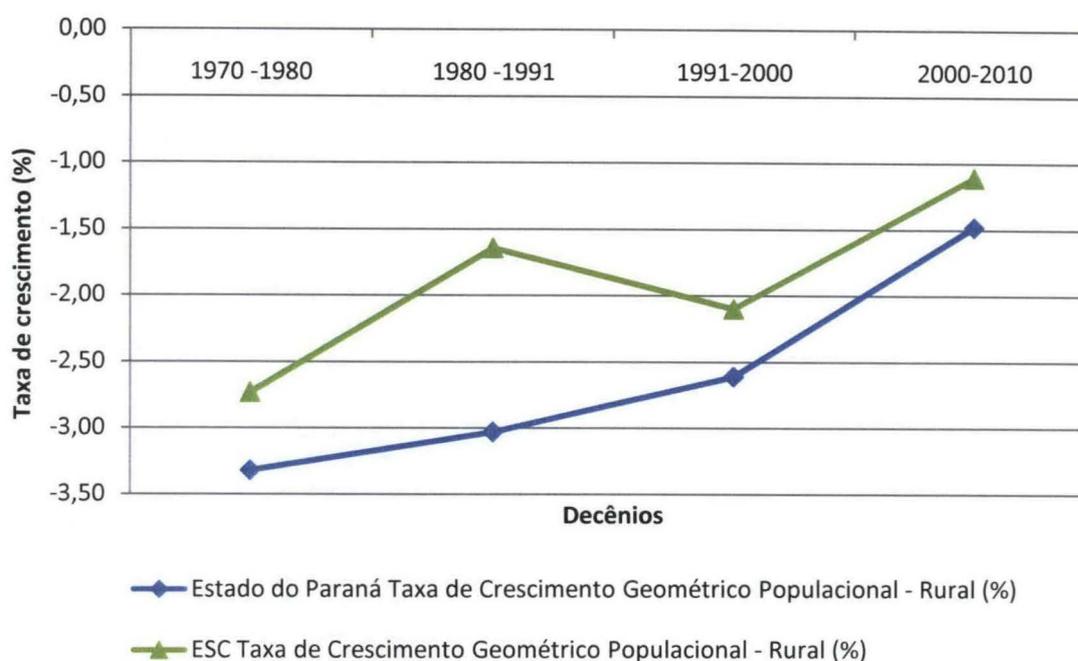


GRÁFICO 4 – COMPARAÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO RURAL DO PARANÁ COM A TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO RURAL DA ESC 48, POR DECÊNIOS, 1970 A 2010.

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES, 2013.

Somente estas observações já fornecem um importante aspecto da ESC 48: que ao longo dos decênios estudados, elas evoluíram em termos populacionais de modo semelhante ao meio urbano do estado. No entanto, percebe-se que as ESC compõem-se, sobretudo, de municípios que absorveram contingentes populacionais em meio urbano mais rapidamente que o estado do Paraná – denunciando um processo de urbanização atropelado e desorganizado; as ESC também liberaram contingentes do meio rural, porém a taxas menores que as verificadas para todo o estado.

*b) Rendimentos Médios Recebidos em meio urbano, rural e total – ESC 48 e o Paraná, 1970 - 2000*

Ao longo dos decênios considerados, o Paraná passou por um intenso processo de crescimento econômico, somente contido durante a década de oitenta – não à toa conhecida como a “década perdida” – quando a renda do estado avançou somente 5%. Entre 1970 e 2000, o estado multiplicou sua renda em mais de seis vezes. Percebe-se, no entanto, que houve uma gigantesca concentração desse ganho econômico em meio urbano. Como mostra o gráfico 5, enquanto que na década

de 70 o meio urbano detinha 63% do rendimento médio do estado, em 2000 sua participação saltou para 91%.

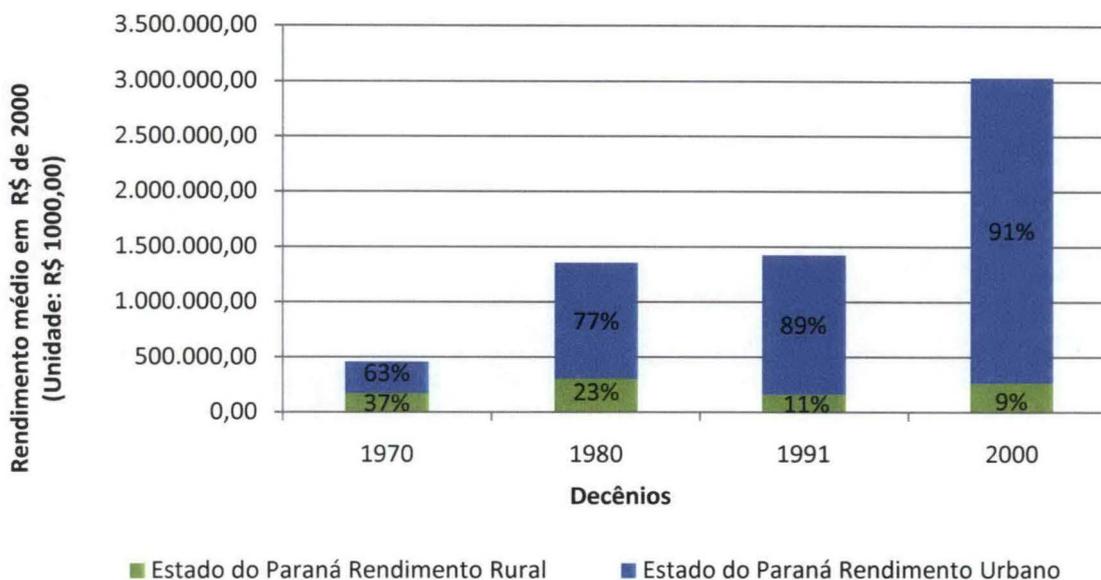


GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS RENDIMENTOS MÉDIOS, RURAL E URBANO, NO RENDIMENTO TOTAL DO PARANÁ, POR DECÊNIOS, 1970 A 2000.  
 FONTE: Elaboração própria com base em IPEADATA, 2013.

Quando se analisa exclusivamente a ESC 48, percebe-se que o meio urbano já detinha uma fatia relativamente maior dos rendimentos gerados desde a década de setenta. Com efeito, também se verifica forte movimento de concentração dos rendimentos em meio urbano para as espacialidades socialmente críticas. No período analisado, a composição urbano-rural de rendimento médio passou de 86% e 14% para 97% e 3%. (GRÁFICO 6).

Comparando-se a evolução dos rendimentos totais para o Paraná e a ESC 48, nota-se que esta última acumulou renda mais rapidamente que o estado (GRÁFICO 7). Assim, fica evidente que, passadas as três últimas décadas do século passado, o sucesso e o infortúnio socioeconômico no Paraná residem no mesmo espaço geográfico, qual seja, o meio urbano. Embora possa parecer contraditório, na realidade este fenômeno é o resultado de como se processou o desenvolvimento recente no Paraná, de modo agressivo e sem a revisão de aspectos sociais pelo Estado. Além disso, este fato é representativo não somente da organização da sociedade paranaense, como também da brasileira: sociedades desiguais cujo processo de

desenvolvimento se deu sem a concomitante promoção de ações que minimizassem o efeito concentrador de renda.

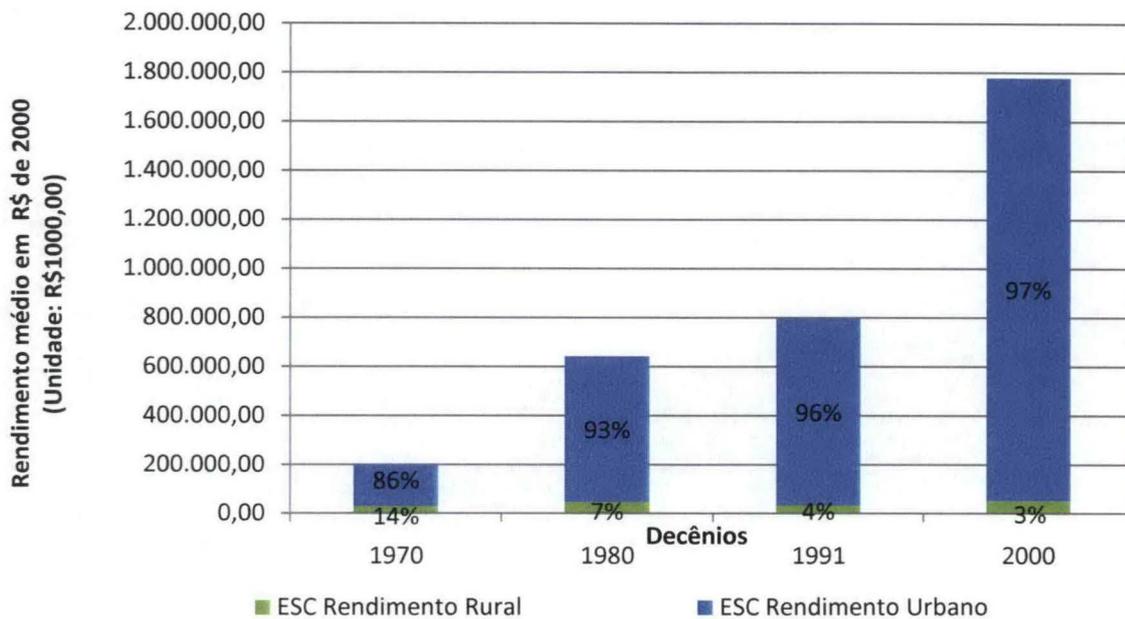


GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS RENDIMENTOS MÉDIOS RURAL E URBANO NO RENDIMENTO MÉDIO TOTAL DA ESC 48, POR DECÊNIOS, 1970 A 2000.  
 FONTE: Elaboração própria com base em IPEADATA, 2013.

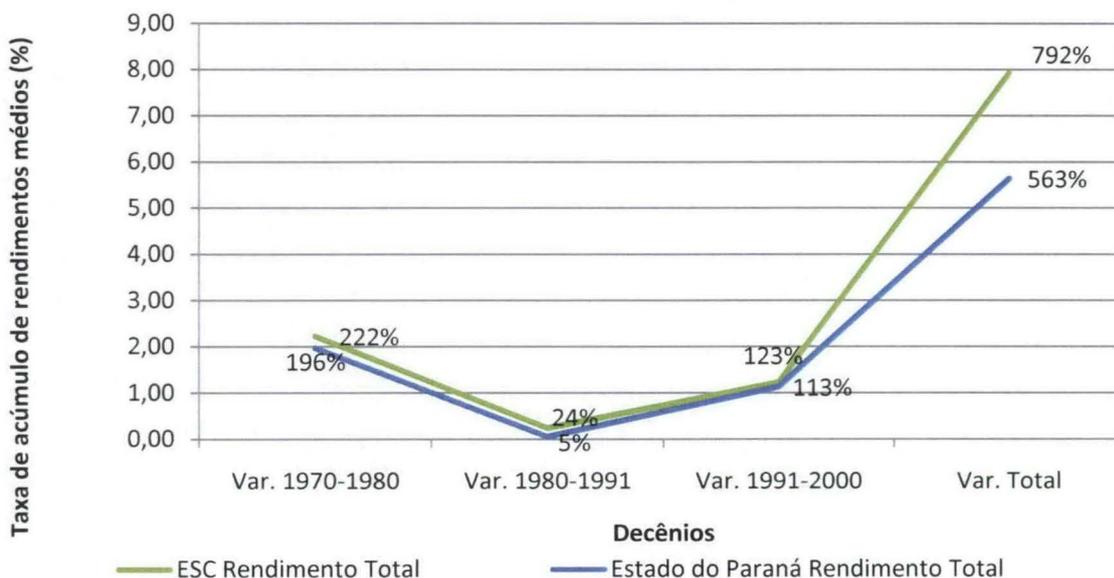


GRÁFICO 7 – VARIAÇÃO PERCENTUAL DECENAL E TOTAL DO RENDIMENTO MÉDIO TOTAL NO PARANÁ E NA ESC 48.  
 FONTE: Elaboração própria com base em IPEADATA, 2013.

Ao longo das últimas décadas, portanto, a maioria das espacialidades socialmente críticas paranaenses, que são ou detêm espaços onde a dignidade humana se vê limitada por restrições de toda a sorte, estigmatizadas por índices sociais críticos, são, ao mesmo tempo, espacialidades que absorveram mais renda que o estado como um todo.

## 6.2 Paraná: Desenvolvimento Econômico e Aspecto Social

O PIB *per capita* é um indicador para a produtividade da população, ainda que não evidencie a distribuição dessa mesma produtividade entre todos os agentes dela atuantes. Em 2010, apenas 9% dos municípios paranaenses superaram o PIB *per capita* estadual (IPARDES, 2013). Além disso, entre esses municípios, visualizam-se claras distorções, como é caso dos municípios de Araucária e Paranaguá, que abrigam a Refinaria Getúlio Vargas e o Porto de Paranaguá, entidades geradoras de receitas extraordinárias.

Obviamente que há outros condicionantes para se avaliar o desenvolvimento de uma população, mas a verificação de um PIB *per capita* baixo é preocupante na medida em que uma menor renda média por habitante se converte em menor capacidade de o poder público mobilizar recursos próprios para suprir necessidades básicas da população. (Trevisan & De Lima, 2010).

Analisando o desempenho recente da variável PIB *per capita* a preços correntes, para o estado do Paraná e para a ESC 48<sup>40</sup>, percebe-se que o PIB *per capita* encontrado para as ESC 48 supera o estadual em todos os anos da amostra. (GRÁFICO 8). Este fato é mais uma evidência de que muitas espacialidades socialmente críticas se escondem dentro de espaços político-administrativos para os quais a renda média observada é alta. Embora o corte municipal seja o menor possível no sentido de se buscar dados estatísticos, não se mostra suficiente para isolar as espacialidades socialmente críticas que se encontram dentro destes espaços. Estudos subsequentes terão de adentrar as fronteiras municipais dos principais centros no sentido de se isolar precisamente as espacialidades socialmente críticas e estudar sua

---

<sup>40</sup> O PIB *per capita* da ESC 48 foi obtido através da média ponderada dos PIB *per capita* dos municípios integrantes pela sua respectiva participação na população total da ESC 48.

formação. Indica-se a formação de bairros, distritos e vilas nas principais cidades do estado a partir da década de setenta.

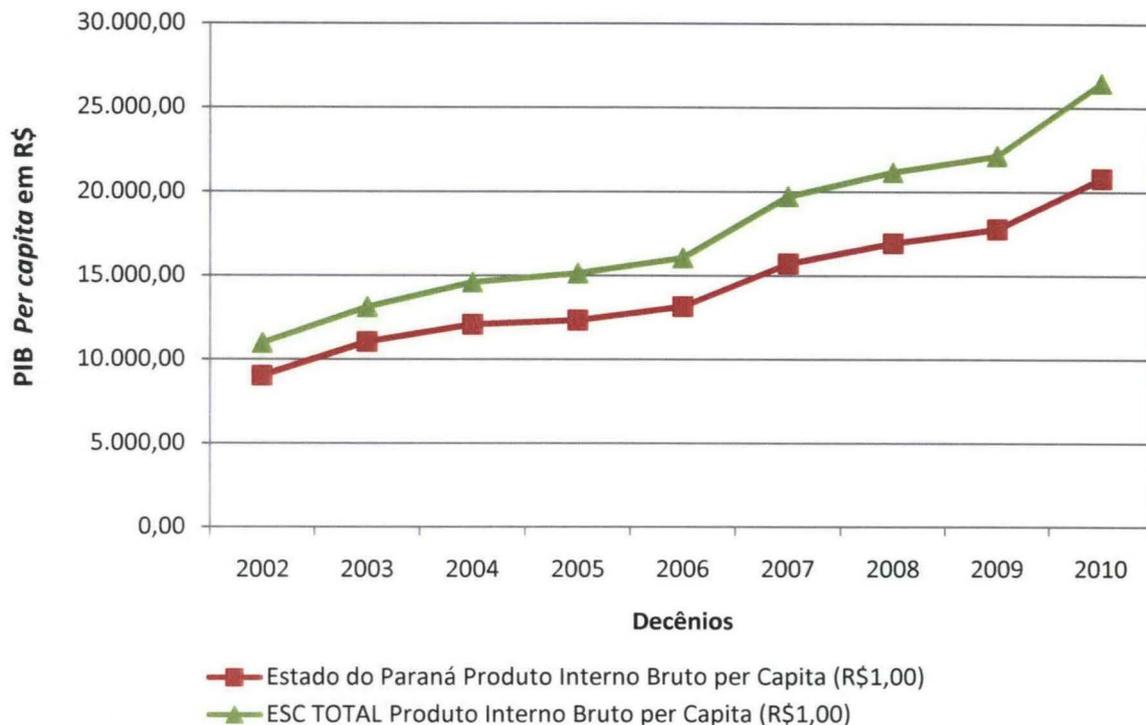


GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES. ESTADO DO PARANÁ E ESC 48 – 2002 A 2010.

FONTE: Elaboração própria com base em IPARDES, 2013. PIB *per capita* a preços correntes.

Na próxima sessão, *6.2.1 Observações Empíricas de Convergência das Rendas Regionais*, encontram-se os resultados dos trabalhos empíricos de Harfuch & Santos Filho (2008) e Trevisan & De Lima, (2010). Reitera-se que ambos os trabalhos têm abrangência estadual, porém, acredita-se que seus resultados ilustram bem de que modo se deu a concentração do desenvolvimento econômico nas últimas décadas no Paraná. Em sessão subsequente, *6.2.2 A Formação das Espacialidades Socialmente Críticas por Blocos Regionais*, tentar-se-á entender o modo de inserção das espacialidades socialmente críticas neste processo, a partir da formação econômica específica de três grandes blocos regionais: dois deles concentram a grande maioria das espacialidades socialmente críticas definidas em IPARDES 2006, a saber: I) a Mesorregião Metropolitana de Curitiba; II) uma extensa porção central do Estado, que agrega as Mesorregiões Norte Central e Centro-Sul. O Norte Pioneiro

se constitui no terceiro bloco e foi considerado na análise por representar o esgotamento de um modelo econômico e implementar outro cujos desdobramentos sociais podem ser perversos no longo prazo. Por caminhar em direção oposta a do estado, a sua atual trajetória de decadência e esquecimento é aqui relevada no sentido de alertar para uma possível formação de novas espacialidades socialmente críticas, ainda em fase de gestação.

### 6.2.1 Observações Empíricas de Convergência das Rendas Regionais

Harfuch & Santos Filho, 2008, analisaram a evolução do PIB real *per capita* das microrregiões paranaenses entre 1970 e 2002 e constataram:

- I) Já havia considerável concentração de renda regional a partir de 1970;
- II) Para todo o período, há um aumento generalizado do *PIB per capita* para todas as microrregiões, no entanto, a dispersão em torno de renda *per capita* média aumentou desde 1970 – evidenciando maior disparidade. O desvio-padrão das séries aumentou de 1,35 em 1970 para 1,73 em 1996. Em 1970 a microrregião com o maior *PIB per capita* era de União da Vitória, região rica em recursos naturais, destacando-se o setor madeireiro, que, naquele ano, respondia sozinho por 22,5% de todo o PIB paranaense. Curiosamente, passadas três décadas, a microrregião regrediu ao ponto de apresentar um péssimo desempenho de IDH e elevada concentração de pobreza, ainda que nenhum dos municípios desta microrregião<sup>41</sup> figure na ESC 48 ou mesmo na ESC 83;
- III) As microrregiões mais industrializadas – lideradas por Curitiba – apresentaram maiores *PIB per capita*, consolidando o setor industrial e de serviços como os mais dinâmicos da economia paranaense a partir de 1990. Ao mesmo tempo em que Curitiba despontava em 1996, por outro lado a microrregião de Cerro Azul figura-

---

<sup>41</sup> São eles: Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória e União da Vitória.

va como a mais pobre no ano, evidenciando desarticulação dessa região com o centro mais dinâmico do Estado;

- IV) Em 2002, há uma mudança na liderança do PIB *per capita* e uma menor dispersão em torno da renda média. Há uma queda no PIB *per capita* da região mais rica: Foz do Iguaçu assume o posto de microrregião mais rica, porém a PIB *per capita* de R\$ 10.008, inferior ao de Curitiba em 1996, que foi de R\$ 11.010. Ademais, um número maior de microrregiões ultrapassa a média estadual: são 17 em 2002, contra 14 em 1996 e somente 10 em 1970.

Em termos gerais – e dadas as restrições intrínsecas à análise<sup>42</sup>, a renda média nas microrregiões paranaenses cresceu de modo sustentado<sup>43</sup> e a convergência absoluta (que analisa a taxa de crescimento entre os extremos mais pobres e mais ricos da amostra) evidencia que as microrregiões com menor PIB *per capita* inicial tiveram uma taxa de crescimento maior, porém a convergência se deu a uma velocidade muito baixa. *Ceteris paribus*, seriam necessários 14 anos para reduzir somente à metade essa disparidade.

Trevisan & De Lima 2010, calcularam o coeficiente de Williamson para as 39 microrregiões paranaenses nos anos de 2000, 2002 e 2004. Embora seja um estudo a partir de uma série histórica curta, os resultados evidenciam bem a desigualdade regional do estado. A tabela 10 apresenta estes números. As microrregiões estão discriminadas entre três grupos de disparidade de renda, sendo o grupo 1 as microrregiões menos díspares (8 microrregiões), o grupo 2 as microrregiões de disparidade de renda média (28 microrregiões) e grupo 3 as microrregiões de disparidade de renda elevada (3 microrregiões). Variação percentual negativa representa que houve diminuição da disparidade de renda, enquanto que variação percentual positiva sig-

---

<sup>42</sup> São tomados como pressupostos: I) todas as regiões possuem a mesma estrutura produtiva, e a tecnologia possui retornos constantes à escala; II) a convergência ocorre para um mesmo estado estacionário em todas as microrregiões – assume-se assim uma única taxa de crescimento populacional para todas as regiões do estado e III) todas as microrregiões possuem os mesmos fundamentos macroeconômicos. Argumentam os autores que esses pressupostos não comprometem a análise ao se admitir que haja mobilidade de fatores dentro das fronteiras do estado.

<sup>43</sup> A dispersão em torno da renda média também cresce entre 1970 e 1996, e atenua-se depois deste ano.

nifica que houve piora na disparidade da renda dos municípios em relação à respectiva microrregião.

As microrregiões de Curitiba, Rio Negro e Paranaguá, ambas integrantes da Mesorregião Metropolitana de Curitiba, evidenciaram a maior disparidade no período. Além disso, a disparidade para estas 3 microrregiões se agravou nos anos analisados. De modo geral, o estudo mostrou que as microrregiões mais dinâmicas – onde existe um conjunto mais diversificado de atividades econômicas e sediam o centro político do estado – são as mais desiguais. Destacam-se as microrregiões da mesorregião Metropolitana de Curitiba e as do Centro-Oriental, que abriga o município de Ponta Grossa. Outro fenômeno preocupante foi o fato de que, enquanto o PIB *per capita* da microrregião de Curitiba cresceu 3,30%, sua população cresceu 6,21%, evidenciando descompasso entre a produtividade e o crescimento populacional médio daquela microrregião (TREVISAN & DE LIMA, 2010).

Obviamente, que para esta última verificação há que se olhar com ressalvas, uma vez que são números de curto prazo e nada podem indicar em termos de tendência de longo prazo. A microrregião de Palmas (Centro-sul) também evidenciou alto grau de disparidade, que, no entanto, foi atenuado no período considerado, sobretudo em virtude do município de Mangueirinha, de elevada produtividade e rico em recursos naturais como reservas de araucárias e florestas naturais. Para 21 microrregiões observou-se tendência de convergência entre PIB *per capita* municipal e microrregional. Para as outras 18 houve aumento da disparidade. A maioria dos municípios que observaram aumento da disparidade de renda encontram-se na faixa média de disparidade, com destaque para Apucarana e Ibaiti, cuja disparidade medida pelo coeficiente de Williamson evoluiu 41% e 38%, respectivamente. Entre o menos díspares, destacou-se o aumento da disparidade em Lapa (38% no período) e entre os mais díspares, a microrregião de Paranaguá foi onde a desigualdade mais aumentou entre municípios, 23%.

Estudos empíricos subsequentes se fazem necessários para saber a convergência das microrregiões em relação às mesorregiões e das mesorregiões em relação ao Estado.

TABELA 10 – MICRORREGIÕES DO PARANÁ POR GRUPOS DE DISPARIDADE DE RENDA. EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE WILLIAMSON: 2000, 2002, 2004.

Grupos de Disparidade	Microrregiões	Coeficiente de Williamson			Variação 2002-2004 (%)
		2000	2002	2004	
1	Wenceslau Braz	0,30523	0,16616	0,20618	-32%
1	Faxinal	0,19528	0,32565	0,17972	-8%
1	Capanema	0,12826	0,13949	0,16504	29%
1	Cerro Azul	0,28563	0,15969	0,16055	-44%
1	São Mateus do Sul	0,25445	0,21437	0,13239	-48%
1	Londrina	0,12386	0,09968	0,12157	-2%
1	Irati	0,15289	0,09927	0,09334	-39%
1	Lapa	0,02962	0,02746	0,04101	38%
2	Palmas	0,7711	0,78531	0,53838	-30%
2	Cascavel	0,55189	0,70578	0,53123	-4%
2	Ibaiti	0,30538	0,51591	0,4227	38%
2	Ponta Grossa	0,42662	0,4641	0,40869	-4%
2	Goioerê	0,34501	0,36437	0,36	4%
2	Telêmaco Borba	0,4148	0,44763	0,34995	-16%
2	Guarapuava	0,40468	0,49259	0,34517	-15%
2	Porecatu	0,26432	0,31905	0,32636	23%
2	Campo Mourão	0,26704	0,28903	0,31567	18%
2	Astorga	0,41992	0,41265	0,3145	-25%
2	Jacarezinho	0,32937	0,26537	0,31115	-6%
2	Pitanga	0,27344	0,29425	0,31017	13%
2	Cornélio Procópio	0,28792	0,28242	0,30587	6%
2	Maringá	0,34865	0,36943	0,29537	-15%
2	Francisco Beltrão	0,29603	0,2766	0,29514	0%
2	Prudentópolis	0,30128	0,37207	0,29207	-3%
2	Paranavaí	0,32066	0,23761	0,28995	-10%
2	Umuarama	0,23153	0,20911	0,2758	19%
2	Ivaiporã	0,31118	0,27511	0,26107	-16%
2	Pato Branco	0,19456	0,22621	0,25735	32%
2	Apucarana	0,18179	0,20215	0,25577	41%
2	Floraí	0,25156	0,24781	0,25361	1%
2	Assaí	0,22416	0,20702	0,24954	11%
2	Cianorte	0,24243	0,23533	0,24441	1%
2	Jaguariaíva	0,34966	0,35504	0,22887	-35%
2	Toledo	0,28429	0,34411	0,22808	-20%
2	Foz do Iguaçu	0,36691	0,24976	0,21911	-40%
2	União da Vitória	0,19074	0,21928	0,21525	13%
3	Curitiba	0,74982	0,82707	0,90811	21%
3	Rio Negro	0,80636	0,4996	0,85669	6%
3	Paranaguá	0,5642	0,49136	0,69174	23%

FONTE: TREVISAN & DE LIMA, 2010

NOTA: Adaptado pelo Autor.

## 6.2.2 A Formação Econômica das Espacialidades Socialmente Críticas por Blocos Regionais

Entre os 10 municípios com PIB *per capita* mais baixos em 2010, figuram 5 do Norte Pioneiro (São Jerônimo da Serra, Abatiá, Ribeirão do Pinhal, Figueira e Jaboti) 3 da Metropolitana de Curitiba (Fazenda Rio Grande, Almirante Tamandaré e Piraquara – pior) e Paiçandu, do Norte Central, e Santa Maria do Oeste, do Centro-sul. (IPARDES, 2013).

De um modo geral, percebe-se que embora exista uma concentração da pobreza no Estado do Paraná – sobretudo na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, em termos absolutos; os demais espaços não se veem livres deste problema social. Assim, as espacialidades socialmente críticas permeiam os espaços isolados e os espaços em que o desenvolvimento se deu de modo seletivo, concentrando ganhos. Os piores municípios em termos de produtividade espalham-se pelo leste – mesorregião Metropolitana de Curitiba, cujo grande crescimento ao longo das últimas décadas se deu de modo heterogêneo e concentrado e por uma extensa porção central do estado, de vocação eminentemente agrícola. Em outras palavras, identificam-se dois grandes blocos regionais que abrigam a maioria das espacialidades socialmente críticas aqui estudadas. São áreas onde a formação econômica se processou de modo distinto, condicionada, entre outros motivos, pelo processo de ocupação original, pelas vocações regionais, e pela existência ou não de políticas governamentais ativas e seus respectivos impactos virtuosos ou perversos. Enquadrar-se-á a formação das espacialidades socialmente críticas nestes dois blocos, no sentido de entender como se deu sua inserção no processo maior de desenvolvimento do Paraná. A título de advertência, adiciona-se o Norte Pioneiro, região de colonização tradicional, onde se desenrolou um processo contínuo de esvaziamento e precarização de questões sociais.

### a) *A Mesorregião Metropolitana de Curitiba*

A mesorregião Metropolitana de Curitiba possui um território geograficamente diversificado e de espaços humanos heterogêneos, seja por suas características naturais<sup>44</sup>, seja pelo seu processo de ocupação que se concretizou numa urbaniza-

---

<sup>44</sup> Das cinco regiões fisiográficas paranaenses, 3 localizam-se nesta mesorregião. São elas, a baixada litorânea, a serra do mar e o primeiro planalto. A baixada litorânea constitui-se numa faixa delgada

ção concentrada em alguns pontos e áreas rurais isoladas em outros. A partir da década de setenta, passou por um intenso processo de concentração de população e atividades, em função de ter-se convertido em alvo de políticas nacionais de fomento ao desenvolvimento regional e urbano, consubstanciada pela supracitada criação da Cidade Industrial de Curitiba, onde se instalaram importantes e modernas plantas industriais, a exemplo do segmento de metal-mecânica, a posterior implementação do pólo automobilístico, da instalação da refinaria Getúlio Vargas, em Araucária e da institucionalização da Região Metropolitana de Curitiba. Ao mesmo tempo, a intensa evasão ocorrida no meio rural paranaense teve como destino Curitiba e municípios adjacentes.

Nos anos 90, a economia regional passou por forte reestruturação produtiva; reorganizaram-se os processos produtivos de modo a se obter maiores níveis de eficiência e de qualidade das empresas, assim como a expansão da capacidade instalada em diversos ramos industriais<sup>45</sup>. A expansão e a consolidação de uma infraestrutura moderna dotaram a região de condição logística privilegiada, atraindo nova onda de investimentos, a maioria, no entanto, fortemente centrada em Curitiba e seu entorno. Essas mudanças ao longo das décadas concederam à mesorregião a primeira posição na participação da produção estadual, representando, em 2000, 45,9% do VAF<sup>46</sup> do Paraná. Associada a essa mudança no setor industrial, ocorreu a ampliação da demanda por serviços e produtos de maior especialização, muitos dos quais viabilizados por capital internacional e voltados ao mercado global. (IPARDES, 2004).

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) se consolidou numa mancha única de ocupação, e já em 2000, representava 1/3 da população urbana paranaense, se constituindo num dos complexos urbanos mais relevantes do país. Com efeito, a

---

que logo cede lugar a serra do mar, que se eleva abruptamente até o primeiro planalto a oeste. Deste modo o relevo da mesorregião é bem variado e se constitui em muitas áreas de difícil ocupação, sobretudo áreas serranas e / ou de solo inapto ao desenvolvimento de atividades agropecuárias. (IPARDES, 2004; PADIS, 2006).

<sup>45</sup>Ainda que a partir da segunda metade da década de 90 até início dos anos 2000, observou-se um arrefecimento do desempenho econômico desta mesorregião. Ela apresentou a maior taxa de desemprego no Estado e uma das menores evoluções do emprego formal no período 1996/2001, tendo sido a única mesorregião onde a taxa de crescimento anual do emprego formal, nesse período, situou-se abaixo do incremento verificado na população em idade ativa e, também, aquela na qual essa população apresentou o maior crescimento. (IPARDES, 2004).

<sup>46</sup> Valor Adicionado Fiscal é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades (IPARDES, 2013).

institucionalização de regiões metropolitanas ocorreu em muitas metrópoles brasileiras a partir da década de setenta, como parte da política nacional de desenvolvimento urbano, relacionada à expansão da produção industrial e à consolidação das metrópoles como *locus* deste processo. (IPARDES, 2004d).

Característica marcante destes espaços é a elevada concentração de contingentes populacionais em um número reduzido de centros urbanos. Além disso, o conjunto de municípios da RMC possui características próprias e diferentes graus de inserção no fenômeno metropolitano. Deschamps (2004) e Moura (2004)<sup>47</sup> identificam que não são todos os municípios da RMC que se inserem de modo mais significativo na dinâmica do fenômeno metropolitano; as municipalidades mais distantes do polo metropolitano conservam características eminentemente rurais. (IPARDES, 2004d).

A gestão metropolitana, no aspecto técnico e operacional, ficou sob responsabilidade da Comec (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba). Porém, o processo decisório, conforme Lei Complementar de 14 de junho de 1973, foi concedido ao Conselho Deliberativo, composto pelo Governo do Estado do Paraná, na presidência, e mais cinco membros, dos quais um é indicado pela prefeitura de Curitiba e outro pelos demais prefeitos da região. A Comec vinculou-se basicamente às orientações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU), que repassava os recursos financeiros para investimento nas regiões metropolitanas. Inicialmente, estruturaram-se projetos para o sistema viário e de transporte público da RMC. Foi bem sucedida a ordenação da ocupação do território, visto que se respeitou leis municipais de zoneamento do uso do solo e evitou-se a ocupação em áreas de mananciais hídricos e outras áreas naturais cuja preservação eram de interesse do meio metropolitano. No entanto, a partir da década de 80 e início dos anos 90, os órgãos metropolitanos arrefeceram a amplitude de suas atividades, condenando algumas, inclusive, à extinção. Precarizaram-se as instituições metropolitanas e a Comec se inseriu neste processo. Seria somente a partir da segunda metade da década de 90 que a Comec

---

<sup>47</sup> DESCHAMPS, Marley. **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado) – UFPR.

MOURA, Rosa et al. **A realidade das áreas metropolitanas e seus desafios na federação brasileira: diagnóstico socioeconômico e da estrutura de gestão**. Disponível em: <  
[http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/rms\\_brasil.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/rms_brasil.pdf) >. Acesso em 29/02/2013.

ressurgiria como órgão de apoio do executivo estadual para a mitigação de problemas metropolitanos.

Tendo-se em conta a acelerada aglomeração populacional em municípios periféricos ao polo metropolitano, houve uma crescente pressão sobre as respectivas estruturas administrativas no sentido de prover o atendimento de necessidades básicas (saúde e educação) e outras que surgem por consequência (segurança, infraestrutura viária e de lazer, etc.). As respostas do poder público não se manifestaram de modo homogêneo, dotando a região de imensos contrastes sociais. Ademais, o arrefecimento na geração de empregos formais durante a década de 90, que colocou a Mesorregião Metropolitana de Curitiba abaixo da média estadual neste tema, contribuiu para a precarização do mercado de trabalho e agravamento de questões sociais, sobretudo nos municípios menos integrados da RMC ao polo metropolitano. (IPARDES, 2004).

A gestão do aglomerado metropolitano constitui-se no maior desafio, dado o número de instituições e instâncias de governo envolvidas, fonte inequívoca de conflito de interesses. Conforme ressalta IPARDES 2004d, p. 164:

É importante ressaltar que a compatibilização e articulação dessas variadas esferas de planejamento são os aspectos de maior complexidade na gestão metropolitana, pela gama diversa de possibilidades e interesses que manifestam. No caso da RMC, além da Comec, principal órgão de gestão metropolitana, atuam as áreas de planejamento de 26 prefeituras municipais. No âmbito do município de Curitiba foi criada, pelo decreto municipal nº 81/97, a Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos (Seam), que constitui um órgão de natureza extraordinária, cuja finalidade básica é coordenar as ações do município de Curitiba junto aos demais integrantes da Região, tendo por objetivo a implementação de convênios de cooperação técnica para promover a integração da organização do planejamento e das funções públicas de interesse comum.

Ademais, a história destas instituições revela que o aspecto político sempre foi mais importante que o técnico, de modo que, em momentos de conflitos político-partidários, desarticulavam-se as ações conjuntas do município de Curitiba com os demais da RMC. (IPEA 1999a *apud* IPARDES, 2004d)<sup>48</sup>.

Por outro lado, a área rural da Mesorregião Metropolitana de Curitiba representa um dos limites mais precários em termos de desigualdade social. Somam-se às condições naturais adversas, que limitam a exploração econômica, o isolamento

---

<sup>48</sup> IPEA. **Caracterização das regiões metropolitanas institucionalizadas**. Brasília: IPEA/DEPRU/CGEPUR; Campinas: UNICAMP/NESUR. 1999. 4v. Versão preliminar.

de alguns municípios em relação às malhas viárias do estado. Assim, os municípios dessas localidades figuram entre os piores para temas sociais como educação, saúde, habitação, infraestrutura urbana e pobreza. (IPARDES, 2004, 2006).

O Vale do Ribeira é uma extensão geográfica situada ao sul do estado de São Paulo e leste do estado do Paraná. Os municípios que fazem parte deste recorte geográfico no Paraná são: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná. Sua história de ocupação está diretamente ligada à agricultura. O governo imperial instituiu a colônia Açungui, na atual região de Cerro Azul, e seus lotes foram distribuídos a imigrantes europeus. No entanto, já em fins do século XIX, a região se via isolada em função do difícil acesso à capital. O relevo acidentado da região limita a adoção da agricultura mecanizada, prevalecendo a agropecuária de pouco valor agregado e atividades que pouco exauram o solo, como a fruticultura.

Quanto ao sistema rodoviário da mesorregião, IPARDES (2004d), p.147 é enfático ao demonstrar que:

Observa-se que o sistema viário da mesorregião Metropolitana de Curitiba é o único, dentre os referentes às demais mesorregiões, que mantém um caráter segregador, penalizando sedes de municípios mais afastados do polo, localizados na porção ao norte, a exemplo de Doutor Ulysses, Cerro Azul e Adrianópolis, bem como Guaraqueçaba, cujos acessos não são sequer pavimentados. Esta situação os submete a problemas tanto de abastecimento quanto de escoamento de sua produção, agudizados em épocas de chuva. Além do não atendimento a essas sedes de municípios, não há qualquer trecho pavimentado que atinja as inúmeras sedes de distritos e povoados neles instalados, o que demonstra que, de modo geral, a mesorregião não possui uma malha rodoviária condizente com suas necessidades e dimensões geográficas.

Ademais, a maioria das rodovias que recortam o Vale do Ribeira são de antiga implementação – construídas na década de trinta do século passado – e foram perdendo relevância ao longo do tempo. A BR-476, que passa pelos municípios de Colombo, Bocaiúva do Sul, Tunas do Paraná e Adrianópolis, se constituiu, até a década de sessenta, na principal conexão entre os polos urbanos de Curitiba e São Paulo. No entanto, seu traço sinuoso inviabilizava uma ligação rodoviária definitiva; então, após a pavimentação da BR-116, foi condenada a um plano secundário, sobretudo ao transporte local de madeira e de produtos da extração mineral com desti-

no a Curitiba. A PR-092<sup>49</sup>, no trecho que conecta os municípios de Doutor Ulysses e Cerro Azul, se encontra em condições precárias e sem pavimentação. (IPARDES 2004d).

É evidente o abandono da região em termos de políticas públicas contínuas, que elevem a produtividade de modo sustentado. Políticas de transferência de renda são importantes em caráter emergencial, mas nada fazem no sentido de promover mudanças estruturais profundas. Mais recentemente, a porção paulista deste território passou a contar com projetos de desenvolvimento sustentável de turismo. Outros projetos similares, com recursos do Pronaf, também passaram a ser desenvolvidos na região, estimulando o desenvolvimento de fontes alternativas de renda, como a agricultura orgânica – nenhuma das atividades apoiadas, porém, são de valor agregado considerável. (IPARDES, 2004d).

#### *b) A Extensa Porção Central do Estado*

Esta extensa porção central do estado se incrusta pelas mesorregiões Centro-Sul, Centro-Oriental e Norte Central. O Centro-sul poderia ser definido como região de formação colonial primitiva e cujos municípios menos se integram na dinâmica econômica estadual. A região também não figurou substancialmente nos planos estaduais de desenvolvimento, salvo em projeto de modernização e integração rodoviária, que passa pelo município de Guarapuava. Possui uma estrutura fundiária concentrada, cujas origens remontam ao seu processo de colonização, baseado em grandes propriedades de exploração extensiva e extrativa. É das mesorregiões menos urbanizadas do estado, de baixa densidade populacional e que concentra 34% dos assentamentos rurais no Paraná e 62% das áreas indígenas. A indústria se concentra fortemente na região de Guarapuava, sem, no entanto, apresentar dinamismo suficiente para absorver parte mais significativa da população. Coexiste a produção de *commodities* em larga escala e a agricultura familiar, porém, a produtividade daquele setor é inferior ao das demais mesorregiões.

A mesorregião Centro-Oriental é uma região de contrastes. Ao mesmo tempo em que nela reside uma matriz produtiva diversificada e importante pólo industrial, por outro possui indicador de mortalidade infantil – expressão das condições de

---

<sup>49</sup> Também conhecida como Rodovia dos Minérios.

saúde, educação e saneamento – elevado em uma grande quantidade de municípios. São também deficitários os serviços adequados de esgoto, bastante defasados dos níveis de atendimento relativos à rede de abastecimento de água. Pertencente a uma vasta área do chamado “Paraná Tradicional”, nela se encontra a cidade de Ponta Grossa, de consolidada infraestrutura urbano-industrial e que, dada sua localização, próxima a Curitiba, desenvolve uma relação economicamente dinâmica com capital paranaense. Inicialmente, sua economia e sociedade se organizaram a partir de grandes fazendas que sustentaram os ciclos econômicos do tropeirismo, da erva-mate e da madeira, complementados por um setor de produção de subsistência em pequenas áreas. As atividades de caráter extrativo e a pecuária gradativamente incorporaram inovações, consolidando uma produção agropecuária com alto grau de articulação com as agroindústrias instaladas na região e/ou com o mercado nacional e internacional. No entanto, dado seu processo de ocupação original, esta mesorregião é caracterizada pelo elevado nível de concentração da posse da terra. Sua agricultura modernizou-se a partir da década de 70, o que permitiu tanto a pequenos produtores organizados em cooperativas quanto a grandes proprietários um aumento substancial de produtividade e superar a limitação natural do solo local, pouco fértil e de baixa profundidade. A urbanização da mesorregião também se intensificou a partir da década de setenta, concentrando população, sobretudo, no município de Ponta Grossa, oriunda da porção rural da mesma mesorregião e também de outras regiões. (IPARDES, 2004).

Possui uma matriz produtiva diversificada, o que possibilita a maximização de vocações locais, bem como a exploração de novos segmentos que podem ampliar ou complementar cadeias produtivas já existentes. Detém um importante pólo agroindustrial regional, baseado na indústria do papel e papelão – uma das mais relevantes do país. Seu mercado de trabalho possui uma elevada taxa de formalização, no entanto, apresenta a menor taxa de atividade da população economicamente ativa e a segunda maior taxa de desemprego, em função da proporção relativamente baixa de ocupados em atividades agropecuárias e de sua estrutura produtiva de relações verticalizadas, resultando em baixo vínculo externo e pouca sinergia regional. Quase a totalidade de seus municípios é de caráter urbano, exceto os municípios de Reserva e Ortigueira, de fenótipo rural, já que abrigam áreas destinadas a reservas indígenas e assentamentos rurais. (IPARDES, 2004).

A mesorregião Norte Central já sustentou a primeira posição em desempenho econômico do Estado, guiada pela cultura do café. A partir de meados da década de 1970, no entanto, declinou sua participação relativa, não devido à perda de dinamismo da economia regional, mas, sobretudo, à concentração da atividade industrial mais moderna na região Metropolitana de Curitiba. Possui o segundo maior parque industrial do Paraná, que se particulariza pela diversificação, mobiliário, açúcar e com importante participação dos gêneros alimentação, têxtil, mobiliário, açúcar e álcool, além dos novos segmentos, especialmente os de agroquímicos e embalagens plásticas e equipamentos para instalações industriais e comerciais. Destaca-se a forte presença do setor serviços na região, com atividades fortemente concentradas em Londrina e Maringá, particularmente de segmentos que denotam importantes encadeamentos produtivos, como os serviços de transporte e de apoio à atividade empresarial, bem como de serviços sociais, como saúde e educação. Apresenta a maior participação da indústria de transformação no total da ocupação, e o crescimento do emprego formal superior à média do Estado, tendo absorvido 23% do incremento estadual verificado no período 1996/2001. (IPARDES, 2004)

Internamente, houve um deslocamento populacional em direção aos municípios mais dinâmicos, resultando na conformação de duas importantes aglomerações urbanas, que se articulam através de um eixo intensamente urbanizado. Os polos Londrina e Maringá apresentam, na hierarquia da rede urbana brasileira, níveis de centralidade caracterizados como muito fortes, articulando uma grande área que abrange parte do interior paranaense e adentra os Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. Ainda que os ganhos populacionais das áreas urbanas tenham sido significativos, no cômputo geral a mesorregião apresentou perdas populacionais. (IPARDES, 2004).

Por outro lado, observa-se que são socialmente precários os municípios que cederam contingentes populacionais aos centros dinâmicos regionais: destacam-se os municípios de Cândido de Abreu, Godoy Moreira e Tamarana, todos da ESC 48. Observa-se também que muitos municípios dinâmicos da região possuem em seus domínios espacialidades socialmente críticas, evidenciando um processo de desenvolvimento heterogêneo e gerador de desigualdades. São exemplos os municípios de Londrina e Apucarana, com o pior desempenho em indicadores sociais críticos absolutos – obtiveram incidência em todos os quatro indicadores analisados –, se-

guidos por Arapongas, Ivaiporã e Maringá, com incidência em três indicadores sociais críticos absolutos, dos quatro analisados por IPARDES (2006).

c) *O Norte Pioneiro*

O Norte Pioneiro representa o esgotamento de um modelo econômico tradicional e a escolha de outro pouco intensivo em mão-de-obra, o que resultou em grande êxodo rural e esvaziamento regional. Inicialmente, sua ocupação se deu em meados do século XIX como resultado da política imperial, que visava integrar a então província de Mato Grosso ao litoral brasileiro. No entanto, foi com a expansão cafeeira que a região absorveu importante contingente populacional, o que a colocava, na década de setenta, como uma das mesorregiões mais populosas do Estado (IPARDES, 2004).

A decadência do café levou à produção de *commodities*, sobretudo, soja, trigo e cana, com alto nível de incorporação tecnológica; à pecuária extensiva em áreas com restrições físicas ao novo padrão de agricultura; e, em menor proporção, ao reflorestamento. Essas atividades demandaram grandes extensões de terra e reduzida mão-de-obra, tendo por consequência o êxodo rural. Entre 1970 e 2000, a mesorregião apresentou saldos migratórios negativos e elevados em meio rural, e o crescimento urbano não minimizou essa perda populacional. (IPARDES, 2004).

Atualmente, a região possui uma das mais baixas participações no valor adicionado da economia estadual e é altamente dependente das administrações municipais. Ademais, é restrita a capacidade de investimento, tanto do setor público quanto privado, configurando-se numa das regiões menos desenvolvidas do Paraná. (Trevisan & De Lima, 2010).

### 6.2.3 Indicadores Sociais

#### a) Coeficiente de Gini

Ao longo das últimas décadas, o Estado do Paraná se mostrou menos desigual que o Brasil, como se pode perceber no gráfico 9. No entanto, considerando-se que o Brasil historicamente se coloca como um dos países mais desiguais do mundo<sup>50</sup>, o fato de o estado demonstrar Coeficiente de Gini abaixo do nível da federação<sup>51</sup> não pode minimizar a conclusão de que a renda também se concentra enormemente em seus domínios estaduais.

De modo geral, o estado acompanhou o movimento nacional. A década de oitenta, de baixo crescimento econômico, assistiu ainda a uma piora na distribuição de renda; a década de noventa, época de incertezas macroeconômicas, apresentou comportamento ambíguo, com o coeficiente de Gini oscilando positiva e negativamente no período. É somente a partir de 1999 que, tanto a federação quanto o estado do Paraná, iniciam um movimento contínuo de redução de desigualdade de renda.

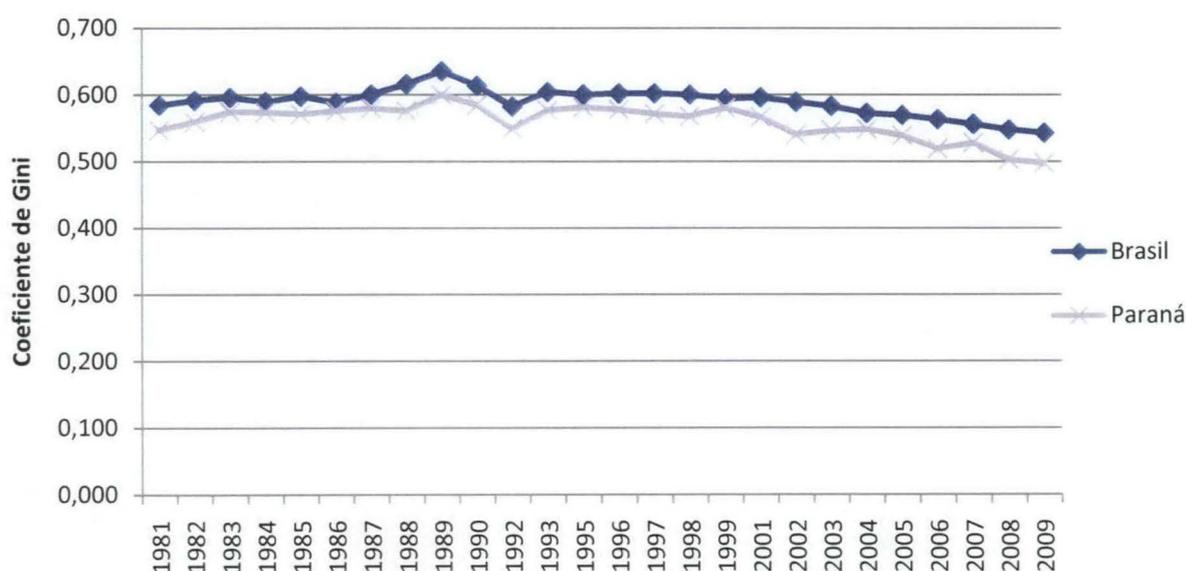


GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI – ESTADO DO PARANÁ E BRASIL (1981 – 2009).  
FONTE: Elaboração própria com base em IPEADATA, 2013.

<sup>50</sup> (THE WORLD BANK, 2013).

<sup>51</sup> Em 2009, o Paraná foi o terceiro estado com e distribuição menos desigual do país, somente atrás de Santa Catarina e São Paulo. (IPEADATA, 2013).

No Paraná, entre 1991 e 2000<sup>52</sup>, a apropriação de renda se concentrou num número relativamente menor da população: seu índice de Gini evoluiu de 0,597 para 0,607 no período. Municípios dinâmicos como Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa estão abaixo do índice estadual para os 2 anos analisados, no entanto, todos concentraram renda no período – com destaque para Maringá, que teve seu índice de Gini aumentado em 10% no período. (IPEADATA, 2013).

Para o ano de 1991, entre os 10 municípios com os níveis mais altos de concentração de renda, 3 municípios da ESC 48 surgem: Pitanga, Laranjeiras do Sul (os dois piores do ano e os dois do Centro-Sul) e Tamarana, do Norte Central. Além disso, um município da ESC 83 também aparece, Castro. No entanto, chama a atenção a presença de 6 municípios que não estão nem na ESC 83, são eles: Barracão, Perola D'Oeste, Arapoti, São Carlos do Ivaí, Imbituva e Mamborê. (IPEADATA, 2013).

Em 2000, entre os piores figuram 5 municípios do Centro-Sul – Mangueirinha, Nova Laranjeiras (ESC 48), Palmas (ESC 48), Quedas do Iguaçu e Reserva do Iguaçu; 2 do Centro-Oriental – Arapoti e Sengés, com os piores coeficientes do ano – e 3 do Oeste. Assis Chateaubriand, Diamante do Sul e São Miguel do Iguaçu. Estes municípios podem ser enquadrados nas seguintes categorias: I) municípios de estrutura fundiária historicamente concentrada, onde coexistem a agricultura familiar, assentamentos rurais, áreas indígenas e grandes propriedades produtoras de *commodities* (Centro-sul); II) Municípios que não se integram à dinâmica regional e, além de possuir baixa capacidade de gerar renda, a mantém fortemente concentrada – é o caso específico de Diamante do Sul<sup>53</sup>, município isolado dos centros dinâmicos do Oeste e que possui indicadores sociais críticos que o colocam como espacialidade socialmente crítica; e III) Possuem um setor produtivo muito específico que detém grande fatia da renda municipal. São exemplos o setor madeireiro no município de Mangueirinha ou a presença de cooperativas agropecuárias em Assis Chateaubriand, estas com forte sinergia ao eixo mais dinâmico do espaço, que segue de Cascavel em sentido a Marechal Cândido Rondon. Em Arapoti e Sengés se desdobra

---

<sup>52</sup> Período em que há coeficiente de Gini para os municípios paranaenses.

<sup>53</sup> Mesmo nos documentos e pesquisas do IPARDES, não há muitos detalhes sobre Diamante do Sul. Trata-se de um município de apenas 3.510 habitantes em 2010 e que se encontra em área de difícil acesso. Quase que a totalidade de sua economia é de subsistência, embora haja grandes fazendas que desenvolvem a atividade agropecuária. (Verbetes sobre Diamante do Sul da enciclopédia eletrônica Wikipédia, disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Diamante\\_do\\_Sul](http://pt.wikipedia.org/wiki/Diamante_do_Sul)>). Um maior esforço de pesquisa se faz necessário para maior compreensão deste município.

um dos três eixos industriais que caracterizam a mesorregião Centro-Oriental: o ramo papelero, um dos mais importantes do país, mas que possui uma estrutura verticalizada e pouco sinérgica com os demais municípios da região. Existem 13 empresas de papel, celulose e papelão instaladas na mesorregião, a maioria com área florestal própria e que produz todo tipo de papel. Destaca-se a Klabin, de distinção internacional, que se instalou no município de Telêmaco Borba desde 1944 e responde por 30% da produção de celulose e papel do Paraná. Em Arapoti encontra-se instalada a Champion (Grupo International Paper do Brasil), que adquiriu a Inpapel, criada em 1983, em meados da década de noventa. Sengés conta com a Sengés Papel e Celulose, fundada em 1972. São Miguel do Iguçu se distingue pela recepção de *royalties* da Itaipu Binacional desde maio de 1985, uma vez que foi um dos municípios mais atingidos pelo represamento do Rio Paraná, decorrente da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Ademais, este município soma-se àqueles cuja receita provém, em mais de 50%, deste tipo específico de repasse. (IPARDES, 2004c; IPARDES, 2008).

#### *b) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M*

A partir de seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal, a Tabela 11 discrimina os municípios paranaenses<sup>54</sup> nos seguintes níveis de desenvolvimento humano: I) baixo inferior; II) baixo; III) médio; IV) médio superior e V) elevado, para as décadas de análise. Adicionalmente, traçou-se um paralelo entre cada nível de desenvolvimento municipal com o IDH de 2011 para certos países (UNDP, 2011).

---

<sup>54</sup> Aqui se optou pela totalidade dos municípios paranaenses ao invés dos municípios da ESC 48. Isto se deu porque a ESC 48 evidenciou ter uma distribuição de níveis de desenvolvimento humano inicial superior à encontrada para o Estado como um todo, mesmo discriminando-se municípios importantes como Curitiba, Araucária e Paranaguá. O corte para as espacialidades socialmente críticas realizado neste trabalho abarca também os estratos mais desenvolvidos da sociedade paranaense. Ver 2 gráficos da planilha IDH-M 1991-2000.

TABELA 11 – MUNICÍPIOS PARANAENSES POR NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1970-2000.

Nível de Desenvolvimento	1970	1980	1991	2000	Mundialmente Comparável em 2011 a
Baixo inferior	8	1	0	0	Niger, República Democrática do Congo
Baixo	270	40	0	0	Bangladesh, Haiti, Sudão
Médio	12	177	161	5	Egito, Índia, Iraque
Médio superior	1	73	237	369	Uruguai, Brasil, Turquia
Elevado	0	0	0	24	Noruega, Austrália, Canadá
<b>TOTAL</b>	<b>291</b>	<b>291</b>	<b>398</b>	<b>398</b> <sup>55</sup>	

Fonte: Elaboração própria com base em (IPARDES, 2013), (IPEADATA, 2013) e (UNDP, 2011).

É evidente o salto socioeconômico realizado pelo Paraná a partir da década de setenta. O estado parte de uma posição social onde quase a totalidade de seus municípios detinham um nível de desenvolvimento humano hoje comparável a países como Bangladesh e Haiti e chega ao ano 2000 com quase a totalidade de seus municípios figurando com nível médio superior de desenvolvimento – o mesmo do Brasil<sup>56</sup>. Além disso, 24 municípios destacam-se ao se colocar no mais alto nível de desenvolvimento, somente alcançado por países como Noruega e Canadá. Destes, chama a atenção os municípios de Capanema, Cascavel, Cianorte, Ibiporã, Palotina, Pato Branco, Toledo e Umuarama, porque todos se enquadravam no nível de desenvolvimento humano baixo em 1970<sup>57</sup>. Ao longo de três décadas, o salto qualitativo realizado por estes municípios é considerável.

No entanto, estes 24 municípios representavam aproximadamente 39% da população paranaense em 2010, enquanto que 65% da população do Rio Grande do Sul, 71% em Santa Catarina e 72% da população de São Paulo vivem em municípios de IDH elevado (Trevisan & De Lima, 2010).

Por outro lado, em 2000, 5 municípios mostraram ter um nível de desenvolvimento humano preocupante – dois deles da ESC 48, Doutor Ulysses e Mato Rico. Os demais, Imbaú, Ortigueira e Reserva, se constituem em casos extremos do estado e são todos municípios que figuraram na ESC 83. Ambos os três situam-se na mesorregião Centro-Oriental Paranaense.

O município de Imbaú encontra-se excluído do processo de industrialização regional, e permanece como uma área predominantemente rural. Os municípios de

<sup>55</sup> Total de 398 municípios deve-se ao fato de que não há IDH-M disponível para o município de Vila Alta, que a partir de março de 2004, passou a se chamar Alto Paraíso.

<sup>56</sup> A maioria, no entanto, figura ligeiramente abaixo do nível brasileiro, fato que se constitui em alvo de críticas em muitos autores que estudam o tema.

<sup>57</sup> Nenhum destes municípios está na ESC 48.

Ortigueira e Reserva, como já descrito na sessão 6.2.2 *A Formação Econômica das Espacialidades Socialmente Críticas por Blocos Regionais*, possuem condição peculiar de ocupação, na medida em que se constituem em áreas de assentamentos rurais e indígenas. De qualquer modo, seus indicadores sociais são tão críticos que talvez indiquem a necessidade de revisão de alguns pontos de políticas de conservação de populações originais, não raro carregadas de forte conteúdo ideológico e interesses políticos, mas que, em termos práticos, condenam estas populações ao total isolamento. Dada a sensibilidade quanto a questões de avaliações antropológicas, a revisão aqui indicada seria no sentido de ao menos permitir o acesso dessas populações a serviços de saúde adequados.

Novamente, o maior diferencial encontrado para IDH-M situa-se na mesorregião Metropolitana de Curitiba. A este respeito, são notáveis as observações pontuadas por (IPARDES, 2004d), p. 47:

Entre os 37 municípios da mesorregião Metropolitana, 7 apresentam o IDH-M de 2000 em posição acima da média do Estado, 0,787. A variação entre o patamar máximo e mínimo do IDH-M na mesorregião é bastante expressiva. Ao lado de Curitiba (0,856), que ocupa a primeira posição no ranking estadual, Pinhais e Araucária, no aglomerado metropolitano, e fora dele, Rio Negro, sobressaem no âmbito estadual por se situarem entre os 23 municípios paranaenses com IDH-M superior a 0,800, considerado de alto desenvolvimento humano, confirmando para esses municípios uma maior disponibilidade de infra-estrutura social. No extremo oposto, em posição bastante desfavorável, ocupando as últimas posições do ranking estadual, encontra-se o município de Itaperuçu, que compõe o aglomerado metropolitano, além de Adrianópolis, Campo do Tenente, Cerro Azul, Doutor Ulysses e Tunas do Paraná, mais distantes da metrópole e com elevada proporção de população rural, e Guaraqueçaba, na porção norte do litoral, também com forte predominância rural.

Entre 1991 e 2000, a variação do IDH-M para o conjunto de municípios da mesorregião foi positivo, ainda que não o suficiente para ganhar muitas posições no ranking estadual. Por outro lado, dos 19 municípios da mesorregião que recuaram no ranking estadual, 11 encontram-se no entorno de Curitiba. Os municípios de Piraquara, Fazenda Rio Grande e Almirante Tamandaré se distinguem por ter recebido elevados contingentes populacionais em função da expansão de Curitiba, sem, no entanto, ter desenvolvido políticas sociais e de emprego no mesmo ritmo. (IPARDES, 2004d).

O componente educação foi o que liderou a expansão do IDH-M no Estado, e associa-se à realização de políticas públicas na área de educação, que buscou a universalização do ensino fundamental, ampliar a oferta nos demais níveis e criar

alternativas para absorver parcelas da população adulta não-alfabetizada. No entanto, o avanço realizado se deu a partir de um nível educacional inicial muito baixo e a precariedade do ensino ainda é grande em vários municípios, de modo que muitos permanecem com um índice de alfabetização baixa. Os avanços nos componentes de saúde e renda *per capita* foram bem menos significativos e indicam uma carência relativa na presença de políticas públicas que fortalecessem ambos os componentes. (IPARDES, 2004d).

*c) Número de Famílias Pobres a partir da Taxa de Pobreza*

Embora a mesorregião Metropolitana de Curitiba apresente o menor índice relativo de famílias pobres entre sua população, 14,1%, é a região com a maior concentração absoluta de pobres em 2000, com 128,8 mil famílias, 21,9% do total de famílias pobres no Paraná, conforme tabela 12. A taxa de pobreza indica o percentual de famílias com renda familiar mensal *per capita* até ½ salário mínimo, em relação ao número total de famílias residentes na área de estudo. (IPARDES, 2004d).

TABELA 12 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS E PARANÁ – 2000.

MESORREGIÃO	FAMÍLIAS POBRES		TAXA DE POBREZA (%)
	Abs.	%	
Noroeste	46.110	7,8	23,8
Centro-Occidental	32.320	5,5	31,6
Norte Central	95.928	16,3	17,4
Norte Pioneiro	44.590	7,6	27,1
Centro Oriental	46.780	7,9	25,8
Oeste	70.929	12,0	21,4
Sudoeste	35.281	6,0	25,6
Centro-Sul	53.777	9,1	37,0
Sudeste	34.904	5,9	33,3
Metropolitana de Curitiba	128.801	21,9	14,1
PARANÁ	589.420	100,0	20,9

FONTE: IPARDES, 2004d.

Destaca-se ainda que 1/3 das famílias pobres da mesorregião metropolitana de Curitiba residiam no município de Curitiba e outro montante equivalente distribuiu-se pelos municípios adjacentes a Curitiba. Estes dados evidenciam que, nem o corte municipal, nem mesmo o cálculo de índices sociais, nomeadamente o IDH-M,

mostram-se eficientes no sentido de se isolar precisamente as espacialidades socialmente críticas. Percebe-se que há grandes disparidades intermunicipais não captadas. O IDH-M de Curitiba em 2000, por exemplo, era de 0,856, que se enquadra no nível de desenvolvimento humano elevado. Este índice, no entanto, é uma média, e negligencia a existência de espaços sociais críticos, como favelas e demais agrupamentos recentes na cidade. Fica evidente que a análise estatística para a verificação de espacialidades tão heterogêneas em questões econômicas e sociais exige diligência, sobretudo nos cortes espaciais preliminarmente realizados. No âmbito de análise das espacialidades socialmente críticas, percebe-se que o corte municipal é suficiente para a verificação de municípios que são em sua *totalidade* espacialidades socialmente críticas. A maioria destes se revelou inexpressiva em termos populacionais e não faz ruído num levantamento estatístico mais amplo; para os demais municípios, que possuem em seus domínios espacialidades socialmente críticas e se destacam pelo volume absoluto, reitera-se que o adequado é adentrar as fronteiras municipais e isolar espaços menores, como distritos, bairros e vilas.

## 7. CONCLUSÃO

O desenvolvimento econômico é um fenômeno complexo e ambíguo, que possui efeitos virtuosos e perversos, à maneira do descrito por Myrdal (1957). No Paraná, os espaços que concentraram os maiores ganhos econômicos são também os que acumularam contingentes populacionais excluídos do mesmo processo. Embora possa parecer um paradoxo o fato de pobreza e riqueza dividirem o mesmo espaço geográfico do Estado, na realidade este fenômeno é o resultado de como se processou o desenvolvimento ao longo das últimas décadas do século XX no Paraná, e desde a década de trinta do século passado no Brasil. O desenvolvimento tardio, tal como o descrito pela escola cepalina, é um processo traumático e gerador de desigualdades. No Paraná, o desenvolvimento econômico se deu de modo agressivo e sem ações corretivas do Estado<sup>58</sup>. A velocidade das mudanças sociais foi tamanha que o próprio IPARDES nasce deste contexto, diante da necessidade de se entender o fenômeno social que se desenrolava a partir da década de setenta. No entanto, levaria uma década para que o Instituto produzisse conhecimento sobre o fenômeno, até porque, inicialmente, dedicou-se ao estudo do agronegócio, indústria que, talvez mais que qualquer outra, imprimiu a maior alteração social no estado.

O progresso econômico moderno reside na absorção e constante desenvolvimento do aparato tecnológico, que demanda, por sua vez, um contingente populacional minimamente educado para a sua consecução. À maneira do Brasil, o Paraná se lançou num processo agressivo de crescimento econômico sem levar em conta a preparação cognitiva de grande parte de sua população, principalmente daquela localizada nos meios mais distantes e pouco conectados aos centros dinâmicos que conduziriam o progresso. Deste modo, o resultado não poderia ser outro senão a concentração espacial do desenvolvimento, embora a longo prazo, notem-se avanços no aspecto social geral. Estes avanços, no entanto, não se dão pelas livres forças de mercado – como supõe a Teoria de Kuznets (1955) –, mas através de ações efetivas do poder público no sentido de atenuar disparidades sociais. Na área educacional, são evidentes os avanços conquistados, sobretudo a partir da década de noventa. De qualquer modo, foram avanços que deveriam ter sido empreendidos ao mesmo tempo em que se processava a grande mudança produtiva do Paraná. A

---

<sup>58</sup> O Estado, inicialmente, intensificou em algumas áreas a desigualdade social, a exemplo das condições restritivas do crédito rural ao pequeno produtor nas décadas de 70 e 80, com evidente impacto social no campo.

primeira década do século XXI, pouco analisada por este trabalho, parece ser um período cujos resultados no âmbito social merecerão destaque em trabalhos subsequentes sobre o tema.

No que concerne à formação econômica das espacialidades socialmente críticas, percebe-se que sua recente constituição econômica e social se deu de dois modos distintos: i) áreas que se constituíram no palco principal das mudanças econômicas e sociais verificadas no estado, que concentraram população em decorrência deste processo, mas que foram incapazes de difundir o ganho econômico e social entre todos de modo homogêneo, muito em função do não acompanhamento dos impactos sociais que se traduzissem em políticas efetivas de mitigação das disparidades crescentes. Neste âmbito, se inserem as principais cidades do estado e seus respectivos entornos metropolitanos. Destaca-se a cidade de Curitiba e sua região metropolitana – cujo desenvolvimento inicial, na década de setenta, se deu de modo planejado e que logrou relativo sucesso. As décadas subsequentes, porém, condenaram ao arrefecimento muitas instituições e/ou políticas que tinham como objetivo a gestão de um desenvolvimento mais harmônico e equitativo para a área metropolitana; ii) áreas que se isolaram ou não se integraram à nova dinâmica da economia paranaense e brasileira. Nestes espaços se inserem o Vale do Ribeira / Guaraqueçaba – cujo isolamento pode-se dizer, já é um fenômeno secular; a extensa porção central do estado, caracterizada por municípios pouco dinâmicos, de baixa concentração demográfica, de vocação eminentemente rural e cujos ganhos econômicos concentram-se enormemente na figura do grande produtor de *commodities*, nomeadamente, da soja; os municípios que se esvaziaram em decorrência da concentração econômica em polos regionais adjacentes – destacam-se aqui os municípios no entorno dos centros dinâmicos de Londrina e Maringá, no Norte Central; e demais municípios isolados em diversas partes do estado. Entende-se que estas espacialidades não se constituíram em alvo de políticas de desenvolvimento planejadas a âmbito nacional e/ou estadual, figurando, portanto, à margem do processo de desenvolvimento do Estado. Alerta-se para o esvaziamento do Norte Pioneiro, região tradicional que representa o esgotamento de um modelo econômico e a adoção de outro com perversos desdobramentos sociais. Embora os índices sociais não revelem muitas espacialidades socialmente críticas nesta mesorregião, seu atual modelo

econômico pode conduzir a um quadro social semelhante ao observado na extensa porção central do estado.

No que tange o recorte realizado para o estudo das espacialidades socialmente críticas, que privilegiou o município como recorte espacial mínimo, percebeu-se que, enquanto há espacialidades que são municípios inteiros, há outras que são manchas dentro de municípios, não se configurando em espaços político-administrativos independentes. Sendo assim, seu crítico quadro social e econômico esconde-se atrás dos dados de suas respectivas jurisdições, que na média, traçam outro perfil, geralmente mais elegante que o real. Assim, indica-se que futuras investigações sobre o tema discriminem os espaços do seguinte modo: i) que considere o corte municipal adequado para as espacialidades socialmente críticas cujas evidências de precariedade social se deem de modo substancial em termos relativos – normalmente municípios de caráter rural e de envergadura irrelevante a nível estadual e ii) que para os espaços que concentram os maiores volumes de precariedade social – entenda-se as cidades mais dinâmicas –, que sejam esmiuçados em nível de distritos, bairros e/ou vilas, a fim de se obter o melhor recorte para análise.

Atenta-se para o fato de que a abrangência do trabalho exposto é muito ampla, e longe de esgotar o tema, este estudo se constitui em uma fonte que pode auxiliar futuras investigações sobre as espacialidades socialmente críticas do estado do Paraná.

## APÊNDICE

TABELA 13 – OS 109 MUNICÍPIOS CRIADOS NO PARANÁ A PARTIR DE 1980, POR ANO DE CRIAÇÃO.

ANO DE CRIAÇÃO	MUNICÍPIO CRIADO	MUNICÍPIO DE ORIGEM	
1983	Altamira do Paraná	Palmital	-
1983	Boa Vista da Aparecida	Capitão Leônidas	-
		Marques	
1983	Braganey	Corbélia	-
1983	Cafelândia	Cascavel	-
1983	Cantagalo	Guarapuava	-
1983	Douradina	Maria Helena	-
1983	Figueira	Curiúva	-
1983	Jesuítas	Formosa do Oeste	-
1983	Juranda	Mamborê	-
1983	Lunardelli	São João do Ivaí	-
1983	Missal	Medianeira	-
1983	Nova Prata do Iguaçu	Salto do Lontra	-
1983	Pranchita	Pérola d'Oeste	Santo Antônio do Sudoeste
1983	Santa Terezinha de Itaipu	Foz do Iguaçu	-
1983	São Jorge do Patrocínio	Altônia	-
1983	Sarandi	Marialva	-
1983	Três Barras do Paraná	Catanduvas	-
1983	Tupãssi	Assis Chateaubriand	-
1983	Turvo	Guarapuava	-
1983	Vera Cruz do Oeste	Céu Azul	-
1986	São José das Palmeiras	Santa Helena	-
1989	Campo Bonito	Guaraniaçu	-
1989	Corumbataí do Sul	Barbosa Ferraz	-
1989	Diamante D'Oeste	Matelândia	-
1989	Luiziana	Campo Mourão	-
1989	Nova Tebas	Pitanga	-
1989	Rosário do Ivaí	Grandes Rios	-
1989	Sulina	Chopinzinho	-
1990	Godoy Moreira	São João do Ivaí	-
1990	Ibema	Catanduvas	-
1990	Lindoeste	Cascavel	-
1990	Ouro Verde do Oeste	Toledo	-
1990	Santa Tereza do Oeste	Cascavel	Toledo
1993	Alto Paraíso (Vila Alta)	Umuarama	-
1993	Anahy	Corbélia	-

continuação

ANO DE CRIAÇÃO	MUNICÍPIO CRIADO	MUNICÍPIO DE ORIGEM	
1993	Ângulo	Iguaraçu	-
1993	Boa Esperança do Iguaçu	Dois Vizinhos	-
1993	Bom Sucesso do Sul	Pato Branco	-
1993	Brasilândia do Sul	Alto Piquiri	-
1993	Cafezal do Sul	Iporã	-
1993	Candói	Guarapuava	-
1993	Cruzeiro do Iguaçu	Dois Vizinhos	-
1993	Diamante do Sul	Guaraniaçu	-
1993	Doutor Ulysses	Cerro Azul	-
1993	Entre Rios do Oeste	Marechal Cândido Rondon	-
1993	Farol	Campo Mourão	-
1993	Fazenda Rio Grande	Mandirituba	-
1993	Flor da Serra do Sul	Barracão	Marmeleiro
1993	Honório Serpa	Mangueirinha	-
1993	Iguatu	Corbélia	-
1993	Iracema do Oeste	Formosa do Oeste	-
1993	Itaipulândia	São Miguel do Iguaçu	-
1993	Itaperuçu	Rio Branco do Sul	-
1993	Ivaté	Umuarama	-
1993	Laranjal	Palmital	-
1993	Lidianópolis	Jardim Alegre	-
1993	Maripá	Palotina	-
1993	Mato Rico	Pitanga	-
1993	Mauá da Serra	Marilândia do Sul	-
1993	Mercedes	Marechal Cândido Rondon	-
1993	Nova Esperança do Sudoeste	Enéas Marques	Salto do Lontra
1993	Nova Laranjeiras	Laranjeiras do Sul	-
1993	Nova Santa Bárbara	Santa Cecília do Pavão	-
1993	Novo Itacolomi	Cambira	-
1993	Pato Bragado	Marechal Cândido Rondon	-
1993	Pinhais	Piraquara	-
1993	Pinhal de São Bento	Santo Antônio do Sudoeste	-
1993	Pitangueiras	Rolândia	-
1993	Quatro Pontes	Marechal Cândido Rondon	-
1993	Ramilândia	Matelândia	-

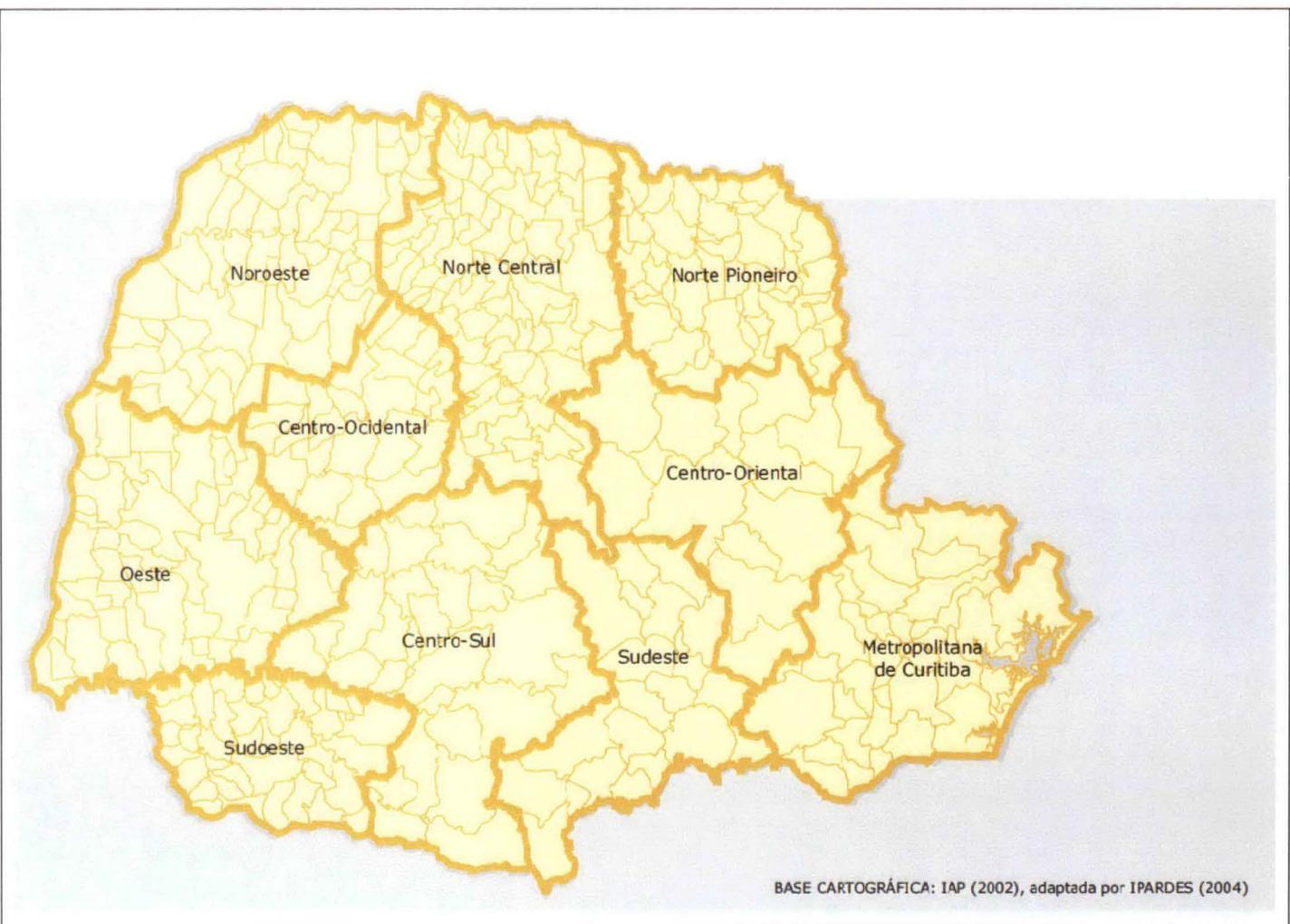
continuação

ANO DE CRIAÇÃO	MUNICÍPIO CRIADO	MUNICÍPIO DE ORIGEM	
1993	Rancho Alegre D'Oeste	Goioerê	-
1993	Rio Bonito do Iguaçu	Laranjeiras do Sul	-
1993	Santa Lúcia	Capitão Leônidas	-
		Marques	
1993	Santa Maria do Oeste	Pitanga	-
1993	Santa Mônica	Santa Isabel do Ivaí	-
1993	São Manoel do Paraná	Indianópolis	-
1993	São Pedro do Iguaçu	Toledo	-
1993	Saudade do Iguaçu	Chopinzinho	-
1993	Tunas do Paraná	Bocaiúva do Sul	-
1993	Ventania	Tibagi	-
1993	Virmond	Laranjeiras do Sul	-
1997	Ariranha do Ivaí	Ivaiporã	-
1997	Arapuã	Ivaiporã	-
1997	Bela Vista da Caroba	Pérola d'Oeste	Pranchita
1997	Boa Ventura de São Roque	Pitanga	-
1997	Bom Jesus do Sul	Barracão	-
1997	Campina do Simão	Guarapuava	-
1997	Campo Magro	Almirante Tamandaré	Itaperuçu
1997	Carambeí	Castro	Ponta Grossa
1997	Coronel Domingos Soares	Palmas	-
1997	Cruzmaltina	Faxinal	-
1997	Esperança Nova	Pérola	-
1997	Espigão Alto do Iguaçu	Quedas do Iguaçu	-
1997	Fernandes Pinheiro	Teixeira Soares	-
1997	Foz do Jordão	Candói	-
1997	Goioxim	Cantagalo	-
1997	Guamiranga	Imbituva	-
1997	Imbaú	Reserva	Telêmaco Borba
1997	Manfrinópolis	Salgado Filho	-
1997	Marquinho	Cantagalo	-
1997	Perobal	Umuarama	-
1997	Pontal do Paraná	Paranaguá	-
1997	Porto Barreiro	Laranjeiras do Sul	-
1997	Prado Ferreira	Miraselva	-
1997	Quarto Centenário	Goioerê	-
1997	Reserva do Iguaçu	Pinhão	-
1997	Rio Branco do Ivaí	Grandes Rios	Rosário do Ivaí
1997	Serranópolis do Iguaçu	Medianeira	-
1997	Tamarana	Londrina	-

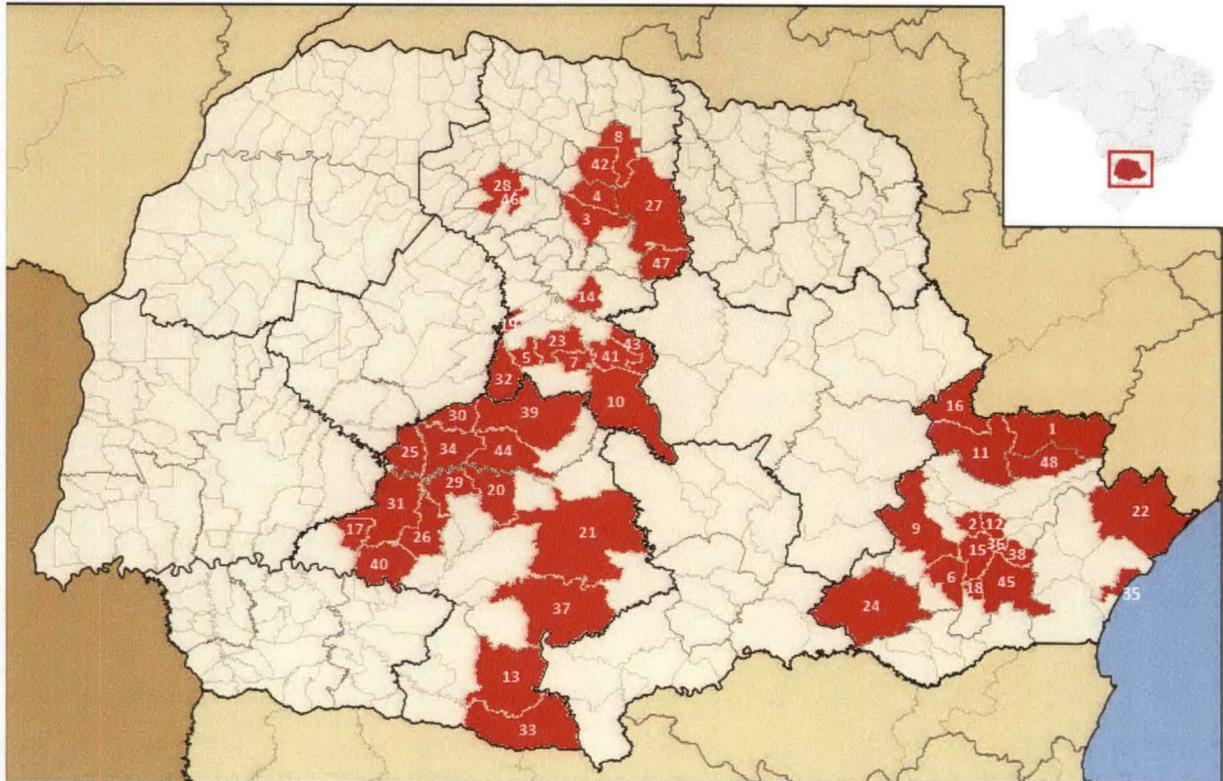
Fonte: Elaboração própria a partir de IPARDES 2013.

## MAPAS

MAPA 1. As Mesorregiões Geográficas do Estado do Paraná



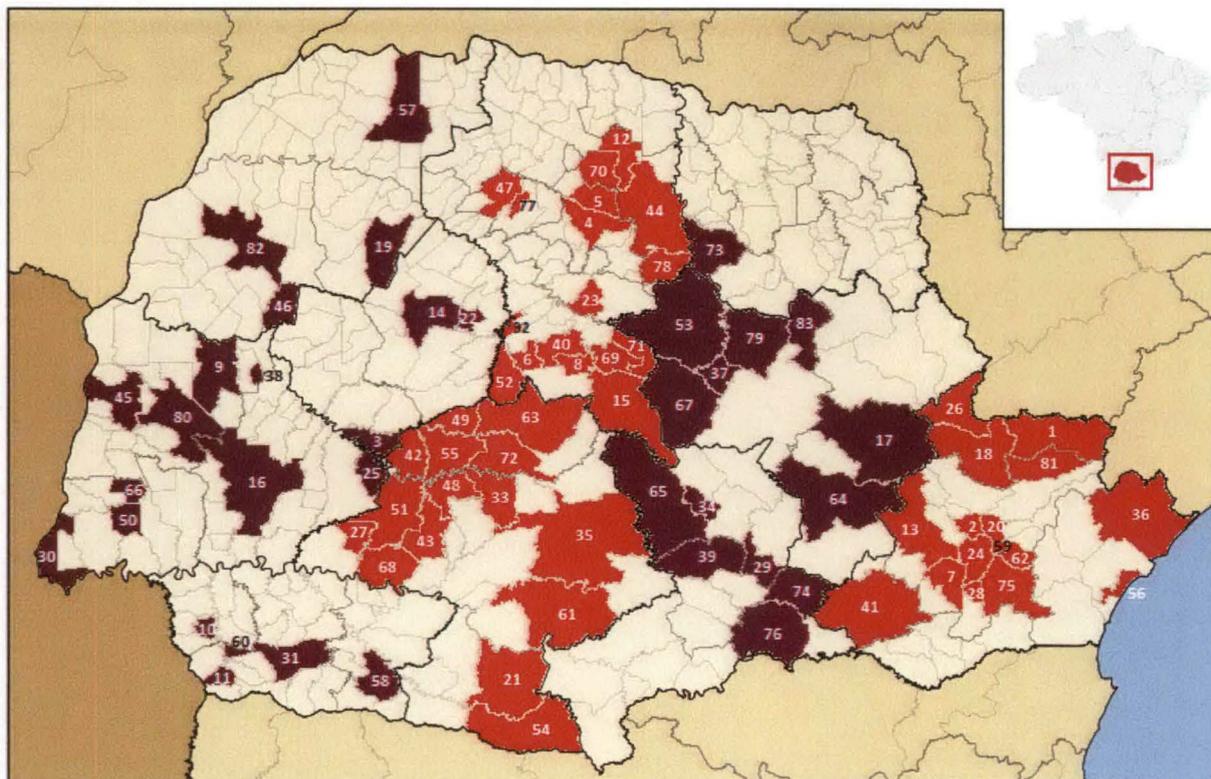
## MAPA 2. Os Municípios da ESC 48



### Legenda:

N°	MUNICÍPIO	MESORREGIÃO	N°	MUNICÍPIO	MESORREGIÃO
1	Adrianópolis	Metropolitana de Curitiba	25	Laranjal	Centro-Sul Paranaense
2	Almirante Tamandaré	Metropolitana de Curitiba	26	Laranjeiras do Sul	Centro-Sul Paranaense
3	Apucarana	Norte Central Paranaense	27	Londrina	Norte Central Paranaense
4	Arapongas	Norte Central Paranaense	28	Maringá	Norte Central Paranaense
5	Arapuã	Norte Central Paranaense	29	Marquinho	Centro-Sul Paranaense
6	Araucária	Metropolitana de Curitiba	30	Mato Rico	Centro-Sul Paranaense
7	Ariranha do Ivaí	Norte Central Paranaense	31	Nova Laranjeiras	Centro-Sul Paranaense
8	Cambé	Norte Central Paranaense	32	Nova Tebas	Norte Central Paranaense
9	Campo Largo	Metropolitana de Curitiba	33	Palmas	Centro-Sul Paranaense
10	Cândido de Abreu	Norte Central Paranaense	34	Palmital	Centro-Sul Paranaense
11	Cerro Azul	Metropolitana de Curitiba	35	Paranaguá	Metropolitana de Curitiba
12	Colombo	Metropolitana de Curitiba	36	Pinhais	Metropolitana de Curitiba
13	Coronel Domingos Soares	Centro-Sul Paranaense	37	Pinhão	Centro-Sul Paranaense
14	Cruzmaltina	Norte Central Paranaense	38	Piraquara	Metropolitana de Curitiba
15	Curitiba	Metropolitana de Curitiba	39	Pitanga	Centro-Sul Paranaense
16	Doutor Ulysses	Metropolitana de Curitiba	40	Rio Bonito do Iguaçu	Centro-Sul Paranaense
17	Espigão Alto do Iguaçu	Centro-Sul Paranaense	41	Rio Branco do Ivaí	Norte Central Paranaense
18	Fazenda Rio Grande	Metropolitana de Curitiba	42	Rolândia	Norte Central Paranaense
19	Godoy Moreira	Norte Central Paranaense	43	Rosário do Ivaí	Norte Central Paranaense
20	Goioxim	Centro-Sul Paranaense	44	Santa Maria do Oeste	Centro-Sul Paranaense
21	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	45	São José dos Pinhais	Metropolitana de Curitiba
22	Guaraqueçaba	Metropolitana de Curitiba	46	Sarandi	Norte Central Paranaense
23	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	47	Tamarana	Norte Central Paranaense
24	Lapa	Metropolitana de Curitiba	48	Tunas do Paraná	Metropolitana de Curitiba

### MAPA 3. Os Municípios da ESC 83



**Legenda:**

N°	MUNICÍPIO	MESORREGIÃO	N°	MUNICÍPIO	MESORREGIÃO
1	Adrianópolis	Metropolitana de Curitiba	25	Diamante do Sul	Oeste Paranaense
2	Almirante Tamandaré	Metropolitana de Curitiba	26	Doutor Ulysses	Metropolitana de Curitiba
3	Altamira do Paraná	Centro-Ocidental Paranaense	27	Espigão Alto do Iguaçu	Centro-Sul Paranaense
4	Apucarana	Norte Central Paranaense	28	Fazenda Rio Grande	Metropolitana de Curitiba
5	Arapongas	Norte Central Paranaense	29	Fernandes Pinheiro	Sudeste Paranaense
6	Arapuã	Norte Central Paranaense	30	Foz do Iguaçu	Oeste Paranaense
7	Araucária	Metropolitana de Curitiba	31	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense
8	Ariranha do Ivaí	Norte Central Paranaense	32	Godoy Moreira	Norte Central Paranaense
9	Assis Chateaubriand	Oeste Paranaense	33	Goioxim	Centro-Sul Paranaense
10	Bela Vista da Caroba	Sudoeste Paranaense	34	Guamiranga	Sudeste Paranaense
11	Bom Jesus do Sul	Sudoeste Paranaense	35	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense
12	Cambé	Norte Central Paranaense	36	Guaraqueçaba	Metropolitana de Curitiba
13	Campo Largo	Metropolitana de Curitiba	37	Imbaú	Centro-Oriental Paranaense
14	Campo Mourão	Centro-Ocidental Paranaense	38	Iracema do Oeste	Oeste Paranaense
15	Cândido de Abreu	Norte Central Paranaense	39	Irati	Sudeste Paranaense
16	Cascavel	Oeste Paranaense	40	Ivaiporã	Norte Central Paranaense
17	Castro	Centro-Oriental Paranaense	41	Lapa	Metropolitana de Curitiba
18	Cerro Azul	Metropolitana de Curitiba	42	Laranjal	Centro-Sul Paranaense
19	Cianorte	Noroeste Paranaense	43	Laranjeiras do Sul	Centro-Sul Paranaense
20	Colombo	Metropolitana de Curitiba	44	Londrina	Norte Central Paranaense
21	Coronel Domingos Soares	Centro-Sul Paranaense	45	Marechal Cândido Rondon	Oeste Paranaense
22	Corumbataí do Sul	Centro-Ocidental Paranaense	46	Mariluz	Noroeste Paranaense
23	Cruzmaltina	Norte Central Paranaense	47	Maringá	Norte Central Paranaense
24	Curitiba	Metropolitana de Curitiba	48	Marquinho	Centro-Sul Paranaense

N°	MUNICÍPIO	MESORREGIÃO	N°	MUNICÍPIO	MESORREGIÃO
49	Mato Rico	Centro-Sul Paranaense	67	Reserva	Centro-Oriental Paranaense
50	Medianeira	Oeste Paranaense	68	Rio Bonito do Iguaçu	Centro-Sul Paranaense
51	Nova Laranjeiras	Centro-Sul Paranaense	69	Rio Branco do Ivaí	Norte Central Paranaense
52	Nova Tebas	Norte Central Paranaense	70	Rolândia	Norte Central Paranaense
53	Ortigueira	Centro-Oriental Paranaense	71	Rosário do Ivaí	Norte Central Paranaense
54	Palmas	Centro-Sul Paranaense	72	Santa Maria do Oeste	Centro-Sul Paranaense
55	Palmital	Centro-Sul Paranaense	73	São Jerônimo da Serra	Norte Pioneiro Paranaense
56	Paranaguá	Metropolitana de Curitiba	74	São João do Triunfo	Sudeste Paranaense
57	Paranavaí	Noroeste Paranaense	75	São José dos Pinhais	Metropolitana de Curitiba
58	Pato Branco	Sudoeste Paranaense	76	São Mateus do Sul	Sudeste Paranaense
59	Pinhais	Metropolitana de Curitiba	77	Sarandi	Norte Central Paranaense
60	Pinhal de São Bento	Sudoeste Paranaense	78	Tamarana	Norte Central Paranaense
61	Pinhão	Centro-Sul Paranaense	79	Telêmaco Borba	Centro-Oriental Paranaense
62	Piraquara	Metropolitana de Curitiba	80	Toledo	Oeste Paranaense
63	Pitanga	Centro-Sul Paranaense	81	Tunas do Paraná	Metropolitana de Curitiba
64	Ponta Grossa	Centro-Oriental Paranaense	82	Umuarama	Noroeste Paranaense
65	Prudentópolis	Sudeste Paranaense	83	Ventania	Centro-Oriental Paranaense

FONTE: Elaboração própria.

BASE CARTOGRÁFICA: Raphael Lorenzeto de Abreu, 2006.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A. C. **O Processo de Criação de Municípios no Paraná: As instituições e a relação entre Executivo e Legislativo pós 1988**. In: REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. Curitiba: n.111, p.47-71, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/61/64>>. Acesso em 08/02/2013.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista, estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná)**. São Paulo: Símbolo, 1978.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 4ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p. 195-248

BRESSER-PEREIRA, L.C. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>>. Acesso em 10/03/2012.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil**. Campinas: 1981. Tese, Livre-Docência, Universidade Estadual de Campinas.

CYPHER, J. M.; DIETZ, J. L. **The Process of Economic Development**. 3<sup>rd</sup> Edition, New York: Routledge, 2009. cap.4 e 5.

HARFUCH, L.; SANTOS FILHO, J. I. **Convergência do PIB per capita das Microrregiões Paranaenses entre 1970-2002**, in A Economia em Revista, Volume 16, Número 2, julho 2008. Disponível em:<>. Acesso em 18/11/2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades@**. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 03/02/2013.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Paraná: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos 90**. Texto para Discussão N° 624. José Romeu de Vasconcelos (coordenador), Demian Castro (consultor). Brasília: 1999. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_99/td\\_624.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_624.pdf)>. Acesso em 09/02/2013.

IPEADATA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Base de Dados Macroeconômicos**. Brasília: 2013. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/> >

IPEADATA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estimativa do PIB dos Municípios Brasileiros, 1970 – 96: Metodologia e Resultados**. Brasília: 2004. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/doc/PIB%20Municipal.pdf> >. Acesso em 27/02/2013.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Base de Dados do Estado – BDEweb**. Curitiba: 2013. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Diagnóstico Sumário Executivo**. Curitiba: 2003.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras Regionais**. Curitiba: 2004. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/webis.docs/leituras\\_reg\\_sumario\\_executivo.pdf](http://www.ipardes.gov.br/webis.docs/leituras_reg_sumario_executivo.pdf)>. Acesso em 13/05/2012.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras Regionais. Mesorregião Geográfica Centro Oriental Paranaense**. Curitiba: 2004c. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/webis.docs/leituras\\_reg\\_meso\\_centro\\_oriental.pdf](http://www.ipardes.gov.br/webis.docs/leituras_reg_meso_centro_oriental.pdf)>. Acesso em 24/02/2013.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras Regionais. Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: 2004d. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras\\_reg\\_meso\\_metropolitana\\_curitiba.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_metropolitana_curitiba.pdf)>. Acesso em 24/02/2013.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Os Vários Paranás: Identificação das Especialidades Socioeconômico-Institucionais como Subsídio a Políticas de Desenvolvimento Regional**. Curitiba: 2006.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Os Vários Paranás. Oeste Paranaense: 3º Espaço Relevante. Especificidades e Diversidades**. Curitiba: 2008. Disponível em: <[http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/varios\\_paranas\\_sintese.pdf](http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/varios_paranas_sintese.pdf)>. Acesso em 27/06/2012.

LEÃO, I.Z.C.C. **O Paraná nos Anos Setenta**. *Trabalho originalmente apresentado como dissertação de mestrado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas em 1986*. Curitiba: IPARDES-CONCITEC, Coleção teses, 1, 1989.

LEWIS, A.W. **O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra**, in N. AGARWALA & S. P. SINGH (orgs.), *A Economia do Subdesenvolvimento*, RJ: Forense, 1969.

MONASTERIO, L.; CAVALCANTE, L. R. **Fundamentos do Pensamento Econômico Regional**, in *Economia Regional e Urbana: Teorias e Métodos com Ênfase no Brasil*, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2011. cap. 2.

PADIS, P. C. **Formação de uma Economia Periférica: O Caso do Paraná**. 2ª Ed. Curitiba: IPARDES, 2006. (Coleção clássicos da economia e sociedade paranaense).

ROSTOW, W. W. **A Decolagem para o Desenvolvimento Auto-Sustentado**, in N. AGARWALA & S. P. SINGH (orgs.), *A Economia do Subdesenvolvimento*, RJ: Forense, 1969.

SALVIANO JUNIOR, Cleofas. **Bancos Estaduais: dos Problemas Crônicos ao Proes**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro\\_bancos\\_estaduais.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro_bancos_estaduais.pdf)>. Acesso em 25/02/2013.

SANTOS, W. O; MOURA, F.R; SANTOS SILVA, A.R; MATOS, D.L; FARIAS, T.A. **A Teoria do U invertido: um testa da hipótese de Kuznets para a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil**. *In: REVISTA DE ECONOMIA*, Curitiba: n.2, Vol.37, 2011.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Série Os Economistas).

THE WORLD BANK. **Gini Index**. Washington, D.C: 2013. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI/>>. Acesso em 22/02/2013.

TREVISAN, E.S; DE LIMA, J.F. **Crescimento e Desigualdade Regional no Paraná: Um Estudo das Disparidades de PIB per capita**. *In: REVISTA CIÊNCIAS SOCIAIS EM PERSPECTIVA*, Curitiba: n.16, Vol.9, 1º Semestre 2010. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/2306>>. Acesso em 21/02/2013.

TRINTIN, J. G. **História e Desenvolvimento da Economia Paranaense: da Década de Trinta a Meados da Década de Noventa do Século XX**. *In: Segundas Jornadas de História Regional Comparadas*, 2005, Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e6-04.pdf>>. Acesso em 02/09/2012.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 2011: Human Development Statistical Annex**. New York: 2011. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2011\\_EN\\_Tables.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Tables.pdf)>. Acesso em 19/02/2013.